

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA**

**KÁTIA DE SOUZA PORTO**

**IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA ORLA DO  
MUNICÍPIO DE TEFÉ/AMAZONAS – O BAIRRO DO JURUÁ**

**(Versão Revisada)**

**São Paulo  
2011**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA**

**KÁTIA DE SOUZA PORTO**

**IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA ORLA DO  
MUNICÍPIO DE TEFÉ/AMAZONAS – O BAIRRO DO JURUÁ**

**Dissertação apresentada à Faculdade  
de Filosofia, Letras e Ciências  
Humanas da Universidade de São  
Paulo para obtenção do título de  
mestre em Geografia Humana.**

**Orientadora: Profa. Dra. Vanderli Custódio**

**São Paulo  
2011**

**Nome: Kátia de Souza Porto**

**Título: Impactos Socioambientais do Processo de Ocupação da Orla do município de Tefé/Amazonas – O Bairro do Juruá.**

**Aprovado em:**

**Banca Examinadora**

**Prof. Dr.** \_\_\_\_\_

**Assinatura:** \_\_\_\_\_

**Prof. Dr.** \_\_\_\_\_

**Assinatura:** \_\_\_\_\_

**Profª Drª Vanderli Custódio**

**Assinatura:** \_\_\_\_\_

À minha mãe, que sempre me incentivou nos estudos e a superar dificuldades.

A meu pai Mário Porto (*in memoriam*).

À minha irmã Rosangela Porto que nunca mediu esforços para me ajudar.

Aos meus filhos Amanda Beatriz e Rodrigo Augusto

Ao meu companheiro James Barros pela compreensão.

Ao meu cunhado João Narciso pelo apoio.

Aos meus sobrinhos Mário Eduardo e Patrick Narciso.

## AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Dra. Vanderli Custódio pelos ensinamentos, competência e motivação para a conclusão do trabalho.

Às coordenadoras, professoras Rosa Esther Rossini, Sandra Lencioni e Mônica Arroyo pela atenção e apoio.

À Dra. Glória da Anunciação Alves e ao Dr. Fábio Contel membros da Banca da Qualificação que muito contribuíram com suas sugestões para este trabalho final.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação Convênio USP/UEA, pelos ensinamentos.

Ao professor Wilson Acácio pelo seu caloroso apoio enquanto diretor da UEA em Tefé.

À Secretaria Ana Eliza Rodrigues do LABOPLAN – GD-USP

À Secretaria da Escola Antídio Borges Façanha Dulci Santos.

À minha sogra Sra. Maria da Luz Gonçalves Barros

Aos colegas de curso Maria Eliane Lima, Dilza Marialva, Tereza Santos, Iolanda Aida, Nilciana Dinely, Dilma Braga, Nazaré Ribeiro, Joaquim Hudson, Jociane Trindade.

Ao meu amigo Cleverton José pela acolhida em São Paulo.

Às Universidades do Estado do Amazonas e do Estado de São Paulo pelo convênio firmado.

À Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas.

## RESUMO

O presente trabalho, da área da Geografia Urbana, trata dos impactos socioambientais do processo de ocupação da Orla do município de Tefé-AM, especificamente do bairro do Juruá. Objetiva-se analisar os fatores que influenciaram a referida ocupação. Para tanto, buscou-se respaldo em autores como Becker (1987, 1991, 1999), Carlos (2005, 2009), Corrêa (2004) e Santos (1982, 2008, 2009) para conceituar o que seja urbanização e produção do espaço urbano; procedeu-se a localização da área de estudo e a caracterização da problemática da carência e da precariedade da prestação de serviços de saneamento ambiental urbano ao bairro: abastecimento de água, esgotamento sanitário, disposição de resíduos sólidos, limpeza urbana e drenagem de águas pluviais. Buscou-se também, com o trabalho de campo, verificar como o bairro do Juruá consta do Plano Diretor de Tefé-AM; caracterizar o modo como os grupos sociais excluídos produzem espaço urbano e os impactos socioambientais gerados. Espera-se, com os resultados, o levantamento de subsídios para a elaboração de um plano de ação, junto aos órgãos municipais competentes.

**Palavras-chave:** Tefé, Bairro do Juruá, Amazonas, Impactos socioambientais

## ABSTRACT

The present work, the field of Urban Geography, describes about social and environmental impacts of the occupation process at the edge of Tefé, Amazonas, specifically the neighborhood of Juruá. The aim was to analyze the factors that influenced such occupation. Therewith, there was used papers of the some authors such as Becker (1987, 1991, 1999), Charles (2005, 2009), Correa (2004) and Santos (1982, 2008, 2009) to conceptualize what is urbanization and production of urban space, was proceeded the location of the study area and the characterization of the problem of lack and precariousness of the provision of urban environmental sanitation services to the neighborhood: water supply, sewerage, solid waste disposal, street cleaning and storm drainage systems. It also sought, with the field work, see how the neighborhood of the Master Plan contained Juruá Tefé-AM; characterize how the excluded social groups produce urban space and social and environmental impacts generated. It is expected, with the results, raising subsidies for the development of a plan of action, along with municipal agencies.

**Key-words:** Tefé, neighborhood of Juruá, Amazonas, impacts generated

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	11
2 URBANIZAÇÃO E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS .....	14
2.1 Urbanização e Produção do Espaço Urbano .....	14
2.2 Breve Histórico do Município .....	25
2.3 Localização da Área de Estudo .....	30
2.4 Bairro .....	35
2.5 Impactos Socioambientais .....	37
3 CARACTERIZAÇÃO DA PROBLEMÁTICA SOCIOAMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE TEFÉ .....	41
3.1 Saneamento Ambiental e Qualidade de Vida.....	41
3.1.1 Abastecimento de água .....	44
3.1.2 Sistema de esgotos .....	44
3.1.3 Disposição de resíduos sólidos .....	45
3.1.4 Drenagem de águas pluviais .....	45
3.2 Caracterização Socioambiental de Tefé .....	46
3.2.1 Abastecimento de água .....	50
3.2.2 Coleta e tratamento de esgotos .....	51
3.2.3 Disposição de resíduos sólidos .....	51
3.2.4 Falta do E.I.A. – R.I.M.A .....	52
3.2.5 Poluição atmosférica .....	52
3.2.6 Poluição sonora .....	53
3.2.7 Doenças de veiculação hídrica e outras .....	53
3.2.8 Serviços de saúde .....	54
4 O BAIRRO DO JURUÁ.....	57
4.1 Conhecendo melhor o Bairro do Juruá e seus Impactos Socioambientais.....	59
5 A OCUPAÇÃO DA ORLA E O PLANO DIRETOR.....	86
5.1 Aspectos da Ocupação da Orla de Tefé.....	86
5.2 As Políticas Públicas Urbanas no Plano Diretor de Tefé.....	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
REFERÊNCIAS.....	104
ANEXOS.....	110

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fortes e missões religiosas na Amazônia, com Tefé sinalizada.....	24
Figura 2 – Localização de Tefé no estado do Amazonas.....	27
Figura 3 – Vista Panorâmica de Tefé, do Lago de Tefé, do Igarapé do Xidaranim.....	27
Figura 4 – Planta da cidade Tefé.....	33
Figura 5 – Vista parte da Orla do bairro do Juruá, no município de Tefé.....	34
Figura 6 – Orla do Bairro do Juruá em Tefé.....	37
Figura 7 – Área central do município de Tefé.....	39
Figura 8 – Vista da entrada da cidade de Tefé.....	39
Figura 9 – Orla do Lago de Tefé.....	47
Figura 10 – Flutuante comercial e residencial no Lago de Tefé.....	48
Figura 11 – Moradias da Orla do Juruá.....	87
Figura 12 – Parte da Praia – Orla do Juruá.....	89

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados Populacionais do Município de Tefé 1940 a 2010.....	28
Tabela 2 – Cobertura da infra-estrutura pública de saneamento ambiental urbano no Município de Tefé - 2010.....	51
Tabela 3 – Rede assistencial de Tefé .....	55
Tabela 4 – Leitos assistenciais de Tefé.....	55



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Município de origem do morador da Orla em Tefé-AM.....	61
Gráfico 2 – Nível de formação escolar do morador da Orla em Tefé-AM.....	62
Gráfico 3 – Atividade laboral do morador da Orla em Tefé-AM.....	63
Gráfico 4 – Tempo que reside na Orla em Tefé-AM.....	65
Gráfico 5 – Tipo de moradia na Orla em Tefé-AM.....	66
Gráfico 6 – Quantidade de pessoas por residência na Orla em Tefé-AM.....	68
Gráfico 7 – Valor da renda (salário) mensal do morador da Orla em Tefé-AM.....	70
Gráfico 8 – Razão para fixar residência na Orla em Tefé-AM.....	71
Gráfico 9 – Motivos para a ocupação na Orla em Tefé-AM.....	73
Gráfico 10 – Concepção do morador quanto ao risco de deslizamento da sua residência na Orla em Tefé-AM.....	74
Gráfico 11 – Visitas de representantes dos órgãos ambientais alertando sobre o risco de deslizamento da encosta na Orla em Tefé-AM.....	75
Gráfico 12 – Local onde são depositados o esgoto doméstico do morador da Orla de Tefé-AM.....	76
Gráfico 13 – Motivos que justificam a permanência na Orla de Tefé-AM.....	78
Gráfico 14 – Destino do lixo produzido pelo morador da Orla em Tefé-AM.....	79
Gráfico 15 – Origem da água consumida pelo morador da Orla em Tefé-AM.....	80
Gráfico 16 – Tipo de tratamento da água pelo morador da Orla em Tefé-AM.....	81
Gráfico 17 – Em sua opinião deveria existir programas para melhorar a qualidade de vida na Orla em Tefé-AM.....	82
Gráfico 18 – Principais sugestões dos moradores acerca de políticas públicas que podem ser desenvolvidas na Orla em Tefé-AM.....	83

**LISTA DE SIGLAS**

- CEST – Centro de Estudos Superiores de Tefé
- COSAMA – Companhia de Saneamento Básico do Amazonas
- CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
- CRM-AM – Conselho Regional de Medicina do Amazonas
- DTCEA-TF – Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de Tefé
- EMADE – Empresa Amazonense de Dendê
- FNS – Fundação Nacional de Saúde
- FUNASA – Fundação Nacional de Saúde
- GETAT – Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins
- HIS – Habitações de Interesse Popular
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- IDAM – Instituto do Desenvolvimento do Amazonas
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Ministério do Interior
- IFA – Índice de Falciparum Anual
- IPA – Índice Parasitário Anual
- IPTU – Imposto Predial Territorial Urbano
- MDB – Movimento Democrático Brasileiro
- NEPECAB – Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades na Amazônia Brasileira
- OMS – Organização Mundial de Saúde
- PHS – Partido Humanista Social
- PGC – Programa Grande Carajás
- PIACM – Plano de Intensificação das Ações de Controle da Malária (PIACM)
- PMT – Prefeitura Municipal de Tefé
- PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste
- RSU'S – Resíduos Sólidos Urbanos
- SAAE – Sistema Autônomo de Água e Esgoto
- SEDUC – Secretaria de Educação e Qualidade de Ensino
- SEMPA – Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento
- SESP – Serviço Especial de Saúde Pública
- SUS – Sistema Único de Saúde
- UEA – Universidade do Estado do Amazonas

# 1

## INTRODUÇÃO

Adquirir conhecimentos básicos de Geografia Urbana é algo importante para a vida em sociedade, em particular para o desempenho das funções de cidadania: cada cidadão, ao conhecer as características sociais, culturais e naturais do lugar onde vive, bem como as de outros lugares, pode comparar, explicar, compreender e espacializar as múltiplas relações que diferentes sociedades, em épocas variadas, estabeleceram e estabelecem com a natureza na construção do espaço geográfico urbano.

A geografia tem por objetivo estudar as relações entre o processo histórico da formação das sociedades humanas e o funcionamento da natureza por meio da leitura da paisagem. Na busca dessa abordagem relacional, trabalha com diferentes noções espaciais e temporais, assim como com os fenômenos sociais, culturais e naturais característicos de cada espaço para permitir a compreensão de sua constituição.

A geografia muito diversificou os seus ramos de pesquisa e estudo. Essa ciência tem se ocupado de inúmeros problemas relacionados com o solo, o ar, a água, o clima, o relevo, a degradação dos recursos naturais; e de problemas outros como a perda da qualidade de vida da população, as migrações, as atividades industriais, as agrícolas e as cidades.

A transformação do espaço das grandes cidades no Brasil foi deflagrada por um processo de urbanização intenso. Esse processo, principalmente nas últimas décadas, tem causado uso e ocupação do solo impactantes do meio ambiente, há ocorrências de poluição da água e do ar, ocupação de encostas e margens fluviais, entre muitos outros problemas.

A urbanização por que passou as cidades brasileiras nos últimos 50 anos, resultante, em boa parte do êxodo rural, desenhou o perfil da nossa população atual. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010), o Brasil ultrapassou a marca de 84,4% de pessoas residentes em áreas urbanas.

A formação das cidades brasileiras vem construindo um cenário de contrastes, típico dos grandes aglomerados do chamado Terceiro Mundo. A maneira como se deu a criação da maioria dos municípios levou à fragmentação territorial, modificou os modelos de organização do território e da gestão urbana. O resultado tem sido o surgimento de cidades sem infra-estrutura e disponibilidade de serviços urbanos capazes de comportar o crescimento provocado pelo contingente populacional que migrou para as cidades.

Neste contexto de cidades despreparadas para receber o imenso contingente de pessoas e absorver toda essa mão-de-obra, era de se esperar graves conseqüências negativas, por exemplo: ocupação de áreas de proteção ambiental, precariedade do saneamento ambiental, disseminação de favelas, desemprego e violência, colapso dos sistemas de transporte coletivo, aumento de processos erosivos, assoreamentos de rios e impermeabilização do solo como fatores desencadeadores de inundações.

O aumento da procura por espaços para habitação e trabalho multiplicou de forma assustadora os conflitos sociais nas cidades, locais tradicionais de competição entre classes sociais, cenário onde a maioria da população é direcionada para locais menos privilegiados de serviços e infra-estrutura. A cidade aparece marcada por uma profunda concentração de renda, pela convivência de grandes massas de pobres e miseráveis com uma parcela reduzida da população que desfruta da riqueza socialmente produzida.

Dessa forma, a concentração de renda e seus efeitos (formação de periferias por meio de autoconstrução, expansão do mercado “informal”, crescimento do terciário, entre outros) são partes estruturais da economia e da acumulação capitalista. Para Santos (1979, p. 29):

A existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas, cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não têm condições de satisfazê-las.

A Amazônia registrou na última década o maior ritmo de crescimento urbano do País. A tendência atual mostra que o ciclo de fortes migrações inter-regionais para a Amazônia acabou – os movimentos são agora intra-regionais.

Entre os municípios que se enquadram nessas migrações situa-se Tefé, cidade fundada em 1759, município populoso do Estado do Amazonas, com uma área aproximada de 148.890 Km<sup>2</sup>, de acordo com a classificação do IBGE em 2000.

O processo de urbanização no município de Tefé-AM nesses anos trouxe consigo enormes problemas de infra-estrutura de serviços urbanos. Como de forma geral no País, o processo de urbanização não obedeceu a qualquer consideração socioambiental, as áreas urbanizadas carecem de serviços para atendimento à população. A moradia está desprovida de sistema de saneamento, infra-estrutura e equipamento urbano. Na cidade de Tefé, o aumento da concentração urbana vem ocasionando diversos problemas socioambientais, pois o atual processo de urbanização gerou um crescimento que tem provocado, nos últimos anos, mudanças na paisagem urbana, principalmente na Orla do município, com ocupações

irregulares sem a mínima condição de infra-estrutura adequada à sobrevivência com dignidade e respeito, que toda sociedade merece. Certamente, esse problema socioambiental não é próprio de Tefé. Como em todo o País, os maiores problemas ambientais urbanos são relacionados à falta de saneamento: água, esgoto, lixo e drenagem. A fragilidade da questão socioambiental na política pública do município de Tefé deve ser relacionada com a falta de recursos, tanto humanos quanto financeiros, além da falta de vontade política. Essa situação impede um desenvolvimento urbano voltado para a melhoria da qualidade de vida, entendida neste trabalho, justamente como presença dos serviços de saneamento ambiental. Neste sentido o objetivo do presente trabalho é analisar quais fatores favoreceram o surgimento de impactos socioambientais no processo de ocupação da Orla do município de Tefé, no bairro do Juruá, enfatizando suas implicações para a qualidade de vida da população.

Os insuficientes investimentos no processo de desenvolvimento do município causam impactos significativos, pois se dispõem de uma política pública interessada em favorecer o bem-estar das pessoas, sem contar que a cidade oferece apenas o comércio e a agricultura como atividades de sobrevivência.

Para alcançar os objetivos propostos, o estudo foi estruturado em quatro partes. Trata-se da Introdução geral do trabalho; do segundo capítulo onde trataremos da urbanização e dos impactos ambientais, apontando o perfil histórico e urbanístico do município, identificando os principais agentes produtores do espaço, a localização do bairro e algumas de suas características. No terceiro capítulo, trataremos dos problemas relacionados ao saneamento ambiental, caracterizando a problemática socioambiental existente no município de Tefé e no bairro em estudo. Com o intuito de demonstrar o perfil socioambiental dos moradores e da Orla do Bairro do Juruá, no município de Tefé, apontamos, no quarto capítulo, as análises dos dados de campo, seguidas das considerações finais.

## 2

### URBANIZAÇÃO E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

O presente capítulo aborda a evolução do espaço e da estrutura da cidade mediante sua formação histórica. Essa análise será desenvolvida procurando desmistificar alguns pontos sobre a formação e evolução do espaço urbano do município de Tefé.

#### 2.1. Urbanização e Produção do Espaço Urbano

A sociedade atual atinge níveis de urbanização jamais imaginados. Esse processo, no entanto, é decorrente do próprio desenvolvimento das forças produtivas que privilegiou a cidade enquanto *locus* de sua reprodução. Portanto, a cidade é a expressão do processo de urbanização, como expressão da sociedade que se generaliza na atualidade.

No que se refere à urbanização, cabe apresentar algumas acepções do termo, cujo entendimento varia segundo alguns autores.

A definição mais comumente do termo urbanização refere-se a esta como sendo o crescimento do número de cidades e aumento da população urbana. Confirmando esta afirmação vem a definição de Souza (1996, p. 5), segundo a qual a urbanização, considerada em seu sentido quantitativo, é o aumento do percentual de população vivendo em espaços urbanos, bem como o crescimento destes.

Para outros autores, como Castells (1983), a urbanização é também o crescimento do número de cidades ou sua expansão territorial e crescimento populacional, mas chama a atenção para novas variáveis que também devem ser consideradas na definição do termo.

Castells (1983, p. 39), em análise sobre o fenômeno urbano destaca que das inúmeras definições dadas pelos sociólogos para o termo urbanização, é possível distinguir dois sentidos bem distintos: 1) concentração espacial de uma população, a partir de certos limites de dimensão e de densidade; 2) difusão do sistema de valores.

Segundo ele, embora exista uma ligação entre forma espacial e conteúdo cultural, esta ligação não pode constituir um elemento de definição da urbanização. Devem ser levadas em consideração as relações estabelecidas historicamente entre o espaço e a sociedade. A partir delas é que se poderá propor certas definições do termo urbanização. Ainda de acordo com Castells (1983, p. 46), “o termo urbanização refere-se ao mesmo tempo à constituição de formas espaciais específicas das sociedades humanas, caracterizadas pela concentração

significativa das atividades das populações num espaço restrito, bem como à existência e à difusão de um sistema cultural específico, a cultura urbana”.

Becker (1991, p.52) refere-se à urbanização como estratégia do Estado para a ocupação de um dado território. Segundo essa autora, a relevância da urbanização como instrumento de ocupação está ligado a “três papéis fundamentais exercidos pelos núcleos urbanos: a atração dos fluxos migratórios, a organização do mercado de trabalho e o controle social, o que atribui à urbanização um novo significado.” Conforme Becker (1991, p.52-53):

A urbanização não é simplesmente o aumento do número e tamanho das cidades. Ela se manifesta em duas dimensões: (a) a do espaço social, referente a um modo de integração econômica, capaz de mobilizar, extrair e concentrar quantidades significantes de produto excedente e, também, de uma integração ideológica e cultural, capaz de difundir os valores e comportamentos da vida moderna; (b) a do espaço territorial, correspondente ao crescimento, multiplicação e arranjo dos núcleos urbanos, cuja feição particular está vinculada ao seu papel no padrão geral de circulação do excedente, no planejamento estatal e na articulação deste com a sociedade local.

A transição de uma sociedade rural para uma sociedade urbana, o crescimento do número de cidades, a estratégia do Estado para a ocupação de um dado território, seja qual for a definição mais precisa do termo urbanização, o fato é que o fenômeno urbano foi adquirindo tamanha dimensão que, na atualidade, conforme citam Ribas e Novaes P. (2000, p. 52), os números relacionados a ela falam por si:

[...] com mais de 60% do PIB dos países desenvolvidos sendo produzidos em áreas urbanas, em 1990 havia 2,4 bilhões de habitantes urbanos em todo o planeta e, em apenas oito anos, este número saltou para 3,2 bilhões, nada indicando tratar-se de uma tendência em declínio.

No que diz respeito a essa tendência de aumento cada vez maior da urbanização, cabe citar as observações de José Eli da Veiga (2004) que refuta a idéia da urbanização completa da sociedade que levaria ao desaparecimento do rural, defendida por autores como William H. Friedland e Henri Lefebvre.

Segundo Veiga (2004), Friedland situava a industrialização da agricultura no centro de qualquer discussão sobre o futuro da ruralidade. Para este autor, a tendência era que a agricultura se tornasse cada vez mais industrial e o rural então se transformaria apenas naquele resquício que abrigaria o que havia restado de agricultura. Já para Lefebvre, conforme cita Veiga (2004), a sociedade urbana resultaria da urbanização completa. O termo ‘sociedade urbana’ estaria reservado assim, à sociedade que nascia da industrialização, constituída,

portanto, pelo processo que dominava e absorvia a produção agrícola. Toda a justificativa dessa hipótese era constituída sobre a tese da industrialização da agricultura.

Pensamos que a urbanização ocorre produzindo e reproduzindo contradições de diversas ordens, materializadas no espaço da cidade. A urbanização é um processo social. Nesse sentido observa-se cada vez mais que a urbanização é desigual e combinada, tendo em vista que nela se manifestam os conflitos de classes expressos principalmente pelos diferentes níveis de renda, revelando uma desigual distribuição da população. Conforme Vecentine (2004, p.39) a urbanização é um aspecto espacial ou territorial resultante de modificações sociais e econômicas, originando a expansão das cidades.

No caso da Amazônia esta foi uma das grandes regiões brasileiras que teve seu processo de urbanização muito acelerado, especialmente a partir da abertura das rodovias, na década de 1960 e mais acentuadamente, na de 1970. A estratégia de maior inserção desta região à esfera capitalista foi um dos fatores responsáveis por este processo, pois a meta era usar os núcleos urbanos como pontos logísticos para uma rápida ocupação (BECKER, 1987, 1990). Desta forma, as cidades representaram verdadeiros baluartes no processo de “ocupação efetiva”. Por outro lado, foram elas os espaços que garantiram as reservas de mão-de-obra para as grandes obras, dos grandes projetos minero-metalúrgicos (Programa Grande Carajás, Alunorte, Alunar, entre outros), como também foram eles que disponibilizaram reservas para trabalhos de natureza não-urbana. (BECKER, 1987, 1990)

De forma geral, a urbanização da Amazônia, após a implantação das políticas de desenvolvimento, pode ser caracterizada, nas décadas de 1970 e 1980, pela: 1) valorização dos centros localizados às margens das rodovias; 2) reprodução de pequenos núcleos dispersos; 3) involução de núcleos antigos que ficaram isolados da nova lógica de circulação; 4) implantação das *company towns*<sup>3</sup> e 5) concentração populacional nas capitais estaduais. Estudos mais recentes apontam novas tendências, como o reforço das metrópoles – Belém e Manaus – e, por outro lado, a proliferação de pequenas cidades e o crescimento das cidades médias, que na Amazônia somam quinze, cinco destas no Amazonas: Tefé, Coari, Manacapuru, Autazes e Parintins.

Portanto, a urbanização segue concentrando cada vez mais população e atividades econômicas, ocorrendo a transformação do espaço preexistente em novos espaços, como resultantes das relações sociais que se estabelecem na e a partir da cidade.

---

<sup>3</sup> *Company towns*: cidade companhia, cujos moradores são dependentes do apoio econômico de uma única empresa. FONTE: Becker Bertha, 1991.



Na teoria, como visto, o processo de urbanização pode ser medido pela multiplicação de núcleos habitacionais e pelo aumento da dimensão destes núcleos. Isso é visto como um processo de concentração da população, tanto na multiplicação dos núcleos, quanto no aumento da sua dimensão. Na prática, observa-se tal processo na Amazônia. Segundo os dados do IBGE, desde a década de 1990, novos núcleos urbanos têm se formado nesta região e o crescimento urbano conheceu um ritmo acelerado, que introduziu mudanças na estrutura do povoamento regional. Entre as décadas de 1970 e 1990, a população urbana cresceu mais do que a população total, cujas taxas são o dobro da média do País, passando de 35% em 1970 para 61% em 1996. A Amazônia é a única região do Brasil onde tem crescido a população em cidades de menos de 100.000 habitantes, e onde o crescimento de cidades com 20.000 a 50.000 habitantes também é expressivo.

A urbanização deve ser relacionada com o povoamento, o qual está ligado aos processos econômicos, sociais, de migração e de mobilidade da população. Browder J. E. e Godfrey B. J. (1997) perceberam que o povoamento da Amazônia é complexo e múltiplo. Observaram que na região, a maior parte do povoamento provém de migrações. Assim, em menos de trinta anos, cidades de algumas centenas de habitantes converteram-se em metrópoles, que crescem mais a cada ano.

Segundo as observações de Becker (1999), o movimento migratório para a Amazônia se reduziu. Seu caráter é atualmente, sobretudo intra-regional, significa que há grande mobilidade populacional dentro dos estados amazônicos. Essa dinâmica regional favorece uma recomposição interna: alguns municípios têm uma taxa de crescimento elevada e novos núcleos urbanos são formados.

A maioria dos novos núcleos urbanos que apareceu na década de 1990 resulta da formação de assentamentos urbanos em locais inadequados à habitação, localizados na periferia ou ainda no próprio centro urbano, ou em locais de acesso difícil, no caso do interior. De forma geral, esses núcleos carecem de serviços para atendimento à população. Segundo os dados de Browder e Godfrey (1997, p.67): entre 60% e 80% da expansão urbana das grandes cidades da Região Amazônica são realizadas em mutirão nas favelas, sem nenhum sistema de saneamento, sem meio de transporte adequado. Muitas vezes, as moradias em áreas urbanas estão desprovidas de qualquer tipo de infra-estrutura.

Uma área urbana se define pelo conjunto de infra-estrutura e serviços que a compõe, alicerçando suas bases estruturais em parâmetros urbanos predefinidos pela sociedade. Este conjunto é uma forma de tornar o sítio natural em espaço urbano habitável, por meio da ação dos homens organizados em grupos sociais. O processo de ocupação e apropriação da terra se

dá pela necessidade de garantir formas de sobrevivência, principalmente nas áreas urbanas, onde terra é algo escasso e caro.

Nota-se que sem possibilidade de arcar com o alto custo das habitações regulares, grande parte da população de baixo poder aquisitivo se vê excluída do mercado imobiliário legal e busca meios alternativos de moradias e, a partir daí começam as práticas de assentamentos irregulares.

Diante desta realidade, as populações mais carentes ocupam áreas privadas e públicas (favelas) e as utilizam como podem, conforme os recursos dos quais dispõem. Na Amazônia, no Estado do Amazonas, fica clara a situação acima citada, fato explicado pela crescente urbanização das cidades interioranas e das capitais. Referindo-se a Manaus, Vasconcelos (1983, p. 78) considera que:

Nesse quadro, configura-se hoje em Manaus um processo de urbanização tão violento quanto o processo de desenvolvimento do capitalismo no Amazonas e na Amazônia, cuja feição é particularizada pelas formas de inserção no aspecto da cidade de classes sociais diferentes, que interferem diferentemente na qualidade do produto urbano de seu usufruto.

No espaço urbano da Amazônia se observa um processo de deterioração no que diz respeito à salubridade, funcionalidade e estética pela exclusiva falta de organização dos órgãos competentes. E é neste momento que se torna necessária uma reforma urbana, para que a mesma atenda às necessidades das comunidades carentes.

Em relação à produção do espaço urbano, Corrêa, (2004, p. 7) diz que o espaço urbano de uma grande cidade capitalista constitui-se, em um primeiro momento de sua apreensão, no conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Tais usos definem áreas, como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer e, entre outras, aquelas de reserva de futura expansão.

O espaço urbano é simultaneamente fragmentado e articulado: cada uma de suas partes mantém relações espaciais com as demais, ainda que de intensidade muito variável. As relações espaciais são de natureza social, tendo como matriz a própria sociedade de classes e seus processos.

Assim, o espaço urbano capitalista é fortemente dividido em áreas residenciais segregadas, refletindo a complexa estrutura social em classes. O espaço urbano é um reflexo, um produto e um meio tanto de ações que se realizam no presente como também daquelas que

se realizaram no passado e que deixaram suas marcas impressas nas formas espaciais do presente.

Em se tratando da Amazônia, o espaço urbano caracteriza-se por uma espacialidade datada e surgiu a partir da aplicação de políticas de desenvolvimento, que produziram espaços e tempos diferentes dos até então vividos pelas populações amazônicas; espaços que passaram a ser vistos com novos valores e novas funções. Espaços e tempos que foram produzidos por meio da atuação do Estado e da expansão do capital.

É necessário verticalizar a análise visando compreender o processo que só tem sentido quando tomado no contexto de vários elementos que se articulam para a produção do espaço urbano, tais como os pequenos agricultores, os pescadores, as populações ribeirinhas, os assalariados, trabalhadores sem-terra, especialmente os posseiros, peões, os caboclos e as populações indígenas. Pressupõe também os capitalistas que estão nas grandes, médias e pequenas empresas e uma extensa rede de intermediários situados na própria região e que se completa fora dela por meio do capital financeiro e das empresas multinacionais.

O processo de produção do espaço urbano ocorre a partir da ação de todos esses atores, sobretudo do Estado, num complexo e extenso sistema burocrático criado e reformulado nos últimos cinquenta anos para possibilitar a produção da Amazônia como fronteira.

Segundo Oliveira (2003, p. 73):

O espaço urbano que se produz na Amazônia não é único, ele está contido e contém uma totalidade que inclui tanto o processo de desenvolvimento recente para a região como a forma de produção da sociedade nacional, refletindo a maneira da espacialização de outras cidades brasileiras, assinalada pela contradição: de um lado, riqueza e bem-estar e, de outro, pobreza e miséria.

O espaço urbano que se produziu em Manaus, por exemplo, no período de 1920 a 1967, não é único. Ele está contido e contém uma totalidade que inclui tanto o processo de desenvolvimento da Amazônia, como a forma de produção da sociedade nacional, refletindo a maneira da espacialização de outras cidades brasileiras assinalada pela contradição e diversidade. Nesse processo, o Estado, por meio das políticas públicas urbanas, contribuiu para a produção do espaço que caracteriza a maioria das cidades brasileiras: pobreza de um lado, riqueza de outro, pobreza e riqueza lado a lado.

Em Manaus, o Estado, por ação ou omissão, produziu um espaço revelador de sua natureza imanente. Não se trata de considerar o Estado como homogêneo e monolítico, mas como representante de uma intervenção intencional numa dada realidade que contém

conflitos. Em Tefé não é exceção, o Estado produz conflitos e contradições inerentes a uma sociedade de classes; as desigualdades de renda afloram.

O Estado não representa apenas os interesses do capital, todavia os expressa. Daí que as políticas públicas urbanas contribuem para a produção diferenciada do espaço urbano, provendo as áreas de reprodução do capital das condições necessárias à sua produção em detrimento de outras. Têm-se, em decorrência, as desigualdades sociais concretizadas em desigualdades socioespaciais. Tefé nessa conjuntura aparece como uma cidade sem uma política pública voltada para o interesse da população, produzindo claramente o contraste entre riqueza e pobreza. Os setores dominantes têm atuado impedindo a consolidação da cidadania.

A produção do urbano em Manaus coloca de forma explícita o fio condutor da produção do espaço, qual seja, o processo de introdução de novas relações sociais na Amazônia se deu a partir da atuação do Estado separando, controlando e dirigindo. Entretanto, em Manaus, como de resto na Amazônia, nunca se construiu um Estado baseado nos princípios universais, ou seja, num sistema de leis válido para todos. Como isso não ocorre, estabelece-se a violência que atinge Manaus com mais agudeza, visto que a cidade aparece no imaginário de criação e de recriação da Amazônia como possuidora de uma natureza que impõe sua força sobre a cultura, o que significa, para o urbanismo que se implanta nas últimas décadas do século XIX no Governo de Eduardo Ribeiro, cimentar-se no viés ideológico, de que tudo estava por fazer.

Em Manaus, o papel do Estado na produção do espaço urbano não se dá na perspectiva da mediação, mas da defesa dos interesses que se colocam claramente contrários aos das populações locais. No urbanismo que se produziu no período da borracha, o Estado fixa sua racionalidade, explode as dimensões pretéritas, quer sejam naturais, quer sociais.

Produz-se o espaço em função das novas necessidades de expansão das relações capitalistas e por isso um urbanismo pretensamente moderno aparece como o elemento privilegiado, revelador do papel imanente do Estado, assinalado pelo signo da violência contra a natureza e especialmente contra a cultura.

A adoção de um urbanismo que foi esquadrinhando a cidade surgiu como uma maneira de intervenção no espaço, fragmentando-o, ocupando-o aos pedaços para fazer frente às necessidades impostas pelas demandas para a inserção de Manaus e da Amazônia na escala do mundo. O papel do Estado na produção do espaço urbano não ocorreu apenas enquanto mediador, mas como capturador e instrumento de reprodução social diferenciada.

O Estado estabelece mecanismos de controle que tendem a dissolver os espaços existentes produzindo um espaço novo, definido pelas diferenças entre os lugares e as atividades ligadas a estes lugares. Na cidade de Manaus, a atuação do Estado para o controle da vida social e privada das pessoas se deu por uma via indireta não menos eficaz, servindo-se de um instrumento privilegiado, (LEFEBVRE, 1978, p. 303) o espaço exerce uma função que vai além das suas características em si, pois detém uma responsabilidade territorial que a torna um nóculo importante internamente na rede, exerce diversas funções urbanas e contém diferentes arranjos institucionais que são importantes não só para o município, mas principalmente para as cidades e municípios ao seu redor. A importância territorial da cidade tem origem no desenvolvimento histórico-geográfico que constituiu a rede urbana.

Tantas referências a Manaus são para destacar que apesar da distância física entre Tefé e Manaus, o que ocorre na capital tende a afetar a atuação dos agentes produtores do espaço, principalmente do Estado, em todas as cidades do Amazonas.

Segundo Corrêa (2004, p. 11) a ação dos agentes produtores do espaço urbano se faz dentro de um marco jurídico que age como regulador com relação à atuação dos mesmos. Por outro lado convém apontar a ação dominante exercida pelos produtores, no intuito de dominar a sociedade através do capitalismo, reproduzindo as relações de produção.

No capitalismo os grandes capitais industrial, financeiro e imobiliário compram, especulam, financiam, administram e produzem o espaço urbano. A complexidade da ação dos agentes sociais inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infra-estrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade. É preciso considerar entretanto, que, a cada transformação do espaço urbano, este se mantém simultaneamente fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, ainda que as formas espaciais e suas funções tenham mudado. A desigualdade socioespacial também não desaparece, o equilíbrio social e a organização espacial não passam de discurso tecnocrático, impregnado de ideologia. (CORRÊA, 2004, p.13-14)

Segundo Corrêa (2004, p. 12), os agentes que promovem a complexidade da produção do espaço urbano podem ser identificados, são eles: os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos.

Em uma abordagem bastante sintetizada apresentaremos o papel dos agentes produtores enfocando a Amazônia, o Amazonas e o município de Tefé, comentando alguns conjuntos de ações desenvolvidas.

Na Amazônia o modo de produção imposto pela economia capitalista determina em grande parte, os estilos de desenvolvimento e as estratégias regionais. A fronteira amazônica só pode, portanto ser compreendida a partir da inserção do Brasil no sistema capitalista global do pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945), em que o capitalismo atua no espaço planetário mas os Estados nacionais conservam suas funções de controle e hierarquização, constituindo agentes primordiais na produção do novo espaço.

Segundo Becker (1990, p. 11-17), o primeiro devassamento foi a busca pelas “drogas do sertão”, após o ciclo da borracha, demandada pela industrialização dos Estados Unidos e da Europa. A partir de 1920 e 1930, têm início as fronteiras pioneiras agropecuárias e minerais com migrantes oriundos do Nordeste intensificados nas décadas de 1950 e 1960. A partir dos anos 1970 há um novo padrão de inserção do Brasil na economia mundial, o marco do novo padrão é a meta da produção industrial moderna, o Estado se associa às corporações transnacionais, num processo de nacionalização/transnacionalização; estilo de desenvolvimento adotado pelo governo em conjunto com firmas e bancos internacionais e locais.

O Estado passa a subsidiar a ocupação de terras da frente de expansão pioneira e a implantação de redes de integração espacial: redes rodoviária, hidroelétrica de telecomunicações, de instituições estatais e organizações privadas. Passando a desenvolver vários programas e projetos com vários objetivos, tais como: Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA, 1970), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Ministério do Interior (INCRA, 1970), Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA, 1974), Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT, 1980), Programa Grande Carajás (PGC, 1980), entre outros. Com a crise econômica do final dos anos 1970 e procurando aumentar rapidamente as exportações e desenvolver tecnologia foram criados o Programa Grande Carajás e o Projeto Calha Norte.

Com relação à apropriação da terra apontamos os produtores empresários e fazendeiros que exercem conjuntamente o monopólio da terra. As empresas agropecuárias e os fazendeiros individuais detêm a concentração de terras tanto quantitativa quanto qualitativamente, por meio de empresas vinculadas diretamente a firmas industriais, comerciais multinacionais sediadas no Sudeste, principalmente em São Paulo e Minas Gerais.

Os pequenos produtores, categoria constituída por proprietários, posseiros, meeiros e rentistas, constituem uma parcela significativa em número, mas não em área apropriada, do conjunto de produtores.

O papel do Estado no processo de produção do espaço na Amazônia é, em primeiro lugar, o de criar as condições gerais para atender às novas necessidades de expansão e reprodução do capital na região. Mas há também objetivos geopolíticos baseados na ideologia da segurança e integração nacional e no controle das crises sociais. Essa ação do Estado toma forma a partir da criação ou reestruturação de vários órgãos da administração pública federal, estadual e municipal e de empresas estatais.

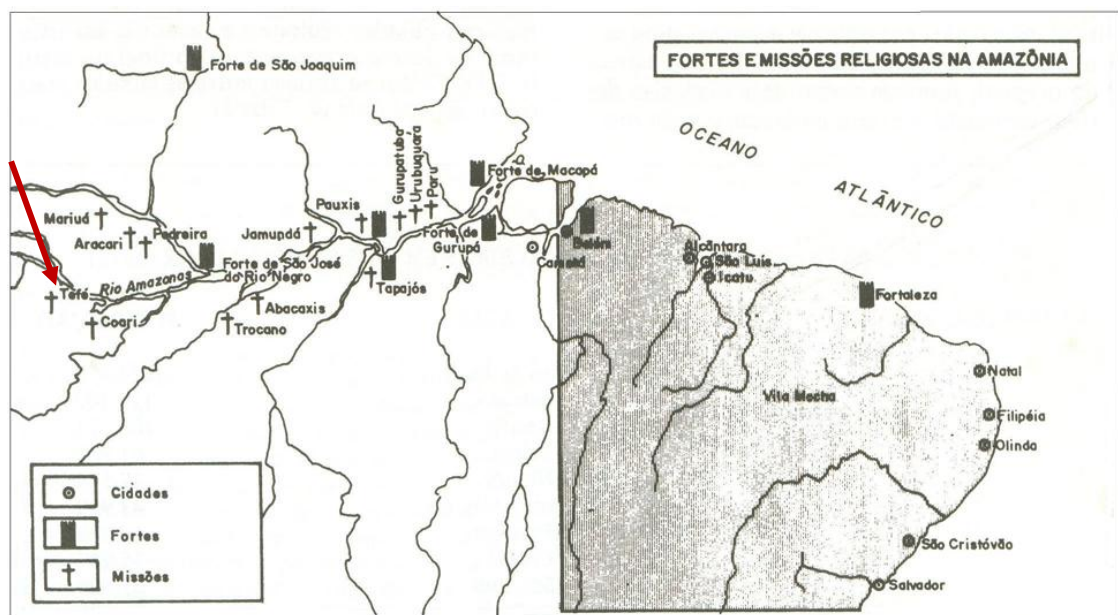
A atuação do Estado para a produção do espaço representa uma intervenção numa dada realidade gerando conflitos sociais, políticos e ideológicos. O Estado direcionou a criação das condições de infra-estrutura e de ação política visando incluir de forma mais explícita e profunda a região no contexto do “modelo econômico” vigente.

Como afirma Oliveira (2003, p. 36) o espaço que se produziu em Manaus, não é único, pois está contido e contém uma totalidade que inclui tanto o processo de desenvolvimento da Amazônia como a forma de produção da sociedade nacional, refletindo a maneira da espacialização de outras cidades brasileiras assinaladas pela contradição: as ilhas de luxo, riqueza e bem-estar cercadas de extrema miséria por todos os lados. Nesse processo, o Estado, por meio das políticas públicas urbanas, contribui para a produção do espaço que caracteriza a maioria das cidades.

Em Manaus, o Estado, por ação ou omissão, produziu um espaço revelador de sua natureza imanente. A espacialidade da cidade decorre de conflitos entre os vários sujeitos, em que prevalecem os interesses de setores e segmentos de classes mais poderosas e atuantes que impõem ao Estado mecanismos de controle capazes de garantir suas necessidades em prejuízo dos demais segmentos da sociedade.

O caráter regulador do Estado estabeleceu a separação social que especialmente se explicita por meio das diferenças socioeconômicas e culturais configuradas numa complexa hierarquia social que se evidencia em hierarquia espacial. A ação do Estado não se limitou a gerir as relações sociais pelas vias institucionais. Dissolveram-se os espaços existentes, produzindo um espaço novo, definido pelas diferenças entre os lugares e as atividades ligadas a estes lugares. Como tal, a infra-estrutura urbana estava concentrada na área central onde estavam localizadas as empresas e a moradia da elite, enquanto na periferia destinada aos pobres pouco ou nada foi realizado.

Como ressalta Cabral (2004, p.6) a produção do espaço em Tefé tem início com os jesuítas, responsáveis pela formação das primeiras vilas e povoados em várias partes da Amazônia. A ação evangelizadora e educacional desenvolvida por eles, no início em áreas do litoral, logo alcançou também o interior por intermédio das chamadas “Missões”. As missões na Amazônia se espalharam acompanhando a extensa rede fluvial, conforme indica a Figura 1. Por meio delas esses grupos religiosos iniciaram a tarefa sistemática da colonização e da exploração econômica do vale amazônico. A busca pelas “drogas do sertão” nos séculos XVII e XVIII, ao longo da floresta inundável localizada ao longo dos eixos fluviais navegáveis, foi o primeiro devassamento sofrido pela Região Amazônica. Nesse período as manifestações de povoamento foram baseadas nos núcleos militares e coloniais e nas missões religiosas em São Gabriel da Cachoeira, Barcelos, Tefé, Santarém e outras localidades.



**Figura 1** – Fortes e missões religiosas na Amazônia<sup>4</sup>, com Tefé sinalizada  
**Fonte:** Maniçoba Regina, 2004.

As missões, fortalezas e povoados resultaram na formação dos primeiros núcleos urbanos na Amazônia, todos às margens dos principais rios, únicas vias de articulação dos locais por onde circularam índios escravizados e drogas do sertão rio abaixo e, mercadorias e as ordens da colonização rio acima. Este é o caso, do município de Tefé, onde as primeiras missões instituídas pelos jesuítas para a evangelização da comunidade indígena foram fundadas pelo padre Samuel Fritz, enviado para o Amazonas a serviço da Espanha. Os

<sup>4</sup> Nota: A subdivisão apresentada no mapa corresponde ao Tratado de Tordesilhas, acordo firmado por Portugal e Espanha definindo a partilha da América a partir de uma linha imaginária que dividia as terras em dois hemisférios: as terras descobertas a Leste pertenceriam a Portugal e as descobertas a Oeste pertenceriam à Espanha (SOUZA, 2004).



primeiros produtores do espaço urbano não contribuíram muito para a fisionomia urbana do núcleo.

O Estado sim, contribuiu bastante para a reprodução do espaço, delimitando áreas para a construção das primeiras residências que pertenciam aos grandes produtores de borracha; com os impostos cobrados é que a cidade se mantinha. A igreja impulsionou o desenvolvimento de Tefé, construindo estaleiros, instalando fábricas de tijolos e telhas, serrarias, modificando significativamente a paisagem. Foram sendo implantados, com o tempo, vários órgãos que manteriam o desenvolvimento do núcleo, tais como: Coletoria, Prédio da Prefeitura, Delegacia de Fazenda, posto do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), construção do aeroporto, prédio da Companhia de Saneamento Básico do Amazonas (COSAMA), entre outros.

Com a vinda de imigrantes sírios libaneses, judeus, turcos e portugueses, que fixaram residência na cidade, houve desenvolvimento do comércio e exclusão de parte da população de menor poder aquisitivo para áreas mais distantes, e para a Orla, pois na parte central da cidade ficaram só aqueles com maior poder aquisitivo, desenhando a segregação espacial do município, fato que perdura atualmente.

## **2.2 Breve Histórico do Município**

A história de Tefé se confunde com a própria história da Amazônia Ocidental, e tem um conteúdo rico em passagens históricas que marcaram a colonização da região.

A conquista inicia com as missões espanholas no século XVII, consolidadas com o trabalho do citado padre jesuíta Samuel Fritz, que em 1688 fundou a missão Santa Teresa D'Ávila dos Auxiaris, na barra do rio Tapi (Tefé). Logo a seguir vieram os carmelitas portugueses para disputarem o território com os espanhóis, e foram combatidos até que em 1710 o governador do Pará mandou uma tropa expulsar os missionários espanhóis da região.

Foi o carmelita Frei André que reuniu os sobreviventes das aldeias e missões destruídas e os trouxe para o local onde fica atualmente a cidade, fundada em 15 de outubro de 1718.

Em meados do século XVIII, a expulsão dos jesuítas e a Carta Régia descaracterizaram o aspecto missionário da colonização e criou um novo sistema administrativo para a região. A administração da missão de Santa Teresa D'Ávila foi transformada em Diretório, e foi criado o distrito com o nome de Ega, elevado à categoria de Vila, então com 498 habitantes. O missionário passou a ser apenas vigário e criou-se a Câmara Municipal e outros órgãos públicos.

Ainda no século XVIII, na disputa com os espanhóis pela posse da região, foram instalados contingentes militares portugueses em Tabatinga, no rio Javari em São Paulo de Olivença e na Vila de Ega. Posteriormente foi criado o forte Príncipe da Beira e a Quarta Comissão de Limites, que se reuniu em Ega e decidiu pela posse portuguesa da região.

Encerrava-se aí a fase histórica das lutas pelo domínio e colonização da região. A vila de Ega, passou a ter a primeira escola, fundada pelo padre Luiz Gonçalves de Souza e outras ações foram implementadas, passando por períodos de crescimento lento e retrocesso.

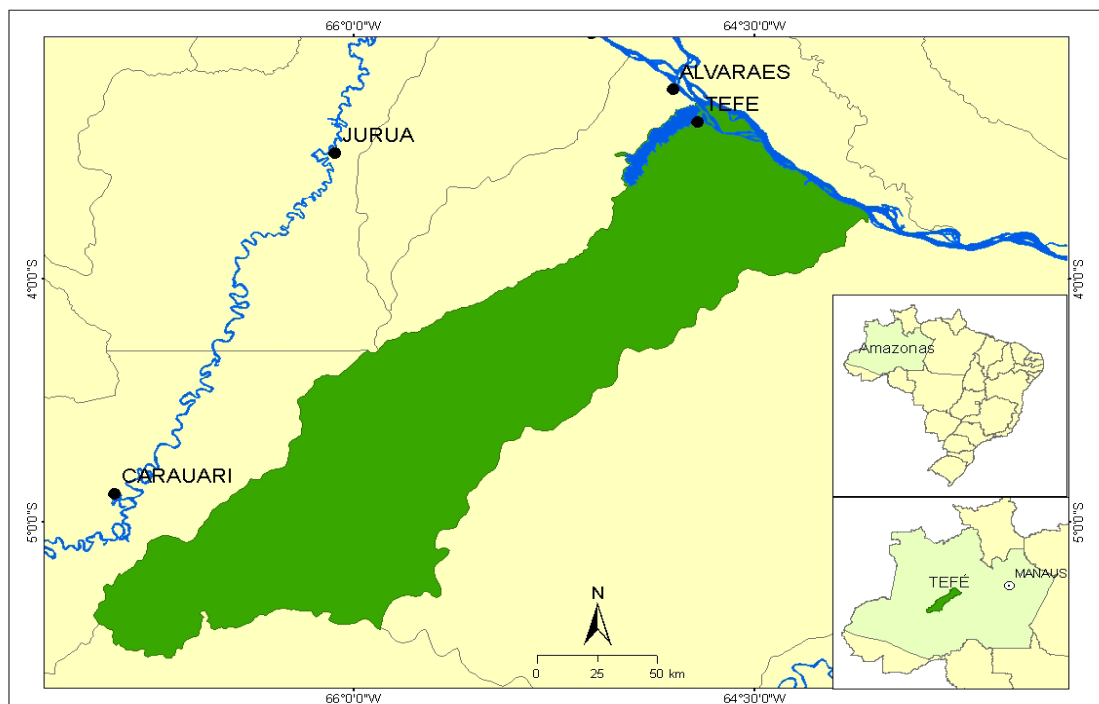
Em 1855, Ega é elevada à categoria de cidade, com o nome consagrado de Tefé, originário do topônimo, Tupebas (nação indígena Cambebas, também chamados de cabeças chatas), numa variação sucessiva para Tepé, Tephé, Teffé e Tefé.

No imenso território compreendido entre Coari e Tabatinga, se constituiu Tefé, com os seguintes distritos: São Francisco Xavier de Tabatinga, São Paulo dos Cambebas, Nossa Senhora de Guadalupe, Meneruá, Suassutuba, São Francisco dos Omáguas, Tefé dos Axiuaris, Coari e outros. Porém, cada distrito tinha sua administração própria e, futuramente se tornariam municípios autônomos.

No decorrer dos anos, o município sofreu sete desmembramentos e atualmente limita-se com Coari, Carauari, Alvarães, Marã e Tapauá.

Na Amazônia, em se tratando do processo histórico das cidades ribeirinhas, todos os municípios do Alto Solimões se formaram desmembrados do município de Tefé. Apesar disso, a cidade de Tefé foi se desenvolvendo sendo considerada uma das cidades mais importantes do estado do Amazonas.

Tefé está localizada na porção central do Estado do Amazonas (Figura 2) mais precisamente 5° 21' 2" de Latitude Sul e 64° 40' 2" de Longitude Oeste, na mesoregião nº. 03 centro-amazonense, microregião nº. 005, código municipal 0420, encontra-se distante de Manaus 516 Km, por via aérea e 633 km, por via fluvial. É considerada um pólo geográfico.



**Figura 2** – Localização de Tefé no estado do Amazonas  
**Fonte:** Alexandre Donato, 2009.

A figura 3 mostra o panorama urbano do município de Tefé-Am, o acesso à cidade é feito somente por meio de transporte fluvial ou aéreo. A cidade possui um grande lago, cujo nome é o mesmo do município, e a esquerda (abaixo) o Igarapé do Xidaranim (dialeto Tupi: lugar das piranhas pequenas).



**Figura 3** – Vista Panorâmica de Tefé, do Lago Tefé, do Igarapé do Xidaranim (ao fundo)  
**Fonte:** Disponível em: <<http://www.eganet.com.br/>>. Acesso em: 17 out. 2007.

Tefé tem uma população atual de 61.453 mil habitantes (IBGE, 2010). A ocupação da zona urbana, desde 1940, vem crescendo consideravelmente, sem planejamento urbano, sem abertura legal de bairros e implantação de infra-estrutura física e social. A tabela 1, abaixo, nos mostra a velocidade do crescimento da cidade. A população ocupou as margens do Igarapé do Xidarim, do bairro do Juruá, do bairro de Santa Rosa e da parte central da cidade, intensificando o uso dos recursos hídricos e da vegetação ciliar. Em pouco mais de cinco décadas, o perfil da população de Tefé mudou de rural para urbana, trazendo consigo problemas de ordem ambiental, econômica e social.

**Tabela 1**  
**Dados Populacionais do Município de Tefé 1940 a 2010**

<b>Ano</b>	<b>Zona Urbana (mil/hab.)</b>	<b>Zona Rural (mil/hab.)</b>	<b>Zona Urbana e Rural (mil/hab.)</b>
1940 <sup>(1)</sup>	1.968	13.689	15.657
1990 <sup>(1)</sup>	39.057	14.913	53.970
2010 <sup>(2)</sup>	50.069	11.384	61.453

Fonte: <sup>(1)</sup> Pessoa (2004); <sup>(2)</sup> IBGE (2010).

Tefé, à margem direita do rio Solimões, funciona como pólo de desenvolvimento econômico para as cidades vizinhas, sua economia é predominantemente de atividades do setor primário, sendo a agricultura a mais importante seguida da pecuária e do extrativismo – castanha e banana. Neste contexto, o município destaca-se no abastecimento de pescado, farinha de mandioca, juta, frutas, hortigranjeiros, etc., porém em pequena escala. A pesca atende, inclusive, o mercado externo, como Colômbia e Peru.

No setor da agricultura, a maior parte cabe às culturas temporárias, como juta, feijão, melancia, milho, mandioca, etc. Em apoio ao setor primário, atuam em Tefé várias entidades: o Instituto do Desenvolvimento do Amazonas (IDAM), o qual ajuda os agricultores da região incentivando-os a plantarem e cultivarem principalmente verduras e legumes, orientando-os no modo de fertilizarem o solo e evitarem as queimadas, doando mudas e sementes de várias espécies de verduras legumes, frutas; o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que tem o papel de apoiar o pequeno agricultor; a Colônia de Pescadores, que orienta os pescadores de acordo com seus direitos e deveres dentro da legislação municipal, levando conhecimentos em relação a captura dos pescados e lagos a serem preservados; o Sindicato Rural, que auxilia o agricultor no seu trabalho, encaminha as aposentadorias e distribui medicamentos aos sócios, quando necessário; o BRADESCO, banco particular que

vêm prestando financiamentos, principalmente, para as culturas temporárias, por exemplo o desenvolvimento do projeto Terceiro Ciclo, no qual os agricultores poderão ter facilidade em adquirir instrumentos para desenvolver suas atividades agrícolas e pecuárias, e até mesmo artesanais em todo o interior do Amazonas; a Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento (SEMPA) tem um papel importantíssimo junto ao agricultor e às comunidades rurais que criam galinhas e outros animais, plantam diversas verduras e distribuem para as escolas, assim como, incentiva a plantação de horta e criação de animais domésticos, orientando o cultivo, o modo de plantar e colher, bem como o preparo da terra e técnicas corretas de aproveitamento agrário do município. Visto que o Amazonas possui uma vasta área de várzea, há facilidade no plantio de culturas temporárias, principalmente na época das secas prolongadas, e com o apoio desses órgãos competentes o produtor da região poderá plantar e ter auxílio de pessoas formadas e com experiência no setor.

O contingente populacional que veio para trabalhar na Universidade do Estado do Amazonas (UEA), no Exército e as famílias que vieram desenvolver alguma atividade econômica mudou a vida da população tefeense e trouxe novos hábitos, costumes e problemas. Por exemplo, há falta de produtos, principalmente frutos, no mercado local. Grande parte dos produtos vem de outros estados ou de Manaus, a capital do Amazonas. Com a abertura de estradas que dão acesso a outras comunidades, começa a ocorrer um processo de assentamentos precários e chegada de pequenos agricultores que abandonaram suas terras em meio à floresta e vieram para a cidade em busca de melhores condições de vida e emprego.

Nesta última década a cidade esteve no esquecimento por conta de políticos sem nenhum compromisso, o que piorou a economia local, e sem apoio governamental os pequenos produtores não conseguiram desenvolver-se economicamente.

Mesmo assim, Tefé tem um comércio em expansão, que atende a demanda dos municípios vizinhos. Tem importante função de “vigilância da Amazônia”, por isso nela foi instalada, em 25 de maio de 1992, a 16ª Brigada de Infantaria de Selva. A Brigada surgiu em 1971 com a criação, em Cruz Alta (RS), do 1º Grupamento de Fronteira (1º Gpt Fron), transferido mais tarde para Santo Ângelo (RS). Em 1980, com a extinção desse Grupamento, foi criada a 16ª Brigada de Infantaria Motorizada, cujo Comando, em 1º de janeiro de 1993, foi desativado e transferido para Tefé (AM), na condição de Comando da 16ª Brigada de Infantaria de Selva (Figuras 4 e 5), subordinada ao Comando Militar da Amazônia.

Essa transferência redundou – com mudança de denominação – também no deslocamento do 17º Batalhão de Infantaria de Selva (17º BIS), de Cruz Alta para Tefé (AM), e do 61º BIS, de Santo Ângelo para Cruzeiro do Sul (AC).

A área de responsabilidade da Brigada, de aproximadamente 570.000 km<sup>2</sup>, abrange parte dos Estados do Amazonas e do Acre, na fronteira Noroeste do Brasil. Na área de transportes aéreos conta com vôos regulares realizados pelas Companhias Aéreas TRIP Linhas Aéreas e AMAZONAVE Linhas Aéreas; recebe também todos os dias embarcações regionais que transportam passageiros e cargas em geral.

### **2.3 Localização da Área de Estudo**

As paisagens das cidades ribeirinhas da Amazônia, de uma forma geral, apresentam um traçado de ruas cujo final (ou começo) é o rio que passa em sua frente, as ruas e caminhos terminam invariavelmente no porto, a presença de uma rua principal, quase sempre paralela ao rio define, de imediato, a localização de alguns equipamentos que integram a paisagem da cidade propriamente dita. Não que o rio não seja parte constituinte da cidade, ele é, mas, ao mesmo tempo, ele também estabelece seu limite. A beira, assim, é um ponto de contato importante entre o rio e a pequena concentração urbana propriamente dita. Nela e a partir dela dispõe-se, de forma aparentemente caótica, um conjunto de objetos espaciais geográficos, como armazéns, comércios, portos, feira e barcos; estes últimos, de tipos, cores e tamanhos variados.

Atualmente um dos municípios mais populosos no Estado do Amazonas é Tefé, seus aspectos naturais não diferem muito dos outros municípios que se localizam a montante do médio Solimões, rio Amazonas, apresenta um relevo pouco aplainado com altura média de 47 metros acima do nível do mar.

A origem da população tefeense é resultante do processo de miscigenação entre os portugueses, espanhóis e indígenas. A migração, proveniente de vilarejos do interior, ensejou súbito crescimento urbano, no centro e nas regiões periféricas da cidade trouxe como consequência, uma série de problemas socioambientais, como acontece em muitas cidades brasileiras.

O município é a quinta maior cidade do Amazonas, com 157 anos, se destaca por ser um grande entreposto comercial e de belezas naturais, terra de oportunidade atraindo migrantes de várias localidades e outros municípios do Amazonas.

O município tem a porção norte limitada pelo rio Solimões. A zona urbana do município localiza-se à margem direita da foz represada do rio Tefé, conhecido como Lago Tefé, e que a limita em sua porção oeste, noroeste e norte.

Segundo Donato (2009), a inexistência de estradas que cheguem a Tefé limita suas possibilidades de acesso terrestre e aéreo. A mesma viagem que duraria em média oito horas

por estrada torna-se muito mais demorada pelos rios amazônicos, até 48 horas, ou muito mais cara pelo meio aéreo.

As atividades urbanas do município são intensas, o que confere à Tefé o reforço do *status* de cidade pólo da região. Sua importância geopolítica, observada ao longo da história, possibilitou a presença de órgãos e instituições ausentes na maioria dos municípios do Estado do Amazonas. Dentre estes se pode citar: Comando de Brigada do Exército Brasileiro, Agência Fluvial da Marinha do Brasil, Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de Tefé (DTCEA-TF) da Aeronáutica, Delegacia da Polícia Federal, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Fórum de Justiça, Delegacia da Justiça do Trabalho, campus da Universidade Estadual do Amazonas / Centro de Estudos Superiores de Tefé (UEA/CEST) e Terceiro Batalhão de Polícia Militar do Amazonas.

Estando um fator ligado ao outro, a presença desses órgãos e instituições é acompanhada de uma corrente circulação de capital, sendo a rede comercial local bastante diversificada, abastecida principalmente por Manaus. Além do comércio e prestação de serviços, no setor terciário, se verificam atividades relevantes no setor primário principalmente representado pela agricultura, e no setor secundário pela indústria da pesca e móveis.

A principal atividade do setor primário é a agricultura, sobretudo a mandioca, concentrada na zona rural 23 km de estrada afastado do centro. O município é o maior produtor de farinha do médio Solimões, contando com 8 mil agricultores, produzindo cerca de 28 mil toneladas por ano.

Apesar disso, Tefé assim como a maioria das cidades do Estado do Amazonas, enfrenta problemas complexos que perpassam por questões de saúde, energia elétrica, saneamento ambiental e outros.

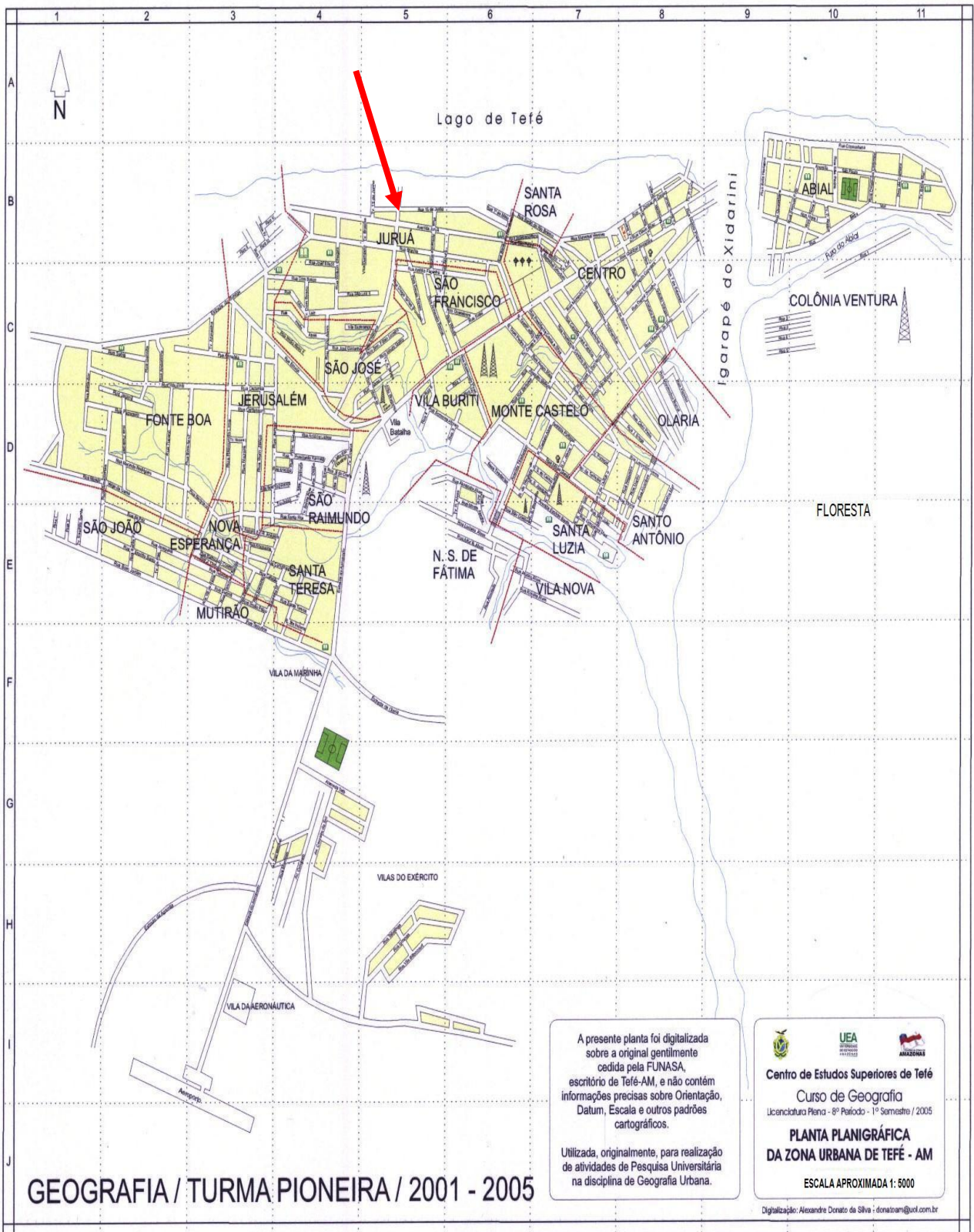
O bairro de Juruá na Orla de Tefé, ocupado a partir de 1969, está localizado na porção oeste do município. Os limites do bairro (Figura 4, adiante) são os seguintes: ao norte, limita-se com o Lago Tefé; ao sul com o bairro de São José; a leste com o bairro de Santa Rosa e o Centro e a oeste com o bairro de Jerusalém.

O bairro encontra-se próximo ao centro comercial e da sede da Prefeitura Municipal. Situa-se na parte mais alta da cidade, limitando-se com o Lago Tefé, apresentando todas as formas possíveis de ocupações, casas de madeira e alvenaria, palafitas, prédios, lojas, mercados, borracharias, escolas com destaque para a Escola Estadual Antídio Borges Façanha, coordenada pela Secretaria de Educação e Qualidade de Ensino (SEDUC-AM), classificada como a melhor escola do município; uma escola particular, bares, restaurantes, o

cemitério da cidade, rádio alternativa coordenada pela Prefeitura Municipal de Tefé. Encontramos no local a instituição Sistema Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), o escritório da Reserva Sustentável de Mamirauá, a Delegacia de Polícia Civil e do Centro Psíquico Social Lígia Rodrigues Barros, etc. É um bairro em franco crescimento. É um dos mais populosos dos vinte e um bairros existentes no município. A população que habita o bairro, está em área estratégica porque a maioria é composta por pescadores e agricultores e isso facilita o desenvolvimento das atividades de trabalho.

No processo de criação do bairro ocorreram várias mudanças estruturais e sociais, mas a ocupação da Orla do bairro não recebeu melhoramentos urbanos. Na parte superior do bairro observamos a construção de equipamentos públicos, a parte inferior se originou propriamente com características de um bairro com feições rurais. As principais ruas como a Juiz de Fora e a Brasília são transitáveis, são asfaltadas, possuem meio fio e são bem conservadas. A distância em relação ao centro é pequena, o bairro fica perto do comércio local, do mercado municipal e das agências bancárias, permitindo o deslocamento da população facilmente.





**Figura 4** – Planta da cidade Tefé.

**Fonte:** CEST/UEA. Alexandre Donato da Silva, 2004.

Os aspectos ressaltados são apenas alguns dentre muitos que compõem o bairro de Juruá (Figura 5). Com a finalidade de se compreender melhor a origem, as ocupações e as formas de uso do espaço do bairro, será realizada uma pesquisa de campo acerca de sua história e das mudanças estruturais e sociais ocorridas no bairro no decorrer do tempo.



**Figura 5** – Vista parte da Orla do bairro do Juruá, no município de Tefé.  
**Fonte:** UEA.Trabalho de Campo/Curso de Geografia, 2010

Os bairros, 21 no total, e as ruas da cidade de Tefé, foram abertos em função da demanda de migrantes que vieram das zonas rurais, de municípios circunvizinhos e até mesmo de outros bairros e de zonas periféricas, e vivem amontoados em casas precárias.

Para os imigrantes que vinham da região dos rios Juruá e Solimões, o prefeito Armando Retto do partido MDB, construiu entre 1960 e 1970, os bairros do Juruá I e II. Os moradores do Juruá II mudaram o nome do bairro para São Francisco, ficando apenas um deles com o nome de Juruá.

Foi dado início a estruturação das ruas do bairro Juruá I, na parte superior, ou seja na área plana, pois o terreno tinha sido um antigo campo de criação de gado. Como já contava com as máquinas de um Serviço Rodoviário, foi mais rápida a urbanização da área.

É um bairro em franco crescimento, economicamente, as famílias têm uma renda na média de um a dois salários mínimos, com fontes oriundas do funcionalismo público, agricultura familiar e serviços terceirizados. Sobre este assunto, pode-se dizer que em relação aos outros bairros, as famílias têm um "grande" poder aquisitivo, com influência na economia local.

É bem iluminado, com alguns telefones públicos, com casas, tanto de alvenaria quanto de madeira; postos de gasolina, clínica dentária, rádio, posto de saúde, metalúrgica, borracharias, movelarias, escolas públicas, igrejas evangélicas e católicas, pousadas, papelarias, salão de beleza, panificadora, delegacia, mercearias, bares, lanchonete, armazéns, lojas de confecções etc. Enfim, dispõe de infra-estrutura básica para os moradores, com exceção de saneamento ambiental.

A coleta de lixo, não é freqüente, semanalmente é efetuada somente nas principais ruas do bairro. Um outro sério problema está no abastecimento de água, porque há vários anos, a incúria administrativa sacrifica as famílias e, até agora o problema não foi resolvido pela concessionária responsável, pelo fornecimento de água à cidade.

No campo da saúde, o bairro fica relativamente próximo ao centro da cidade, o que permitiu a utilização do Centro de Saúde Adonay e também da Fundação Nacional de Saúde (FNS), mas os moradores consideram que este serviço está quase paralisado por falta de investimentos, principalmente pela escassez de profissionais especializados e remédios, uma vez que as famílias carentes quando procuram os serviços de saúde, não conseguem ser atendidas com qualidade.

## 2.4 Bairro

O bairro pode ser definido como um lugar específico dentro do todo urbano, ou seja, uma das diversas partes pelas quais é composta uma cidade. De acordo com Souza (1989), a origem etimológica da palavra bairro provém do vocábulo árabe *barr* ou *bar*, cujo significado corresponde a terra, campo ou campo imediato a uma população.

Sob a ótica do urbanismo, o termo pode ser concebido do seguinte modo: “bairros são as regiões médias ou grandes de uma cidade concebidos como forma [...] como [lôcus] dotados de extensão bidimensional”. (LYNCH, 1997, p. 52).

Entretanto, ressalta-se que o conceito de bairro não deve ser reduzido a um espaço geográfico qualquer inserido no todo urbano, mas sim deve ser entendido como célula pulsante da vida cotidiana da cidade, lugar onde, no decorrer do tempo, se travam mudanças históricas e sociais que refletem diretamente na modificação morfológica da paisagem urbana e na vida cotidiana de seus habitantes. Assim, é por essa razão que Silva (1999, p.12) diz:

[...] por sua própria natureza, o bairro é concebido como um lugar de grandes potencialidades; um espaço complexo, imbuído de variadas significações conferidas pela própria dialética do cotidiano; é ainda a referência que o usuário tem de pertencimento ao lugar – seu ponto de partida e chegada.

Na construção do espaço urbano, o bairro pode ser observado como sendo uma espécie de microespaço dentro da própria cidade. O bairro se configura enquanto *lócus* em que diversas experiências da vida social acontecem, tais como a moradia, o comércio, o trabalho, o lazer e outras relações estabelecidas nesse espaço. Tais experiências suscitam a noção de pertencimento dos moradores ao referido local. Portanto, ao se configurar enquanto estrutura, em que as relações sociais se concretizam, é possível afirmar que os bairros desempenham, sem dúvida, um relevante caráter histórico, alicerçado em suas origens, ocupação e formas de uso do seu espaço.

A noção de bairro está relacionada com sua localização e funcionalidade, associada com as necessidades de cada indivíduo em morar nesse ou naquele pedaço da cidade. Cada setor da cidade tem sua morfologia social com características próprias, determinadas por uma paisagem urbana, por um conteúdo social e função.

O bairro torna-se uma parte da forma da cidade ligada à evolução da sociedade, constituindo-se de uma essência social, distinta do restante. Socialmente o bairro é uma unidade estrutural, com uma paisagem urbana característica, intimamente ligada a fatores de segregação de classe, raça ou religião, funções econômicas e sociais, estando na base da estrutura social urbana.

A irregularidade habitacional em Tefé é caracterizada por quatro tipos de assentamentos: 1) bairros resultantes de “invasões”; 2) as favelas ou palafitas que ocupam a Orla do município; 3) bairros regulamentados que oferecem equipamentos de infra-estrutura; e 4) zonas rurais contando com oitenta e duas comunidades<sup>5</sup>. Dentre os tipos de bairros citados não se tem cadastros de quantas famílias existem. Nas áreas de favelas e palafitas há entre 10 e 15 mil pessoas, o restante da população pertence aos outros tipos de bairros mencionados e à zona rural. Nosso bairro de estudo em Tefé é o Juruá (Figura 6), sobre o qual discorreremos mais adiante.

---

<sup>5</sup> Comunidades: são pontos de civilizações a margem dos rios localizadas nos municípios, onde moram os ribeirinhos a maioria desenvolvem a agricultura familiar, são pescadores, indígenas, caboclos.



**Figura 6** – Orla do Bairro do Juruá em Tefé.

**Fonte:** UEA.Trabalho de Campo/Curso de Geografia, 2010.

## 2.5 Impactos Socioambientais

O termo impacto vem da expressão do latim *impactu* que significa “choque” (ou colisão); na terminologia do direito ambiental a palavra aparece com o mesmo sentido (choque ou colisão) de substâncias (sólidas, líquidas ou gasosas), de radiação ou de formas diversas de energia, decorrentes da realização de obras ou atividades com alteração no ambiente natural.

Mota (2003) entende impacto ambiental como a cadeia de efeitos que se produzem no meio natural e social (antrópico), como consequência de uma determinada ação.

A Resolução número 01/86 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), define impacto ambiental como qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio causadas por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas, que, direta ou indiretamente, afetem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; a qualidade dos recursos ambientais.

Os entendimentos acima apresentam em comum a compreensão de que impacto ambiental envolve uma alteração no meio, resultante da ação dos homens organizados em sociedade. Essa alteração pode, em maior ou menor proporção, afetar a segurança e a saúde da população, colocar em risco a existência de espécies animais e vegetais e comprometer a qualidade dos recursos naturais.

A sociedade humana, para satisfazer suas necessidades, tem provocado alterações no meio ambiente, ao explorar os recursos naturais e promover a urbanização em larga escala, criando uma série de problemas ambientais, como a geração de resíduos e a poluição do ar, da água e do solo.

De acordo com Mota (2003), a ocupação de um ambiente natural, no processo de urbanização, geralmente ocorre com a remoção da cobertura vegetal. O desmatamento, quando feito de forma inadequada, resulta em vários impactos ambientais, tais como: modificações climáticas, danos à flora e fauna, desnudamento do solo, causando o incremento da erosão; remoção da camada fértil do solo, empobrecendo-o; assoreamento dos recursos hídricos; aumento do escoamento superficial da água e redução da infiltração; inundações; desmoronamentos e poluição de cursos d'água, dentre outros.

Historicamente, a degradação do ambiente das cidades vem acompanhada do crescimento e desenvolvimento das mesmas, como conseqüências dos processos econômicos, sociais, políticos, culturais, entre outros, que ocorrem ao longo do desenvolvimento das sociedades, sobretudo da capitalista.

Atualmente é possível perceber que o crescimento das cidades, há décadas, sem infra-estrutura adequada, tem sido responsável pelo aumento da pressão das atividades humanas sobre o meio ambiente físico, gerando efeitos grandiosos (impactos ambientais) para a cidade como um todo.

As cidades da Amazônia, em sua maior parte, são caracterizadas a partir de certo modelo de urbanização tradicional (BECKER, 1990); as cidades apresentam em seu traçado urbanístico, bem como em suas localizações, às margens dos rios, muitos elementos herdados do período de conquista e defesa do território amazônico, o que nos leva a pensar no papel desempenhado pela forma urbana e pelo conteúdo dessas cidades no passado com vistas a compreendê-las notadamente no que diz respeito às suas inserções no atual contexto da Região Amazônica.

Entre as cidades com problemáticas socioambientais apontamos Tefé (Figuras 7 e 8). Segundo dados da Prefeitura Municipal de Tefé, existem 82 comunidades cadastradas no município distribuídas pelo rio Solimões, Tefé, Lago do Caiambé, Costa de Tefé e nas estradas da Agrovila e Emade.



**Figura 7** – Área central do município de Tefé.  
**Fonte:** UEA.Trabalho de Campo/Curso de Geografia, 2009.



**Figura 8** – Vista da entrada da cidade de Tefé.  
**Fonte:** UEA.Trabalho de Campo/Curso de Geografia, 2010.

Na cidade o aumento da concentração urbana vem ocasionando diversos problemas socioambientais, pois o processo de urbanização gerou um crescimento que tem provocado, nos últimos anos, mudanças na paisagem, principalmente na Orla do município.

Do total de população na área urbana, aproximadamente cinco a dez mil pessoas ocupam a Orla do município, local resultante de “invasões” que não obedeceram a nenhuma regra de implantação. As moradias existentes não contam com nenhum aparato de infraestrutura e estão desprovidas de saneamento ambiental. Segundo Custódio (2005, p.100) o saneamento ambiental é compreendido como um conjunto de serviços que devem ser prestados de forma integrada e concomitante, quais sejam: abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, drenagem de águas pluviais urbanas e disposição de resíduos sólidos e limpeza urbana. A ausência desses ocasiona vários problemas ambientais: perda total das áreas verdes, erosão do solo, desmoronamentos de encostas, degradação do solo, poluição da água, assoreamento do rio, despejo de efluentes, entre outros.

A Orla do município de Tefé é um exemplo da realidade nacional. Os bairros circunvizinhos receberam quase todo o apoio organizacional municipal e estadual, porém por ela por ter sido uma área de “invasão”, deixou de receber os serviços de infra-estrutura, como saneamento ambiental. O impacto ambiental nessa faixa é tão visível que pode ser observado sem muitas especulações. Apesar de não serem problemas exclusivos da Amazônia, os índices de atendimento dos serviços urbanos públicos estão muito abaixo da média brasileira. Assim o processo de urbanização não obedece a qualquer consideração de natureza ambiental ou social.

No meio urbano, esse modelo de assentamento transforma o problema ambiental em grave limitação. A degradação ambiental urbana no município de Tefé é antes de tudo uma questão política. De certo modo, não só as questões ambientais, como a social e a econômica passam pela hierarquia do Poder Público.

Observa-se que a exclusão urbana é a continuidade de um processo que se iniciou na zona rural. Excluídos do desenvolvimento rural, os migrantes deixam o campo para a cidade na esperança de sobreviver melhor, sobretudo para ter acesso à saúde e à educação para os filhos. Mas a maioria deles já faz parte de uma lógica de exclusão: sem trabalho, sem formação e com poucos recursos. Para muitos deles, o milagre da cidade vira a realidade dura da favela. É sabido que as conseqüências da segregação urbana são, dentre outras, a insegurança, a violência, a privatização do espaço urbano por parte dos mais favorecidos e a falta de saneamento ambiental que favorecem a separação radical entre as camadas sociais. Separação visível na paisagem urbana dos bairros de Tefé.



## 3

### CARACTERIZAÇÃO DA PROBLEMÁTICA SOCIOAMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE TEFÉ

No presente capítulo propomos discutir a problemática socioambiental no município de Tefé e do bairro do Juruá. Desse modo verificamos o Saneamento Ambiental e a Qualidade de Vida.

#### 3.1 Saneamento Ambiental e Qualidade de Vida

Rueda (2004) ressalta que o exercício da cidadania requer a capacidade de analisar e compreender a realidade, criticá-la e atuar sobre ela, buscando mudar o que pode e deve ser mudado. Nada melhor para criar esta capacidade do que se exercitar no território em que se vive, com o olhar atento para o ambiente que nos rodeia. Para tornar esse exercício mais eficaz, existem caminhos já traçados: melhorar os conhecimentos sobre o tema; organizar a comunidade para fazer os trabalhos coletivos; manter o diálogo com os diferentes setores da sociedade para promover a conciliação de interesses e dar sempre prioridade, aos interesses da comunidade, pois a cidadania é vivida na coletividade.

Para Rafael Pinzón Rueda, do IBAMA - Nacional (2004):

O trato das questões ambientais deverá servir também para que as comunidades alcancem maior grau de cidadania, em função dos novos conhecimentos adquiridos que levam à percepção e busca de direitos. Entre estes, vale a pena ressaltar o Art. 225 da Constituição Federal: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, cabendo ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Portanto, como cidadãos todos temos direito a estarmos informados sobre a situação do meio ambiente para defender a nossa saúde, temos direito a que os danos ambientais sejam reparados e punidos os infratores, têm também os deveres de defender o meio ambiente, respeitar as leis ambientais, reparar os danos causados. O meio ambiente oferece uma ótima oportunidade para o exercício da cidadania, com características muito solidárias, pois se trata de bens comuns.” (RUEDA, 2004, p.3).

Os fenômenos naturais: vendavais, terremotos e inundações, além das atividades humanas de disposição de resíduos sólidos, agropecuários, acidentes no transporte de cargas, dentre muitas outras, alteram as características dos elementos naturais, ou seja, suas propriedades físicas, químicas e biológicas. Quando são explorados os recursos da terra e não são utilizados ou reciclados, o meio ambiente é poluído. A poluição impede que os ciclos naturais se realizem apropriadamente (BARROS *et al.*, 1995).

O lançamento de resíduos industriais e/ou domésticos indiscriminadamente nos cursos d'água, como forma de destino final, pode causar assoreamento, aumento da turbidez e variação do gradiente de temperatura, causando a quebra do ciclo vital das espécies. Quando despejos industriais com temperatura elevada são lançados na água, a sobrevivência de algumas espécies da fauna e da flora aquáticas pode ser comprometida, visto que certas espécies só podem existir dentro de um gradiente relativamente pequeno de temperatura.

A poluição biológica das águas se traduz pela elevada contagem de coliformes fecais e pela presença de resíduos que possam produzir transformações biológicas consideráveis e influenciar diretamente a qualidade de vida dos seres que habitam o meio aquático ou dele tiram o seu sustento. Para Lima (1995, p.39) os afluentes gasosos e particulados emitidos para a atmosfera, oriundos de diversas atividades, podem ser considerados como lixo. Essas substâncias podem produzir ou contribuir para efeitos danosos à vida e ao meio ambiente e, nessas condições, pode-se afirmar que elas são causadoras de poluição atmosférica.

A poluição do ar é uma mistura perigosa de gases residuais, poeiras e outras pequenas partículas formadas na atmosfera. Esse tipo de poluição é causado por fatores naturais como tempestades de areia, queimadas provocadas por raios, atividades vulcânicas e fatores artificiais causados pelas atividades do homem, como emissão de combustíveis de automóveis, queima de combustíveis fósseis em geral, materiais radioativos, queimadas, dentre outros. A chuva ácida, o efeito estufa e a diminuição da camada de ozônio são conseqüências da poluição atmosférica.

A poluição do solo e do subsolo consiste na deposição, disposição, descarga, infiltração, acumulação, injeção ou aterramento no solo e no subsolo de substâncias ou produtos poluentes, em estado sólido, líquido ou gasoso (SILVEIRA, 2005). A poluição do solo é caracterizada principalmente pela lei da entropia ou desordem (segunda lei da termodinâmica). Nas transformações de energia, seja natural ou artificialmente, sempre há degradação, tornando-se cada vez menos utilizável à proporção da sua utilização (LIMA, 1995).

Os resíduos sólidos têm grande importância na degradação do solo. Devido a sua grande quantidade e composição, contaminam o solo chegando até mesmo a degradar os lençóis de água subterrânea. A valorização da limpeza pública e a educação contribuem para evitar a contaminação do solo e para a formação de uma consciência ecológica.

Contudo, nada mais mede a qualidade de vida das pessoas e do ambiente do que a existência ou não de serviços de saneamento básico. O saneamento básico de uma localidade tem relação direta com a qualidade de vida da região. A negligência nos cuidados gerais com as condições

básicas de higiene da população cria uma relação direta entre qualidade ambiental e a condição geral de saúde, em especial por ser a ausência de um sistema de coleta e tratamento de dejetos uma das maiores causas da degradação da qualidade das bacias hidrográficas.

A definição de saneamento básico é muito ampla, e o atual entendimento do setor de saneamento está alterando a expressão para “saneamento ambiental”, o que é mais geral, reunindo a questão da água, esgoto, lixo e drenagem, ou seja, um conjunto de serviços, atividades e infra-estruturas que interferem em muito na qualidade de vida dos indivíduos.

Em 5 de janeiro de 2007 foi promulgada a Lei Federal 11.445, que estabeleceu as diretrizes nacionais e definiu o marco regulatório para o setor de saneamento ambiental no país. O conceito de saneamento compreende, detalhadamente, os seguintes serviços: 1) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição; 2) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até seu lançamento final no meio ambiente; 3) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas; e 4) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção.

Desta feita, o saneamento ambiental compreende um complexo conjunto de procedimentos adotados numa determinada região com vistas a proporcionar uma situação higiênica saudável para os habitantes. Entre os procedimentos do saneamento ambiental, podemos citar: tratamento de água, canalização e tratamento de esgotos, limpeza pública de ruas e avenidas, coleta e tratamento de resíduos orgânicos (em aterros sanitários regularizados) e matérias (através da reciclagem). Com estas medidas de saneamento ambiental, é possível garantir melhores condições de saúde para as pessoas, evitando a contaminação e proliferação de doenças. Ao mesmo tempo, garante-se a preservação do meio ambiente natural.

Comumente, qualquer atividade de saneamento tem os seguintes objetivos: controle e prevenção de doenças, melhoria da qualidade de vida da população, melhoria da produtividade do indivíduo e facilitação da atividade econômica.

Existem mais de 100 doenças decorrentes da falta ou precariedade de saneamento ambiental, entre as quais: cólera, amebíase, vários tipos de diarreia, peste bubônica, lepra, meningite, pólio, herpes, sarampo, hepatite, febre amarela, gripe, malária, leptospirose, ebola, etc. Todas se tornam muito graves se ocorrerem em áreas urbanas por conta do aglomerado populacional que caracterizam as cidades.

### **3.1.1 Abastecimento de água**

A água própria para o consumo humano chama-se água potável. Para ser considerada como tal ela deve obedecer a padrões de potabilidade<sup>6</sup>. Se ela tem substâncias que modificam estes padrões é considerada poluída. As substâncias que indicam poluição por matéria orgânica são: compostos nitrogenados, oxigênio consumido e cloretos. Para o abastecimento de água, a melhor saída é a solução coletiva, excetuando-se comunidades rurais muito afastadas. As partes do sistema público de água são: manancial captação, adução, tratamento, reservação, reservatório de montante ou de jusante e distribuição. As redes de abastecimento funcionam sob o princípio dos vasos comunicantes.

A água necessita de tratamento para se adequar ao consumo, mas todos os métodos têm suas limitações, por isso não é possível tratar água de esgoto para torná-la potável. Os métodos vão desde a simples fervura até a correção de dureza. As estações de tratamento se utilizam de várias fases de decantação e filtração, além de cloração.

### **3.1.2 Sistema de esgotos**

Despejos são compostos de materiais rejeitados ou eliminados devido à atividade normal de uma comunidade. O sistema de esgotos existe para afastar a possibilidade de contato de despejos, esgoto e dejetos humanos com a população, águas de abastecimento, vetores de doenças e alimentos. O sistema de esgotos ajuda a reduzir despesas com o tratamento tanto da água de abastecimento quanto das doenças provocadas pelo contato humano com os dejetos, além de controlar a poluição das praias. O esgoto (também chamado de águas servidas) pode ser de vários tipos: sanitário (água usada para fins higiênicos e industriais), sépticos (em fase de putrefação), pluviais (águas pluviais), combinado (sanitário + pluvial), cru (sem tratamento), fresco (recente, ainda com oxigênio livre).

Existem soluções para a retirada do esgoto e dos dejetos, havendo ou não água encanada. Segundo Carvalho (1991, p.1-4), existem três tipos de sistemas de esgotos: 1)

---

<sup>6</sup> No Brasil a regulamentação se dá pela Portaria 518/2004 do Ministério da Saúde.

sistema unitário: é a coleta dos esgotos pluviais, domésticos e industriais em um único coletor. Tem custo de implantação elevado, assim o tratamento também é caro; 2) sistema separador, os esgotos domésticos e industriais ficam separados do esgoto pluvial. É o usado no Brasil. O custo de implantação é menor, pois as águas pluviais não são tão prejudiciais quanto o esgoto doméstico que tem prioridade por necessitar de tratamento. Assim como o esgoto industrial, nem sempre pode se juntar ao esgoto sanitário sem tratamento especial prévio; 3) sistema misto, a rede recebe o esgoto sanitário e uma parte das águas pluviais.

A contribuição domiciliar para o esgoto está diretamente relacionada com o consumo de água. As diferenças entre água e esgoto é a quantidade de microorganismos no último, que é tremendamente maior. O esgoto não precisa ser tratado, depende das condições locais, desde que estas permitam a estabilização. Quando isso não é possível, ele deve ser tratado em uma estação de tratamento.

Em Tefé o sistema de coleta e tratamento do esgoto sanitário beneficia apenas 32,40% da população; o restante dos dejetos corre pela cidade, é lançado direto no Lago de Tefé, nas encostas e nos igarapés que atravessam alguns pontos a cidade.

### **3.1.3 Disposição de resíduos sólidos**

O lixo é o conjunto de resíduos sólidos resultantes da atividade humana. Ele é constituído de substâncias putrescíveis, combustíveis e incombustíveis. O lixo tem que ser bem acondicionado para facilitar sua remoção. Às vezes, a parte orgânica do lixo é triturada e jogada na rede de esgoto. Se isso facilita a remoção do lixo e sua possível coleta seletiva, também representa mais uma carga para o sistema de esgotos. Enquanto a parte inorgânica do lixo vai para a possível reciclagem, a orgânica pode ir para a alimentação de animais. O sistema de coleta tem que ter periodicidade regular, intervalos curtos; e a coleta noturna ainda é a melhor, apesar dos ruídos. O lixo pode ser lançado, indevidamente, em rios, mares ou a céu aberto, enterrado, ir para um aterro sanitário (o mais indicado) ou incinerado. Também pode ter suas graxas e gorduras recuperadas, ser fermentado ou passar pelo processo Indore<sup>7</sup>.

### **3.1.4 Drenagem de águas pluviais**

São essencialmente sistemas preventivos de inundações, principalmente nas áreas mais baixas das comunidades sujeitas a alagamentos ou marginais de cursos naturais.

---

<sup>7</sup> Processo Indore: No Brasil é conhecido como processo de compostagem do lixo. Tem este nome por originar-se do estado de Indore, na Índia. Fonte: Howard, Albert, 2007.

Os sistemas de drenagem são classificados de acordo com suas dimensões, em sistemas de micro e macrodrenagem. O cuidado com a microdrenagem é particularmente importante para as cidades, pois incluem a coleta e afastamento das águas superficiais ou subterrâneas através de pequenas e médias galerias, fazendo ainda parte do sistema todos os componentes do projeto para que tal ocorra. Se houver manutenção indevida são maiores os riscos de inundações.

Todos os serviços de saneamento ambiental, acima descritos, são essenciais à vida, gerando, quando prestados adequadamente, saúde para a população. Neste sentido, fica evidente a relação entre saneamento ambiental e qualidade de vida.

A qualidade de vida é a união das condições econômicas, ambientais, científico-culturais e políticas coletivamente construídas e postas à disposição dos indivíduos para que eles realizem suas potencialidades. No que diz respeito à garantia de certas necessidades e confortos básicos, como adequada qualidade ambiental, acessibilidade aos equipamentos coletivos urbanos, saneamento ambiental e alimentos saudáveis, a qualidade de vida está associada à gestão territorial.

O município de Tefé não obedece a nenhuma regulamentação quanto ao saneamento ambiental, pois o espaço urbano sofre um processo de deterioração no que diz respeito à salubridade, tendo como consequência uma gama de problemas, como: degradação do meio ambiente natural, produzindo precárias condições socioespaciais para seus habitantes.

Neste trabalho, reiteramos que parâmetro de qualidade de vida é a existência de serviços de saneamento ambiental.

### **3.2 Caracterização Socioambiental de Tefé**

Devido a sua localização, Tefé, desde o processo de colonização do Amazonas, se destacou como uma área de entreposto comercial, serviu como ponto estratégico para os expedicionários espanhóis e portugueses, em épocas distintas. Foram vários os projetos criados para a integração e ocupação do espaço amazônico, e Tefé não ficou excluída de tais projetos. Em 1984 foi instalada no município a Empresa Amazonense de Dendê (EMADE) controlada pelo governo estadual, com capital estrangeiro, atraindo várias famílias que se instalaram na área urbana em decorrência da mão-de-obra solicitada para a empresa, vinda principalmente da zona rural do município e de outras localidades. Entre outros, os motivos que proveram este crescimento significativo da população tefeense foi à busca de melhores condições de vida, motivadas pelo assentamento da 16ª Brigada de Infantaria de Selva no ano de 1993, vindo de Cruz Alta (RS), com mais de três mil homens, causando um crescimento

imediate da população; instalações de construtoras provenientes da capital e a intensa atividade comercial, porque sua economia baseia-se na atividade comercial, dispondo de um comércio varejista e atacadista de gêneros alimentícios, material de construção, medicamentos, tecidos, confecções e estivas em geral.

Ao crescimento vegetativo somou-se esse contingente populacional proveniente do fluxo migratório oriundo da região Sul do Brasil. Suscitou como conseqüências, a implantação de mercearias, supermercados, locadoras de vídeo e outros, que tiveram que se adaptar às exigências e hábitos dos novos consumidores – os “sulistas”.

O crescimento de Tefé, no período de 1993 até os dias atuais, levou à ocupação da Orla fluvial, levou, também à ocupação indevida e precária do Lago de Tefé, a oeste da cidade (Figura 9).



**Figura 9** – Orla do Lago de Tefé.

**Fonte:** UEA. Trabalho de Campo/Curso de Geografia, 2010

A procura pela ocupação da Orla do Lago de Tefé, é em conseqüência, de que na superfície as terras disponíveis pertencem à União e a proprietários particulares, dificultando a ocupação por parte dos ribeirinhos e moradores dos municípios vizinhos.

A Orla tornou-se uma alternativa de ocupação por parte desses novos sujeitos, que foram construindo, inicialmente, flutuantes comerciais que serviam de entreposto, estes realizavam o comércio com os regatões<sup>8</sup> que muitas vezes se fixavam nos flutuantes,

---

<sup>8</sup> Regatão: Historicamente é o pequeno comerciante que percorre os rios e igarapés do Amazonas com sua pequena embarcação carregada de miudezas, comprando, vendendo e trocando mercadorias de todos os tipos (alimentos, roupas, álcool, querosene, remédios, etc.). Figura pitoresca é um mascate, um negociante ambulante.

posteriormente, os próprios ribeirinhos foram construindo suas residências flutuantes (Figura 10), ocupando quase toda a Orla. Orla que está mais próxima da cidade e das oportunidades que esta oferece, quanto à questão emprego, saúde e educação. Os ribeirinhos, por terem as atividades, exclusivamente agrícola e extrativista, realizam suas trocas com os comerciantes na cidade, autorizados pelos órgãos competentes.



**Figura 10** – Flutuante comercial e residencial no Lago de Tefé  
**Fonte:** Kátia Porto, 2006.

As ocupações parecem se enquadrar naquilo que Serpa (2001) caracteriza como periferia urbana, ou seja, áreas ocupadas por uma população de baixa renda, marcada pela precariedade da configuração espacial e das moradias, que traduzem a exclusão e a segregação espacial, que no caso da área de estudo, parece ter grande expressividade, apesar da proximidade com as áreas centrais.

Os flutuantes e as casas construídas não detêm nenhum tipo de tratamento de esgoto doméstico ou controle na deposição do lixo – todo o material produzido é despejado no próprio Lago, ocasionando forte poluição, pois não só os moradores dos flutuantes contribuem para tal processo, como também as residências da superfície (terra firme), pois não há saneamento ambiental e todas as águas servidas direcionam-se para o Lago que recebe os resíduos dos ribeirinhos. Do mesmo modo as embarcações-frigoríficas de pescado despejam os resíduos produzidos diretamente no Lago, quando não, queimam em suas margens. Assim, todos contribuem direta ou indiretamente para a poluição do Lago de Tefé. Conforme Porto (2000, p. 66):



Os resíduos sólidos podem contaminar o meio ambiente através de substâncias perigosas que poluam a água (águas subterrâneas e superficiais), o solo e o ar atingindo as populações de várias formas como, por exemplo, através do consumo de água, produtos agrícolas e animais, além de afetarem locais ecologicamente importantes como beira de rios, margem de lago [...].

O uso do Lago como depósito de lixo remonta à colonização, pois com a idéia de que “a correnteza leva”, as pessoas sempre jogaram lixo no Lago de Tefé, pensando que a correnteza o levaria para longe. Tefé nos seus 157 anos é vista como cidade pólo do Alto Solimões, a “Princesinha do Solimões”, cantada em verso e prosa. Por estas características o Lago foi a porta de entrada de migrantes de vários lugares do mundo, que ora vinham para ficar, ora passear, e nesse vai e vem de pessoas, cresce a produção de lixo despejado no Lago, que para alguns é prática muito comum.

A área também é habitada por ribeirinhos que vieram de municípios vizinhos, e por grandes comerciantes que trabalham com a distribuição de produtos derivados do petróleo para o abastecimento dos barcos, navios e rabetas<sup>9</sup> responsáveis pela comunicação de Tefé com outros municípios, principalmente com a capital Manaus.

Há uma contribuição das pessoas que moram na margem direita do lago, ou seja, os moradores da superfície urbana que depositam o lixo direto nas praias dos rios durante a vazante, ou no próprio Lago durante a enchente. Os ribeirinhos agricultores que vêm até a cidade, vender seus produtos, contribuem com uma pequena parcela para tal processo, pois jogam nas águas as sobras que não conseguem vender na feira do produtor rural.

Diante do exposto, vale ressaltar a importância da Educação Ambiental, pois se queremos mudar algo nos outros, devemos começar por nós mesmos. Se limpamos nossa casa, o quintal, reciclamos ou reutilizamos o lixo, conseqüentemente podemos fazer algo na cidade, algo para melhorar os problemas ambientais. Uma problemática bastante visível é que as pessoas destinam seus lixos nas ruas.

As ocupações que recortam o espaço ao longo da Orla do Lago de Tefé tornam as formas de habitar insalubres comprometendo dessa forma, o ecossistema fluvial e a saúde dos seus moradores, portanto comprometendo a qualidade de vida.

Na questão da saúde, Tefé conta com dois hospitais regionais que atendem toda a população do município mais a dos municípios vizinhos como Alvarães, Japurá, Uarini e as oitenta e duas comunidades ribeirinhas. Na maioria dos bairros encontramos postos de saúde

---

<sup>9</sup> Rabeta: espécie de canoa motorizada.

municipais. A distribuição da água para o consumo da população é feito pelo Sistema Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), que antes era realizada pela Companhia de Saneamento do Amazonas (COSAMA), que promovia a adução da água diretamente do Lago de Tefé sem os devidos tratamentos, fazendo assim a distribuição para a população. Atualmente a distribuição é feita por meio dos poços artesianos, controlados pelo SAAE, que totalizam 21 poços, um para cada bairro do município.

Segundo a análise feita pelo professor José Benites Siqueira (2001), a água para o consumo da população de Tefé apresenta um alto teor de contaminação e a presença de coliformes fecais é muito elevada. A “população flutuante” utiliza a água do lago para o consumo. Percebe-se que os problemas são de ordens ambiental e social, são de saúde pública. De acordo com a pesquisa realizada, observa-se o destino dos coliformes fecais.

O destino final dos efluentes, apresenta o bairro do Juruá, área da pesquisa, considerando o ano de 2001. Verifica-se um número de domicílios que ainda utilizam as casinhas encontradas no fundo dos quintais sem muita orientação quanto à construção, infelizmente alguns ainda utilizam o Lago e os igarapés como depósito de efluentes e, uma pequena parte fica a céu aberto.

Segundo o Sistema Autônomo de Água e Esgoto do município de Tefé, os poços artesianos passam por manutenções constantes e obedecem as normas que regularizam a qualidade da água para consumo humano.

A água é um fator importante para toda espécie de vida, e com o passar dos anos ela vem sendo ameaçada de poluição, em Tefé podemos observar que a falta de tratamento e potabilidade da água tem resultado em várias doenças de veiculação hídrica, as principais são: amebíase, giardíase, verminose que acometem principalmente as crianças, provocando náuseas, vômitos, diarreias, cólicas e dores abdominais. Há infecções no estômago e no fígado ocasionadas, muitas vezes, por gastroenterite, hepatite infecciosa e malária, que apresenta índices altíssimos na área urbana e rural do município.

### **3.2.1 Abastecimento de água**

O Município de Tefé atende aproximadamente 7.200 residências cadastradas, distribuídas em 21 bairros consumindo água diariamente (2006). Os poços artesianos não oferecem uma estrutura adequada, pois estão localizados próximos às fossas sépticas das residências, sem obedecer aos parâmetros hídricos, além de que a água consumida pela população não apresenta boa qualidade. Segundo análises feitas por Benites (2006), a quantidade de poços artesianos do município não atende a demanda populacional urbana,

fazendo com que as pessoas que possuem condições econômicas elevadas construam seus próprios poços, sem a manutenção adequada.

Pode-se acrescentar a isso, o processo de lixiviação, pois o alto índice pluviométrico aliado às características do solo (franco-argilo-arenoso) facilita a infiltração da água da chuva e o transporte de nutrientes contaminantes e outros elementos que são levados para os rios e lençóis freáticos da região.

O Município de Tefé possui séria limitação na oferta de infra-estruturas consideradas como fundamentais para garantir aos habitantes condições mínimas de higiene (Tabela 2): A situação do esgotamento sanitário é a mais grave.

**Tabela 2** – Cobertura da infra-estrutura pública de saneamento ambiental urbano no Município de Tefé - 2010

<b>Serviços de saneamento</b>	<b>Porcentagem</b>
Domicílios ligados à rede	74,3%
Domicílios com esgotamento adequado	32,6%
Sistema de coleta de lixo	54,1%

**Fonte:** *Relatórios dinâmicos* – indicadores municipais. Disponível em: <[http://www.portalodm.com.br/relatórios/PDF/gera\\_PDF.php?cidade=2970](http://www.portalodm.com.br/relatórios/PDF/gera_PDF.php?cidade=2970)> Acesso em: 24 ago. 2011

### 3.2.2 Coleta e tratamento de esgotos

Os esgotos vão para as fossas sépticas construídas na sua maioria nos quintais das casas, as construções são feitas de forma inadequada, pois o município de Tefé não possui uma rede de esgoto adequada ao crescimento urbano, fazendo com que as águas servidas sejam dirigidas para o rio. O Poder Público ainda não ofereceu nenhum projeto junto a Secretaria de Obras para a regulamentação e construção de fossas sépticas ou instalação de rede coletora de esgoto. Não há tratamento para essas águas que, assim, contaminam o lençol freático e o Lago.

### 3.2.3 Disposição de resíduos sólidos

O processo de urbanização do Município de Tefé-AM nesses anos trouxe consigo enormes problemas de infra-estrutura de serviços urbanos. A manifestação mais evidente deste fenômeno pode ser percebida na carência de saneamento ambiental, com destaque para a disposição inadequada do lixo da cidade. A coleta não atinge nem a metade da população

urbana e inexistente uma política de acondicionamento adequado. As pessoas ainda jogam lixo ao longo dos riachos, córregos e terrenos baldios. As áreas verdes se transformam em depósito de lixo e entulho e o destino final consiste no descarte a céu aberto no aterro sanitário controlado a 12 km da cidade e em outro local, mais central, na cidade. Esse “lixão” central, além do mau cheiro e da atração de insetos e roedores transmissores de doenças, contamina o solo, contamina as águas superficiais dos córregos próximos e os aquíferos subterrâneos, contaminação esta que pode ser estendida a outras nascentes.

O acúmulo de lixo favorece a proliferação de insetos e roedores, e em Tefé é fonte de alimento para uma crescente população de urubus, que divide as ruas com os habitantes da cidade.

#### **3.2.4 Falta do E.I.A. – R.I.M.A.**

Em Tefé inexistente qualquer estudo de impacto ambiental para as obras implantadas no município. Um exemplo é o fechamento do único aeroporto da cidade devido à concentração de urubus em decorrência do acúmulo de lixo na cabeceira da pista de pouso; decisão tomada pela promotoria da cidade. Vários projetos foram apresentados às autoridades competentes, mas a falta de interesse provoca o colapso.

#### **3.2.5 Poluição atmosférica**

As características físicas e a composição química da atmosfera variam conforme a altitude. Os poluentes atmosféricos provêm principalmente da atividade doméstica, industrial e dos meios de transporte. É sabido que os óxidos de nitrogênio procedente dos gases dos escapamentos dos automóveis constituem um dos principais componentes do *smog* oxidante.<sup>10</sup>

O município de Tefé é populoso e as principais vias de acesso do centro da cidade, nas horas de pico, ficam congestionadas pela quantidade de motos existentes, aproximadamente três mil. Os gases emitidos pelos escapamentos dos carros e motos têm causado poluição atmosférica na área, comprometendo a qualidade do ar; situação agravada pelas grandes queimadas e produção de vegetal de carvão, pois a carvoaria localiza-se no centro da cidade.

---

<sup>10</sup> *Smog* oxidante: fumaças, neblina, poluentes secundários formados pela queima de combustíveis solventes.

### 3.2.6 Poluição sonora

O problema dos ruídos está associado às atividades industriais e à própria atividade doméstica. A poluição sonora deve ser um dos maiores causadores do estresse da vida moderna, inclusive no Brasil (IBGE, 1983), onde foi considerada uma preocupação séria a partir de 1990, quando começaram a surgir propostas, principalmente nas grandes cidades, para redução de seus níveis.

Na cidade de Tefé a poluição sonora é mais freqüente pelo barulho dos veículos existentes e pelos meios de propagandas volantes existentes na cidade, principalmente nos dias de semana e horários de picos de trânsito.

### 3.2.7 Doenças de veiculação hídrica e outras

As doenças também revelam problemas ambientais. A Organização Mundial de Saúde (OMS) através do Programa Especial para Pesquisa e Treinamento em Doenças Tropicais define dez doenças principais de ocorrência endêmica em áreas tropicais. Para a Região Amazônica elas se resumem a Leishmaniose, Malária, Febre Amarela, Amebíase, Doença de Chagas, Dengue e Esquistossomose.

A Malária é causada pelo protozoário do gênero *Plasmodium* e transmitida pelo mosquito Anopheles, também conhecido como pernilongo, carapanã e mosquito prego, ou por transfusão de sangue contaminado. Reproduz-se em águas de remansos de rios e córregos, lagoas, represas, açudes, valas, valetas de irrigação, alagados, pântanos e em águas coletadas em bromélias.

O *Aedes aegypti* é também transmissor da Dengue, carregando o arbovírus da família Flaviviridae do gênero Flavivirus. A doença tornou-se uma epidemia na área urbana e rural do município de Tefé, devido a dificuldade do combate aos focos de reprodução do mosquito.

Outra freqüente doença apontada no município é a Amebíase, causada por protozoários como a ameba que parasita o corpo humano a partir de água ou alimentos contaminados pela falta de higiene, intimamente associada a condições precárias de saneamento ambiental.

Das enfermidades acima, malária é a que possui maior número de registros, o equivalente a 5,8% das ocorrências do estado do Amazonas. Os picos de contaminação podem estar relacionados aos períodos de cheia, quando ocorre o alagamento de terrenos, criando ambientes favoráveis à proliferação de vetores.

De 2008 para 2009 foi observada uma redução no registro de casos. O município de Tefé registrou 651 casos de malária no período de janeiro a julho de 2011, e 1142 no mesmo

período de 2010, o que representa uma redução de 42,99 % dos casos com relação ao mesmo período de 2010, ultrapassando a meta de redução em 12,99%, estipulada no Plano de Intensificação das Ações de Controle da Malária (PIACM de Maio a Dezembro 2011). Apresentou também, 192 casos de Malária em julho de 2011, representando uma redução de 56,56% em relação a julho de 2010. Os casos notificados de janeiro a julho se distribuem em 129 localidades, sendo que 15 concentram-se 50,43% dos casos. Apresentando um Índice Parasitário Anual (IPA) de 13,3/1000 hab./ano. O percentual de *falciparum* (IFA) compreende 7,4% das infecções registradas até o momento, representando uma redução de 9,23% em relação ao mesmo período de 2010, alcançando a meta estipulada no PPACM que estabelece um máximo de 10% para este índice.

O Governo do Amazonas tem investido em programas de controle e diagnóstico da malária, e tem conseguido amenizar a ocorrência da doença. Mesmo assim, o difícil acesso aos centros de tratamento, em geral localizados em áreas urbanas, dificulta o diagnóstico e a medicação de grande parte da população contaminada. Apesar das ações da Fundação da Vigilância em Saúde do município, elas não alcançam todas as áreas de ocorrência da doença.

A mortalidade infantil, diretamente relacionada com a precariedade dos serviços de água e esgoto, apresentava taxa de 17/1000 nascidos vivos, no ano de 2010<sup>11</sup>, considerada razoável no Brasil, cuja média está em 19/1000. Contudo nos anos anteriores esteve mais alta: 19/1000 em 2006, 31/1000 em 2007, 16/1000 em 2008 e 23/1000 em 2009. Oscilação que pode significar intermitência na prestação dos referidos serviços.

### **3.2.8 Serviços de saúde**

No que se refere à infra-estrutura de saúde a centralidade regional do município mais uma vez se apresenta. A rede atende parte da demanda proveniente de sete municípios vizinhos, a saber: Alvarães, Uarini, Maraã, Japurá, Fonte Boa, Juruá e Jutai.

Além dos atendimentos realizados nos postos de saúde e no hospital regional, o município também conta com atendimentos pelo programa Saúde da Família, que trabalha por meio de visitas às regiões rurais e periféricas. O município dispõe de um total de 35 estabelecimentos de saúde, que oferecem 141 leitos de acolhimento, todos eles com atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Há duas unidades de atendimento rural, e uma para atendimento indígena.

As Tabelas 3 e 4 apresentam uma visão geral da infra-estrutura de saúde do município.

---

<sup>11</sup> Ver. *Relatórios dinâmicos*: indicadores municipais. Disponível em: <[http://www.portalodm.com.br/relatorios/PDF/gera\\_PDF.php?cidade=2970](http://www.portalodm.com.br/relatorios/PDF/gera_PDF.php?cidade=2970)> Acesso em: 24 ago. 2011.

**Tabela 3 – Rede assistencial de Tefé**

<b>Unidades de saúde</b>	<b>Quantidade</b>
Postos de saúde municipais	26
Estabelecimentos públicos estaduais	01
Estabelecimentos públicos federais	03
Estabelecimentos privados	05
Total de estabelecimentos	35

**Fonte:** IBGE, 2010.

**Tabela 4 – Leitos assistenciais de Tefé**

<b>Tipos de leitos</b>	<b>Quantidade</b>
Leitos hospitalares	71
Leitos obstétricos	14
Leitos pediátricos	22
Leitos clínicos	14
Leitos cirúrgicos	21
Total de leitos	141
Leitos por habitantes	1,03

**Fonte:** Assistência Médica Sanitária, 2005. Malha municipal digital do Brasil: situação em 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

A rede de saúde do município sofre com a ocorrência de quedas de energia, que por vezes interrompe cirurgias e inviabiliza o atendimento nas unidades que não possuem gerador como fonte alternativa de fornecimento de eletricidade, contam com motor de luz que não supre a necessidade de todos os setores.

Outra dificuldade encontrada é a rotatividade dos profissionais de saúde, que chegam à cidade, vindos das regiões sul e sudeste do Brasil, com especialidades capazes de responder as

demandas identificadas. Contudo, após passarem por processos de capacitação acabam por emigrar, reiniciando o ciclo com a chegada de novos profissionais.

Na atual administração os médicos contratados são de outros países como Colômbia, Peru etc., poucos são do Brasil, dificultando o atendimento, pois muitos não possuem o CRM-AM, nem falam português fluentemente.

Apesar da dimensão razoável da rede de assistência o atendimento deixa a desejar e as doenças de veiculação hídrica, diretamente relacionadas com as condições socioambientais, são comuns em Tefé.

Do exposto, nos próximos capítulos se objetiva o aprofundamento da compreensão do grave contexto socioambiental de Tefé, enfocando a situação do Bairro do Juruá, em franco processo de crescimento.



## 4

### O BAIRRO DO JURUÁ

O fenômeno urbano não se configura de maneira linear nas diversas partes do mundo no decorrer da história, apresentando, assim, características próprias para cada local. Também, o espaço da cidade, por si só, não é um espaço uniforme, homogêneo, mas também recortado por fragmentos que a compõe e decompõe, por “mini-cidades” presentes em seu interior e que guardam suas próprias idiossincrasias. A “esses territórios específicos, a essa espécie de “cidades dentro de cidades” denominamos “bairro”. Portanto, o bairro pode ser definido como um lugar específico dentro do todo urbano, ou seja, uma das diversas partes pelas quais é composta uma cidade. LYNCH, (1997, p. 52)

O bairro, sobretudo por conter o espaço da casa, figura na vida dos cidadãos como ponto zero a partir do qual o morador estrutura sua experiência de cidade. É o local do pouso, principal espaço de vivência e de encontro com o outro na cidade. Caracteriza-se como sendo um lugar onde está presente predominantemente, embora não exclusivamente, uma população e/ou funções particulares, por exemplo, os bairros operários, residenciais, comerciais, industriais, mistos, funções que em alguns casos se convertem.

Os moradores estabelecem com o bairro a noção de pertencimento mais efetiva do que com o espaço maior que é a cidade, ou seja, desenvolvem um aspecto identitário em relação a este. É no bairro que se vive, no dia-a-dia, muitas relações no campo social em locais destinados ao lazer, ao comércio, à religiosidade, é onde se encontram também os lugares reservados às demandas dos serviços mais imediatos. É onde as relações sociais acontecem, além do fato de a paisagem ser modificada no decorrer do tempo pela ação social daqueles que nela residem ou que travam relações.

O bairro por excelência é lugar dotado de historicidade. Este caráter histórico dos bairros está assentado não apenas nas origens de sua área geograficamente circunscrita, mas também no seu processo de ocupação e nas diferentes formas de uso de seus espaços no decorrer do tempo, refletidas nas mudanças registradas em sua paisagem.

São as mudanças referentes a esses aspectos que permitem perceber as reconfigurações da estrutura e das práticas sociais inerentes ao bairro. Pode-se afirmar, portanto, que as mudanças históricas, sociais, estruturais e econômicas do bairro refletem e são refletidas.

Pode-se afirmar, portanto, que as mudanças históricas, sociais, estruturais e econômicas do bairro refletem e são refletidas no todo que é a cidade.

Estabelecendo um panorama histórico das transformações sociais e estruturais ocorridas numa temporalidade que contempla sua origem e ocupação, trazendo informações a respeito das primeiras ocupações do local onde hoje está assentado o bairro, identificamos dois tempos espaciais: i) início do bairro do Juruá, em 1969 e o ii) ano de 2010, o da referida pesquisa.

O bairro do Juruá está localizado na porção central do município de Tefé, surgiu em 1969, assentado junto a área da Orla do Lago de Tefé. Como vimos, a migração impulsionou o crescimento do bairro, comportando principalmente os primeiros moradores que vinham da Calha do Rio Juruá, dos municípios de Juruá e Japurá, agricultores e pescadores da zona rural, que deram início ao bairro. O nome do bairro, inclusive, originou-se de uma homenagem aos migrantes da Calha do Juruá, como agradecimento pela abertura do bairro que foi dividido em Juruá I e II. O adensamento populacional do bairro do Juruá, seu desenvolvimento urbano e seu processo de edificação foram condicionados pelo leito do Lago de Tefé.

O bairro do Juruá apresentava uma paisagem com um imenso castanhal, cujos produtos eram comercializados nos municípios do entorno, as terras pertenciam ao Senhor João Stephan. Não havia água encanada e os poucos moradores pegavam água do rio e da chuva; o caminho que ligava o bairro a Orla era de barro batido.

No início os lotes de terras foram demarcados e vendidos, pelo antigo dono, outras partes doadas pelo prefeito Armando Retto (ARENA).

No entorno do bairro observamos a sede da prefeitura, o centro da cidade, o cemitério. As residências antigas eram de taipa (madeira e barro), as da Orla eram barracos de madeira retirada da área invadida, as casas não ofereciam conforto, mas segundo os moradores mais antigos: “era bom de viver, tínhamos muita fartura de peixes, verduras da roça que nós mesmos plantávamos no quintal das nossas casas. Não tinha iluminação elétrica usávamos o lampião. No período da vazante podíamos aproveitar as praias, apreciar a beleza do por do sol era tudo mais bonito.”

Quanto à ocupação da Orla do bairro do Juruá, foi por invasão, os moradores alegam que a área ficava mais perto do trabalho, a maioria era pescador e agricultor. Segundo Milton Santos (1982, p. 6): o espaço reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. Assim o espaço é reproduzido, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos.

O bairro do Juruá não se constitui como uma unidade censitária. Antes, constitui-se em ambiência de vida marcada por enraizamentos locais. Nas relações internas da vida de bairro contam especialmente as relações de vizinhança, de parentesco e de compadrio. Relações existentes na formação do bairro e que perduram na atualidade.

Com o passar dos anos o bairro apresentou novas feições, as transformações expressam-se no crescimento da população, na expansão física e no aumento do número de domicílios, sem a presença do Poder Público para equipar o bairro com os serviços públicos adequados.

Os domicílios existentes são do tipo alvenaria, mistas (alicerce de alvenaria e madeira na parte superior) e de palafitas, localizadas na Orla do bairro. O bairro hoje está ligado ao centro pela Avenida Juruá, via principal, pela Rua Brasília e pela Rua 15 de Junho. Faz limites com os mencionados bairros São Francisco, Jerusalém, São José e Santa Rosa.

Quanto ao fluxo de veículos é constante o tráfego de automóveis e motos, dos moradores e de moradores de outros bairros, devido a Avenida Juruá se interligar ao centro e a quase todos os bairros da cidade.

Em se tratando da Orla, área pesquisada, existem cerca de 150 palafitas, os questionários aplicados foram em número de oitenta e outros vinte foram aplicados na área superior do bairro do Juruá. Encontramos também moradias mistas e de alvenaria, o solo da área está desgastado pela erosão, corre sério risco de deslizamento de terra, o atendimento quanto ao saneamento ambiental, como visto, é precário, e não houve muita mudança, nem medidas restritivas de uso e ocupação do solo pelo Poder Público.

O bairro deve ser analisado de forma objetiva, como uma individualidade de formas espaciais e funções, e também de forma subjetiva, como espaço vivido e sentido por um coletivo. Para avançar, abordaremos a problemática socioambiental no bairro, apoiados na coleta de dados junto aos moradores da Orla e do Juruá.

#### **4.1 Conhecendo Melhor o Bairro do Juruá e seus Impactos Socioambientais**

Pretende-se através do trabalho de campo demonstrar os problemas socioambientais existentes no Bairro do Juruá e na ocupação de sua Orla.

O questionário (Anexo A) foi aplicado aos moradores em 100 residências, das 800 existentes no bairro do Juruá, os questionários foram aplicados precisamente com os moradores que ocupam a Orla do citado bairro, por este ser o objeto de estudo desta pesquisa. Nesse sentido, os dados foram organizados em forma de pizza para facilitar a apresentação

dos resultados obtidos. A aplicação dos questionários foi feita durante o mês de maio de 2011 e contou com o auxílio dos alunos do ensino médio da Escola Estadual São José.

Neste capítulo, apresentam-se dezoito gráficos com dados do bairro do Juruá, com seus aspectos sociais e ambientais porque se pensa necessária a análise dos fatores que influenciaram as ocupações irregulares na Orla do município, reveladoras dos impactos sociais e ambientais.

É preciso considerar que a ocupação do referido bairro foi se acentuando nas últimas quatro décadas, quando também houve significativo avanço em número de habitantes em todo o município, de pouco mais de 39 mil para aproximadamente 61 mil habitantes. É possível notar que a população dobrou e com isso também começaram os problemas relacionados à ocupação.

Sem infra-estrutura e sem planejamento, parte desse contingente populacional se instalou às margens do Lago que circunda a cidade de Tefé. Outro fato importante é a atração migratória que Tefé passou a exercer sobre os municípios próximos dentre estes: Alvarães, Marãa, Japurá, Fonte Boa, Jutai, Carauari, localizados na calha do médio rio Solimões e afluentes. Um exemplo disso é o próprio bairro de Juruá, local onde se realizou esta pesquisa.

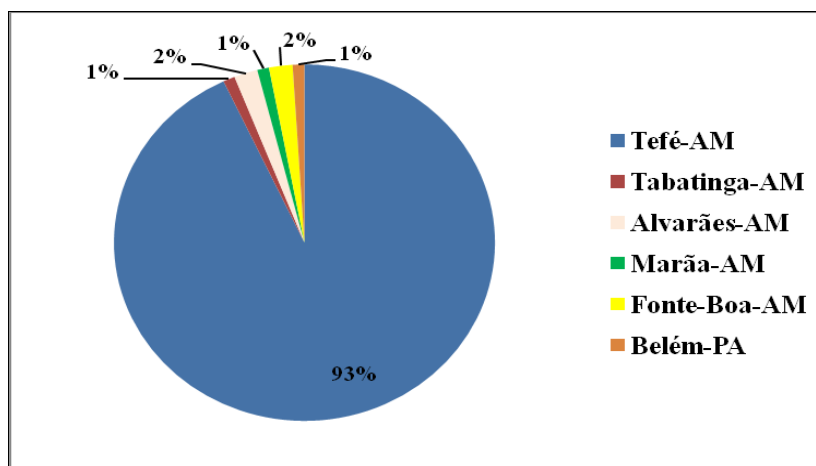
O município de Tefé é considerado segundo pesquisa do Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades na Amazônia Brasileira (NEPECAB), como “cidade média de responsabilidade territorial”. (SCHOR et al., 2007). Isso significa que exerce uma função na rede que vai além das suas características em si, pois detém uma responsabilidade territorial que a torna um nó importante da rede. Exerce diversas funções urbanas e contém diferentes arranjos institucionais que são importantes não só para o município, mas principalmente para as cidades e municípios ao seu redor.

A importância territorial da cidade tem origem no desenvolvimento histórico-geográfico que constituiu a rede urbana nesta região. Normalmente o desenvolvimento econômico desta cidade tende a agregar valor na região, se tornando um atrativo para os migrantes dos municípios do entorno e outros.

No intuito de responder a questão que norteou a nossa pesquisa, a relembrar: quais fatores favoreceram o surgimento de impactos socioambientais no processo de ocupação da Orla do município de Tefé, no bairro do Juruá, abordaremos de acordo com o levantamento dos dados pesquisados, os resultados obtidos, destacando alguns fatores relacionados ao desenvolvimento urbano da área.

No gráfico seguinte, será possível observar o local de origem (nascimento) do morador da orla lacustre.

**Gráfico 1** – Município de origem do morador da Orla em Tefé-AM



**Fonte:** Moradores da orla do município de Tefé, 2011

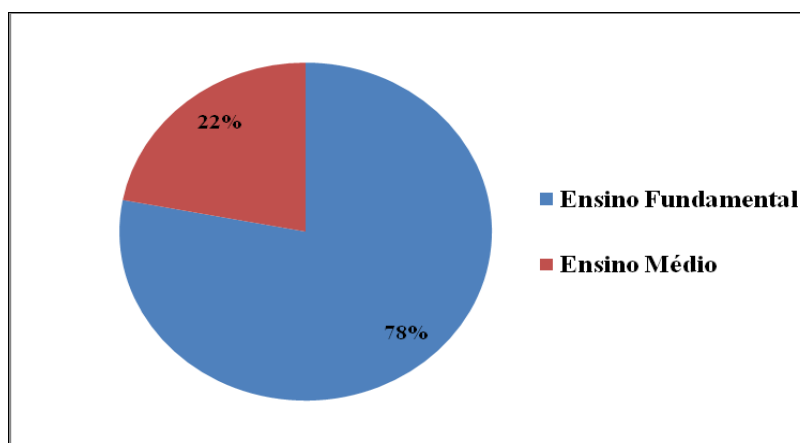
Nas últimas quatro décadas se acentuou a ocupação da Orla por moradores do próprio município, provenientes da zona rural e de outros bairros, são 93% dos entrevistados. Informalmente salientaram que optaram em morar na orla devido a facilidade de acesso ao local de trabalho (agricultura e pesca) e também por se localizarem próximos ao centro, evitando assim mais uma despesa com transporte.

O município se tornou um entreposto comercial, oferecendo emprego tanto para os pescadores quanto para os agricultores. Além disso, oferecia hospital, escolas e um seminário que funcionava como escola preparatório para os jovens que vinham dos municípios do entorno e de outras localidades, possibilitando um estudo de qualidade e assim surgiram os bairros oferecendo moradias próximas do entreposto, fácil acesso a capital Manaus pelo uso dos hidroaviões, enfim disponibilidade de serviços que eram raros nos municípios do entorno.

Dentre os demais municípios citados como de origem do morador da orla destacam-se Alvarães com 2% e Fonte Boa, com outros 2%. A princípio, é importante salientar que estes dois municípios pertencem à calha do rio Solimões e, se comparado com os demais, se destacam pela proximidade geográfica com Tefé. Além disso, há facilidade em relação ao transporte, fazendo com que este morador, mesmo morando em Tefé não perca o contato com seus familiares que permaneceram em Alvarães e Fonte Boa. Alvarães têm ligação com Tefé, por via fluvial e terrestre, basta apenas o morador fazer o percurso de travessia do Lago, e percorrer 12 quilômetros de estrada; no caso de Fonte Boa, há apenas a opção fluvial, porém,

está distante de Tefé cerca de 18 horas de embarcação regional. Como confirma Menezes (2009, p. 228), Tefé, embora fora da faixa de fronteira, porém como “cidade de borda”, consolidou sua posição em função de sua localização estratégica, que lhe permitiu articular uma série de fluxos e relações. Situada no Médio Amazonas, próximo às desembocaduras dos rios Tefé, Japurá e Juruá e, mais a montante, do rio Jutai, esse núcleo foi e é capaz de controlar ligações e fluxos que vêm da Colômbia via rio Japurá onde, inclusive, tem conexão com a bacia do rio Negro e com o Sudoeste do estado até o Peru, através do rio Juruá. Na verdade esses núcleos formam uma peculiar configuração urbana, uma espécie de rede urbana de fronteiras interligadas pelas redes de controle estratégico – e portanto, geopolíticas já que, como exposto acima, a presença institucional da igreja e das Forças Armadas constitui, nessas cidades, uma base para a rede urbana que, dentre outras funções, desenvolveu um importante papel político na nacionalização do território. Esses núcleos exercem e sofrem a atração, na diáde fronteira, de núcleos urbanos localizados nos países limítrofes.

**Gráfico 2** – Nível de formação escolar do morador da Orla em Tefé-AM



**Fonte:** Moradores da orla do município de Tefé, 2011

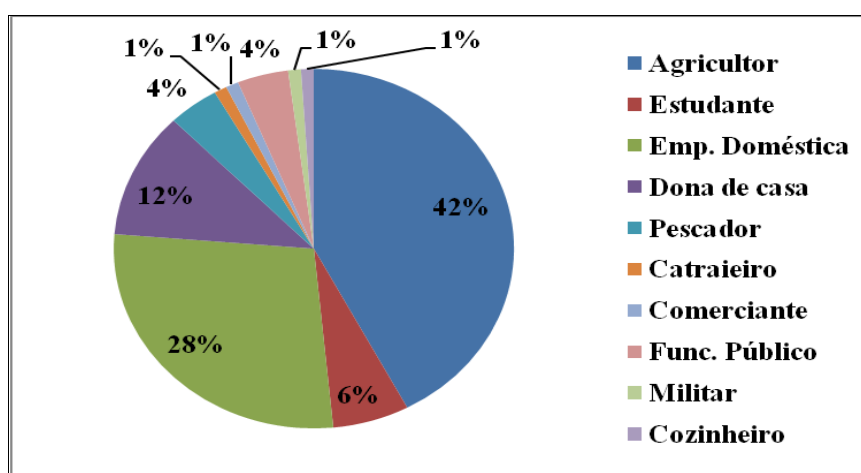
Os resultados, segundo os percentuais, demonstram que 78% possuem o ensino fundamental e 22% têm o ensino médio, nenhum dos pesquisados cursa ou cursaram nível superior, apesar de existir em Tefé, o Centro de Estudos Superiores de Tefé (CEST), da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), que oferece cursos em diversas áreas do conhecimento em licenciatura, tendo a graduação em geografia, como um dos mais requisitados.

Historicamente o município de Tefé, segundo Pessoa (2004, p. 8), foi um pólo de referência em educação formal na região do médio rio Solimões e afluentes:

Culturalmente, porque durante muito tempo Tefé se constituiu como uma referência em educação de qualidade na região. Começando com a ação extraordinária do Monsenhor Alfredo Barrat, que chegou a Tefé em 1910, para dirigir a Missão dos Padres Espiritanos, e construiu o Seminário São José para a formação e preparação dos jovens, com um currículo de fazer inveja aos grandes colégios da atualidade.

De acordo com o autor é possível deduzir, que Tefé ainda faz parte do cenário amazônico com importante participação no que se refere à formação educacional. Para compreender o nível de formação escolar do morador da Orla, é preciso que se considere o tipo de atividade laboral que desempenha. A maioria absoluta, como veremos no gráfico a seguir, exerce algum tipo de atividade relacionada a informalidade, para a qual não é necessário tanto conhecimento escolar, e sim esforço físico. Nesse sentido, a formação escolar para este morador pode deixar de ser uma prioridade. Além disso, o morador acaba constituindo família ainda muito cedo, isso também acaba impedindo que se envolva mais com os estudos, pois, a responsabilidade em suprir as necessidades de seus filhos acaba interferindo na sua permanência na escola.

**Gráfico 3** – Atividade laboral do morador da Orla em Tefé-AM



**Fonte:** Moradores da orla do município de Tefé, 2011.

A atividade informal como alternativa para gerar renda para o tefeense, em especial para o morador da Orla é algo comum, iniciado ainda na fase da adolescência, tão logo,

conclua no máximo o nível médio. Nesse sentido a atividade de agricultor com 42% é a que mais se destaca, principalmente quando a relacionamos com a produção artesanal e familiar da farinha de mandioca, um dos alimentos mais consumidos diariamente nas residências em todo o município de Tefé.

Outras atividades são as de empregada doméstica com 28%, dona de casa com 12%. Especificamente quanto à atividade de pescador, com 4%, nota-se que aos poucos vai desaparecendo em virtude da diminuição da oferta de pescado nos lagos próximos. Ao exigir viagens de semanas, e custos elevados com combustível, para o padrão de vida do pescador, a cada dia o morador não só da Orla, como do município de Tefé está deixando de pescar. As profissões as restantes também relacionadas a informalidade são: catraieiro com 1%, de comerciante com outro 1% e de cozinheiro com o mesmo percentual.

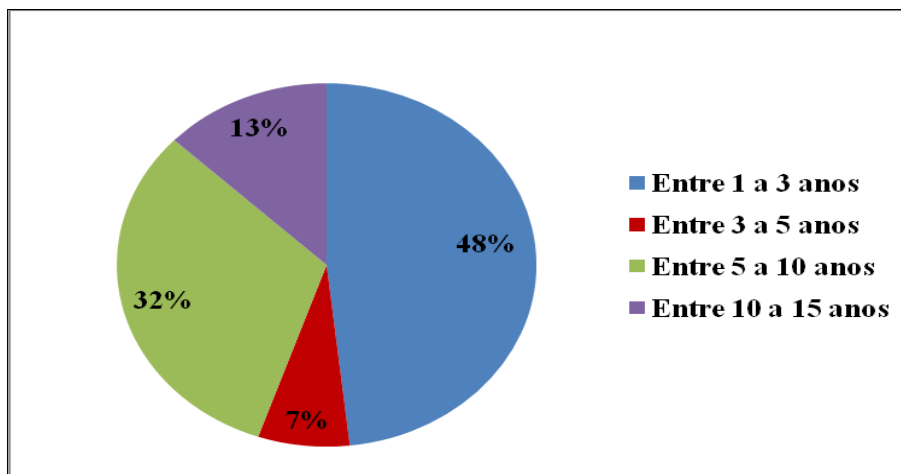
Das profissões acima, somente as de militar com 1% e de funcionário público com 4% podem ser consideradas formais. Nesse sentido é importante esclarecer que o militar morador da Orla de Tefé, é soldado em período de serviço militar obrigatório, o que pode ser considerado temporário, pois, o tempo de serviço é de no máximo dois anos, após, o próprio Exército realiza a baixa desse contingente. Em relação aos funcionários públicos, informa-se que foram contratados em 2006, quando a Prefeitura de Tefé realizou concurso público, mas os cargos na maioria são de vigilantes, de serviços gerais, ou seja, são cargos que não exigem conhecimento específico e sim vigor físico para seu desempenho.

Segundo Santos (2008, p. 187) o modelo de crescimento econômico é responsável por uma distribuição de renda cada vez mais injusta e impede a expansão do emprego, assim como o desenvolvimento de um mercado interno para os produtos modernos. A existência do circuito inferior da economia urbana é uma das conseqüências principais dessa situação. Neste sentido concordamos com a assertiva de Santos (2004): “o trabalho é o fator essencial no circuito inferior, quando no circuito superior é o capital” (p. 160). Ainda segundo Santos, o setor de serviços poderia caracterizar também facilmente o circuito inferior, resultado de uma situação dinâmica que engloba atividades de serviços domésticos e transportes, assim como formas pré-modernas de fabricação de produtos, caracterizadas por traços comuns que vão além de suas definições específicas e que têm uma filiação comum (p. 158). Compreende também “a pequena produção manufatureira, frequentemente artesanal, o pequeno comércio e uma multiplicidade de serviços de toda espécie”, cujas unidades “de produção e de comércio, de dimensões reduzidas, trabalham com pequenas quantidades” (p.155), com pulverização de atividades e estoques reduzidos (trabalho em casa e como vendedores de rua).



O município não oferece muitas oportunidades de emprego, apresentando uma pulverização das atividades realizadas pelos trabalhadores de vários ramos.

**Gráfico 4** – Tempo que reside na Orla em Tefé-AM



**Fonte:** Moradores da orla do município de Tefé, 2011

Cabe identificar o tempo de permanência do morador da encosta da rua Juruá, isso porque, praticamente não há cobertura vegetal em todo perímetro, isso nos leva a deduzir que esta ocupação não é recente, além disso, há a possibilidade de deslizamento da encosta, pois, segundo os próprios moradores, não há empenho público no sentido de remover as famílias que lá residem para outra área na própria cidade de Tefé. As únicas áreas para realocar esses moradores ficam muito distantes do centro. E a maioria se recusa a sair do bairro. Segundo Corrêa (2011, p. 102) é comum esse tipo de resistência nos lugares intersticiais, residuais e opacos da metrópole, em especial nas periferias sociais e geográficas da metrópole capitalista.

O maior percentual apresentado neste gráfico corresponde à opinião de 48% dos entrevistados que afirmaram residir na Orla entre 1 a 3 anos, mas que, anteriormente, este mesmo imóvel era ocupado por outro membro da sua própria família (pais, tios, avós etc.).

A porcentagem pode ser lida também como um aspecto da realidade recente e preocupante, pois o processo de ocupação da área da Orla ainda não cessou, diminuiu, mas está muito dinâmico. Há uma insistência em fixar residência naquele local pela facilidade de acesso ao centro e também pelo simples fato de o Poder Público ignorar a necessidade urgente de políticas públicas em habitação e urbanização em todo município.

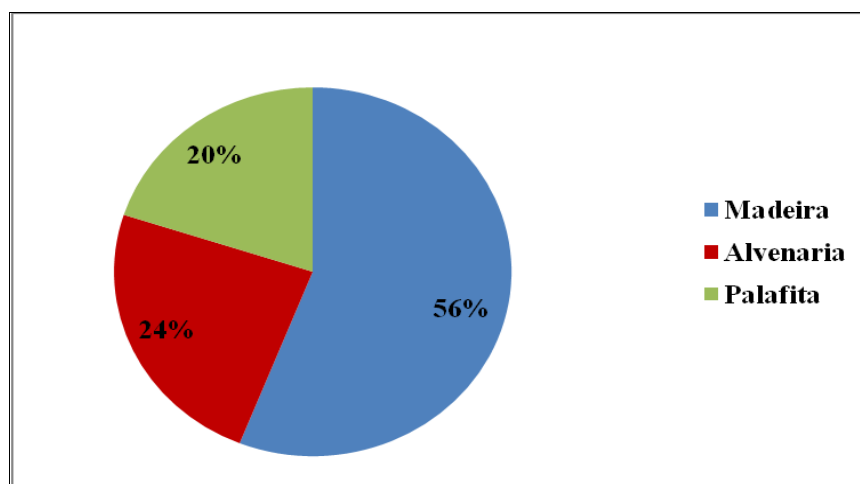
Para 32%, o período em que residem na Orla está entre 5 e 10 anos, estes justificaram que migraram da zona rural e por falta de opção acabaram fixando suas casas próximas a de conhecidos ou de parentes, contribuindo para a ocupação da área em estudo. De acordo com Mota (2003), a ocupação de um ambiente natural, no processo de urbanização do Brasil, geralmente ocorre com a remoção da cobertura vegetal e com a ocupação irregular do solo

urbano, além disso, o Poder Público se faz ausente em praticamente todo esse processo. Este fato pode ser percebido facilmente, pois, em quase toda extensão da Orla é possível observar ravinas e voçorocas provocadas pelas águas e pelos esgotos domésticos que por ela escorrem.

Em todos os casos há a inércia do Poder Público em desenvolver uma política séria e que de forma geral resolva a questão da moradia, bem como a ambiental. Fato este que aos poucos se perpetua na história e na geografia de Tefé, visto que, a área em questão, vem por mais de quatro décadas sendo alvo de uma ocupação indevida, ou seja, não segue sequer critérios de ordem ambiental. A Orla, pela legislação vigente, deveria ser uma área de preservação ambiental permanente. Até o momento, não houve sensibilidade quanto ao problema. Diante desse quadro é possível deduzir que talvez, depois de uma tragédia, como um deslizamento de encosta, as autoridades municipais venham a tomar algum tipo de providência para remover todos que ocupam a área.

Atualmente é possível perceber que o crescimento da cidade de Tefé, há décadas, sem infra-estrutura adequada e planejamento, tem sido responsável pelo aumento da pressão das atividades sobre o meio ambiente físico, gerando efeitos negativos (impactos ambientais) para a cidade como um todo, isso pode ser apreciado quando se analisa a ocupação na área da Orla lacustre em Tefé. Tal ocupação, sem uma política social e ambiental eficiente, se tornou uma prática comum no município, quando passou a representar uma área de atração para o fluxo migratório municipal e regional. Atualmente, mesmo enfrentando uma realidade de precariedade, os moradores não pretendem retornar para seus locais de origem, se sentem pertencentes ao bairro do Juruá.

**Gráfico 5** – Tipo de moradia na Orla em Tefé-AM



**Fonte:** Moradores da orla do município de Tefé, 2011

Para 56% o principal material utilizado pelo morador da encosta ao erguer suas casas é a madeira. Salienta-se que esta madeira é retirada sem autorização legal por parte dos órgãos ambientais, e todo esse processo de retirada, beneficiamento e construção de casas é de inteira responsabilidade do morador, que utiliza como mão-de-obra, parte de sua família. Nas casas de madeira alguns moradores da parte mais plana da Orla costumam levantar o alicerce de alvenaria, ficando só a parte superior de madeira, moradias tipicamente conhecidas na cidade de Tefé como “mistas”.

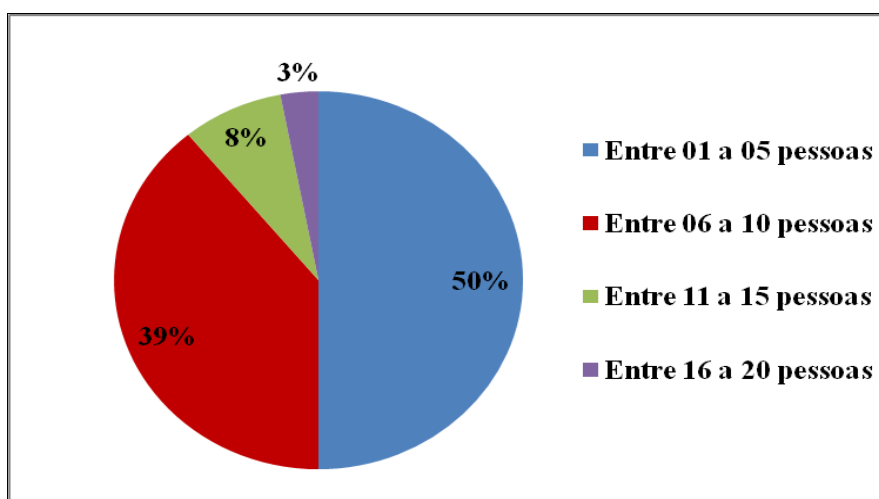
Outros salientaram que usam tijolos e que suas residências são em alvenaria. Como a retirada de madeira foi se acentuando também nos últimos anos, restou ao morador da Orla optar pela construção em alvenaria. Contudo, é importante salientar que no município de Tefé, há apenas uma indústria oleira, e o preço praticado no comércio de tijolos e telhas, quase sempre exclui o morador da orla devido aos preços elevados desse tipo de material. Restou-lhe então trabalhar ainda mais para comprar aos poucos seu material de construção. Essa dedução é possível quando observamos pela encosta as construções em alvenaria inacabadas ou então erguidas de maneira improvisada, utilizando material de segunda mão, ou seja, sem a garantia de qualidade e durabilidade. Segundo Corrêa (2004, p.66) a segregação residencial implica necessariamente em separação espacial das diferentes classes sociais fragmentadas. A separação, por sua vez, origina padrões espaciais, ou seja, as áreas sociais que emergem da segregação estão dispostas espacialmente segundo certa lógica, e não de modo aleatório.

Existe ainda o grupo que afirmou morar em palafitas. As palafitas, apesar de construídas de madeira, são construções em que praticamente não há o beneficiamento desse tipo de material, ou seja, o morador retira a madeira por meio de corte ilegal, realiza o transporte e ergue sua casa de forma grosseira, com enormes pilotis sempre a margem do curso d'água. As palafitas erguidas na orla promovem além da poluição ambiental a poluição visual. A poluição ambiental por não existir em nenhuma das erguidas na encosta da Rua Juruá, fossa séptica ou rede de coleta de esgoto doméstico. Poluição visual, pois não obedecem a um padrão específico de construção, é o que se pode denominar de paisagem favelizada.

As residências da Orla lacustre de Tefé se enquadram naquilo que Serpa (2001) caracteriza como periferia urbana, ou seja, área ocupada por uma população de baixa renda, marcada pela precariedade da configuração espacial e das moradias, que traduzem a exclusão e a segregação espacial, que no caso da área de estudo, parece ter grande expressividade, apesar da proximidade com as áreas centrais.

Segundo Oliveira ( 2006, p. 10 ), a importância de se entender a cidade a partir da produção da moradia é que ela possibilita unificar os vários campos de análise urbana, especialmente quando se observa que os atuais problemas da sociedade parecem ser cada vez mais articulados como problemas de natureza espacial, visto que eles são explicitados pelas desigualdades socioespaciais. Todavia a produção da habitação não pode ser reduzida apenas à localização ou às relações sociais de posse. Ela representa uma multiplicidade de fatores sociais, culturais e econômicos. A moradia é sem dúvida uma localização física, mas é ao mesmo tempo uma expressão psicossocial, sendo produto e condição da sociedade e da sua produção e reprodução. As ocupações são estratégias que os segmentos populares encontram para ter acesso à moradia a partir da organização de invasões em lotes urbanos vazios. Caracterizam-se por serem ações rápidas, o que implica o acesso imediato ao lote, possibilitando a construção contínua da moradia. As moradias precárias na cidade não são apenas manifestações das desigualdades sociais concretizadas em desigualdades socioespaciais pela falta de serviços básicos e de direitos humanos, são também sintomas de uma sociedade urbana, em que desigualdades não apenas são toleradas, como proliferam.

**Gráfico 6** – Quantidade de pessoas por residência na Orla em Tefé-AM



**Fonte:** Moradores da orla do município de Tefé, 2011

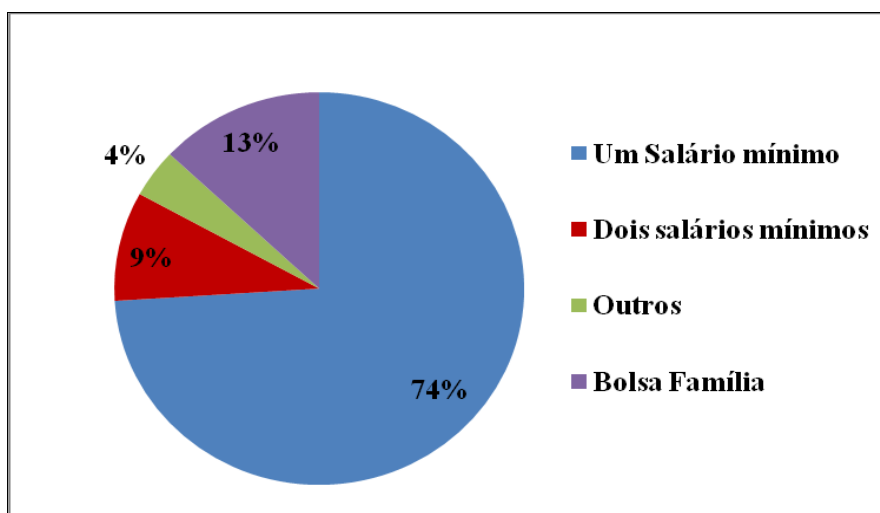
Ao analisar o número de pessoas que residem nas casas localizadas na orla da Rua Juruá. A metade dos entrevistados, 50%, disseram que vivem entre 1 a 5 pessoas por casa. Isso leva a deduzir que as condições de conforto sejam mínimas, pois em todas as casas, a

quantidade de quartos não supera a três. Então as pessoas acabam ocupando todos os cômodos das casas, gerando uma aglomeração e ao mesmo tempo uma falta de privacidade. Outro aspecto que também é notado e que também está diretamente relacionado à qualidade de vida é a falta de políticas públicas de controle de natalidade por parte do município. Então o problema do morador da Orla pode também se relacionar com políticas de saúde, pois envolve todo um contexto social, econômico, educacional de um contingente que somente nos períodos eleitorais adquire algum valor devido ao poder do voto.

Outro percentual significativo, de 39%, diz respeito aos entrevistados que informaram conviverem de 6 a 10 pessoas na casa. Novamente, é possível analisar que este número de pessoas por casa é muito alto, encontra-se também o percentual de 8% que salientaram dividir o espaço de suas casas com 11 a 15 pessoas e o último percentual deste gráfico de 3% dos moradores que afirmaram dividir o espaço com 16 a 20 pessoas.

Apesar do percentual de 3% (16 a 20 pessoas) ser o menor obtido neste gráfico é possível deduzir que o processo de ocupação da Orla realmente não é recente. Culturalmente era hábito, até a década de 1970, uma família constituída por mais de dez pessoas, geralmente este tipo de morador era advindo da zona rural e as suas condições de qualidade de vida tanto no seu domicílio anterior quanto no atual pouco se modificou. Na realidade, seus filhos acabaram casando e também passaram com suas esposas e filhos a dividir o mesmo espaço.

Este problema de ocupação da Orla do bairro do Juruá, trouxe consigo a favelização além de outros problemas de ordem ambiental e social, tais como: captação e fornecimento de água, serviço de coleta, transporte, deposição e tratamento do lixo; saúde, educação, segurança; infra-estrutura e saneamento ambiental. Nesse sentido, não cabe somente responsabilizar o Poder Público pelo que hoje está acontecendo na Orla de Tefé. Enquanto cidadãos tefeenses, todos temos o dever de cobrar junto ao Poder Público, políticas ambientais de ocupação da Orla, pois, ao que se percebe, mediante os resultados, até aqui obtidos é uma falta de sensibilização sobre o problema.

**Gráfico 7** – Valor da renda (salário) mensal do morador da Orla em Tefé-AM

**Fonte:** Moradores da orla do município de Tefé, 2011

A maioria da população não só da Orla, bem como de todo município de Tefé é constituída de trabalhadores que sobrevivem em média com um a dois salários mínimos por ano, segundo o último levantamento do censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

Nesse sentido, o gráfico acima nos mostra o valor da renda mensal do morador da orla. Para 74% dos entrevistados o máximo percebido é um salário mínimo por mês e se for comparado este percentual com o do gráfico anterior (número de pessoas por residência), onde 50% responderam viver entre 1 a 5 pessoas por casa, chega-se à conclusão de que a população vive mal. De um salário mínimo, tem que se pagar as tarifas de energia elétrica e de fornecimento de água, além dos gastos com alimentação, higiene e limpeza, transporte e saúde. Nota-se então que o morador da área da Orla lacustre enfrenta bastante dificuldade financeira para manter a família.

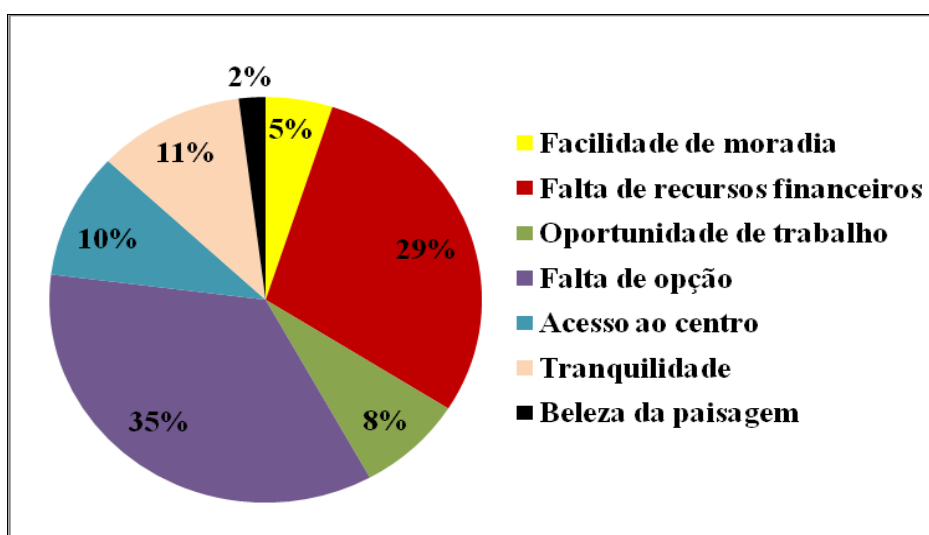
Há também moradores que acabam se beneficiando do auxílio do governo federal, por exemplo, do programa “Bolsa Família”, que correspondem a 13% dos entrevistados. Os moradores que recebem este tipo de benefício são aqueles com filhos em idade escolar e que também estão com seus cartões de vacinas em dias. Portanto, o valor da Bolsa Família, vem para suprir as despesas das casas, considerando que a maioria dos moradores exerce algum tipo de atividade informal.

Outro grupo de moradores que representou 9% das opiniões salientou que sobrevivem com dois salários mínimos. Nesse sentido é importante esclarecer que são moradores mais

antigos que contaram com o apoio de sindicatos para obterem este tipo de benefício. Outro fato que deve ser levado em conta é que mesmo aposentados, esses moradores acabam tendo muitas responsabilidades, dentre as quais manterem a alimentação e outras despesas dos netos, cujos pais encontram dificuldades para trabalhar na fabricação de farinha de mandioca, por exemplo.

O último grupo disse que sobrevive de doações de familiares que moram aqui mesmo em Tefé, só que em outros bairros, além disso, existem aqueles que fazem “bico” uma espécie de atividade informal de baixa remuneração, como capina, pintura, carpintaria etc., para ajudar na renda familiar. Neste sentido concordamos com acertiva de Santos: “ o trabalho é o fator essencial no circuito inferior, quando no circuito superior é o capital”(p. 160). Ainda Santos, o setor de serviços poderia caracterizar também facilmente o circuito inferior, resultado de uma situação dinâmica e engloba atividades de serviços a doméstica, e transportes assim como as atividades de transformação como o artesanato e as formas pré-modernas de fabricação, caracterizadas por traços comuns que vão além de suas definições específicas e que tem uma filiação comum (pág. 158). Pela pobreza, tanto no campo quanto na cidade, gerando explorados e oprimidos e não econômica ou politicamente marginais; e seria original e complexos, compreendendo “ a pequena produção manufatureira, frequentemente artesanal, o pequeno comércio de uma multiplicidade de serviços de toda espécie”, cujas unidades “de produção e de comércio, de dimensões reduzidas, trabalham com pequenas quantidades” (p. 155), com pulverização de atividades e estoque reduzidos ( trabalham em casa e vendedores de ruas).

**Gráfico 8** – Razão para fixar residência na Orla em Tefé-AM



**Fonte:** Moradores da orla do município de Tefé, 2011.

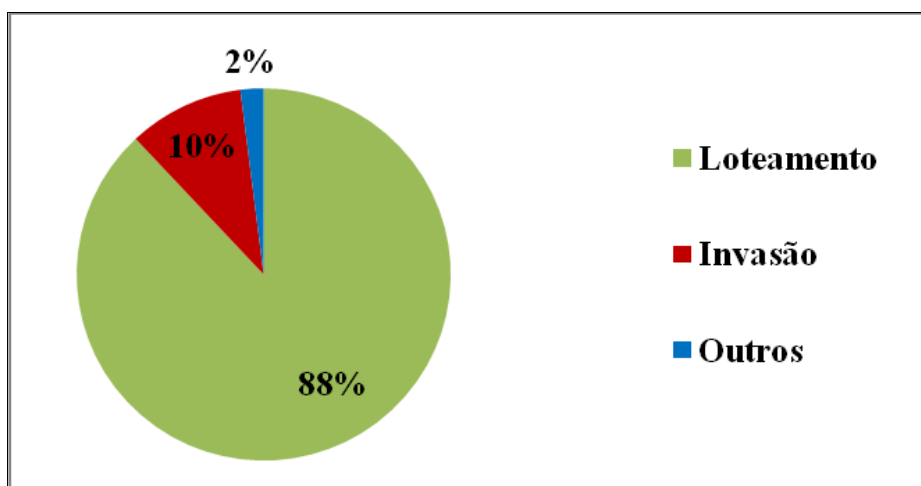
Este gráfico expõe dados percentuais mais específicos quanto ao objeto de pesquisa, a ocupação e os impactos socioambientais sobre a orla lacustre na cidade de Tefé. Isso porque, o seu questionamento é quanto a razão que levou o morador a fixar residência no bairro. Para 35% a resposta foi à falta de opção. Este grupo de imediato deixa claro que um dos problemas enfrentados se refere a falta de bairros urbanizados e dotados de infra-estrutura no município. Este mesmo problema já era percebido na década de 1970, contudo, poucos chefes do executivo local tiveram a capacidade de empreender novos espaços, prevenindo a demanda. Nota-se também que o último bairro de Tefé, surgiu de uma invasão, o bairro de São José, na década de 1990, portanto, não há nenhum tipo de definição política quanto à possibilidade de retirada do morador da área da encosta.

Segundo 29% dos entrevistados, a razão para fixar residência na Orla de Tefé é por falta de recursos financeiros. Essa justificativa pode ser percebida ao considerar que 74% sobrevivem com apenas um salário mínimo (gráfico anterior). Nota-se também que a formação escolar é uma característica que pode influenciar nessa escolha, visto que 78% (gráfico 4) possuem apenas o nível fundamental.

Tranquilidade com 11%; acesso ao centro da cidade com 10%; oportunidade de trabalho com 8%; falta de moradia com 5% e a beleza da paisagem com 2%, fecham as opiniões dos entrevistados. Mas, é possível ressaltar que todas essas alternativas também estão diretamente relacionadas a políticas públicas, e que retirar hoje esses moradores da Orla de Tefé pode gerar um sério problema social, visto que não há sequer uma área dentro do atual perímetro urbano, como já mencionados, em que possa ser criado um novo bairro. Resta então a alternativa de abrir bairros na Estrada da Emade, na zona rural, distante 12 quilômetros da cidade. Contudo, ainda não houve qualquer intenção por parte do Poder Público nesse sentido.

Outro fato que deve ser levado em conta atualmente, é que a alternativa de assentamento e novos bairros na Estrada da Emade, como solução definitiva para a retirada dos moradores da Orla, a cada dia se torna mais complicada, pois, empresários locais, estão erguendo casas, sítios, dentre outras benfeitorias ao longo dessa Estrada, muitas das vezes se apropriando de áreas do município. Portanto, se não houver intenção política em resolver a desocupação da Orla, além de uma política ambiental para recuperação daquele local, a situação tende a ficar ainda mais séria. É iminente o risco de deslizamento da encosta, que pode levar consigo além das casas a vida de muitos tefeenses.



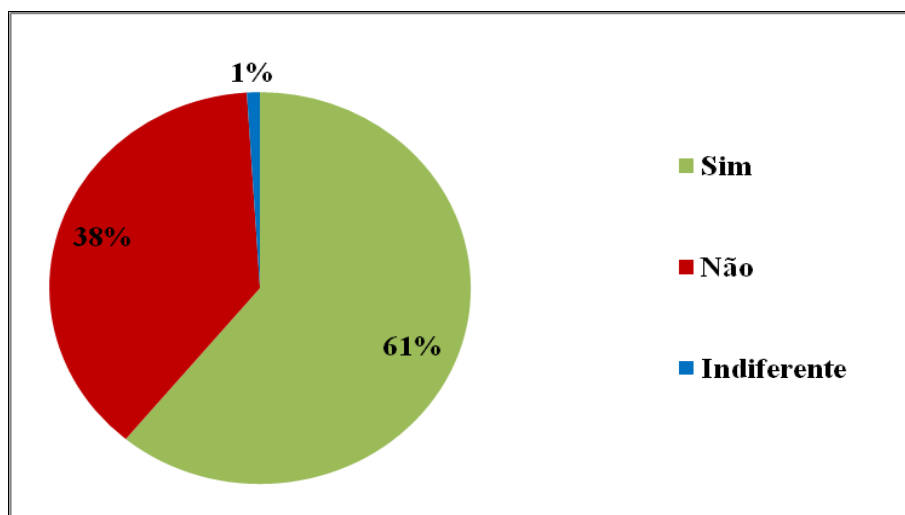
**Gráfico 9 - Motivos para a ocupação na Orla em Tefé-AM**

**Fonte:** Moradores da orla do município de Tefé, 2011.

Diante das respostas obtidas com os gráficos acima, também se verificou a necessidade de questionar os entrevistados sobre quais motivos os levaram à ocupação da Orla. Para 88% foi o loteamento irregular, os lotes antigamente foram demarcados e vendidos pelo antigo dono, mas nunca houve sequer um loteamento regular em toda aquela área, após verificarmos diretamente no setor de terras da Prefeitura Municipal de Tefé; para 10% o principal motivo para ocupação da Orla foi a possibilidade de invasão e outros 2% salientaram outros motivos. O que se pôde perceber é que os moradores têm receio em dizer que invadiram parte da área.

Para aqueles que salientaram invasão (10%), os motivos que os fizeram ocupar a Orla foi pela possibilidade de fixar residência em um lugar de fácil acesso ao centro, onde se localiza o comércio, as escolas e também os postos de saúde. Na atualidade a Orla não oferece mais a possibilidade de novas ocupações, contudo ainda há registros de ocorrências, com as palafitas predominando. Elas, a cada dia que passa, vão se amontoando no que ainda resta de praia, dividindo o espaço com as ravinas e as voçorocas.

**Gráfico 10** – Concepção do morador quanto ao risco de deslizamento da sua residência na Orla em Tefé-AM



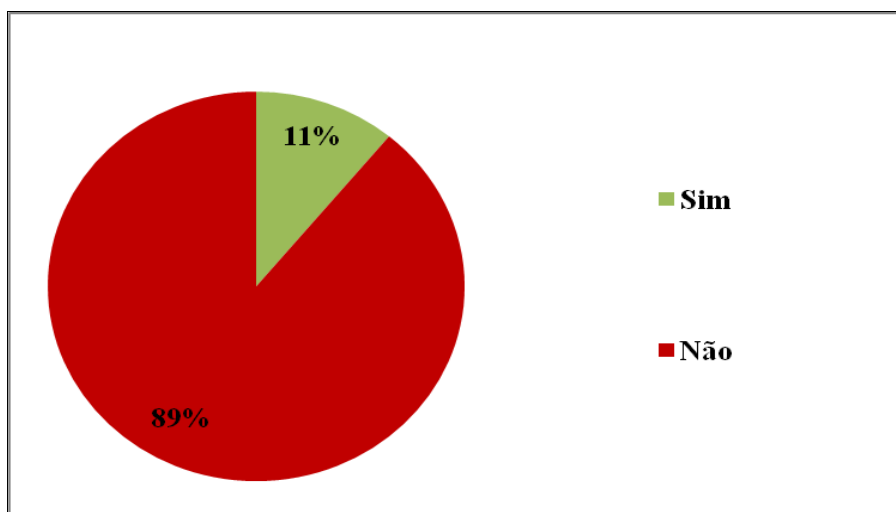
**Fonte:** Moradores da orla do município de Tefé, 2011.

Esta pesquisa em torno dos impactos socioambientais na Orla de Tefé considera que devido a falta de políticas públicas para o assentamento de famílias que acabaram se fixando naquele local houve contribuição para o iminente risco de deslizamento da encosta localizada em toda a extensão da rua Juruá. Nesse sentido, justifica-se questionar a opinião do morador sobre este problema.

Para 61% há sim o risco de deslizamento, mas por dificuldades financeiras e a baixa escolaridade acabam encontrando dificuldades em adquirir uma nova casa em outro bairro da cidade. Isso os leva a permanecer na área, mesmo que corram risco de morte. Lembra-se também que no caso de deslizamento, pode haver mortes de dezenas de pessoas, se considerar que cada casa em média, possui entre 1 a 5 pessoas (50%) e entre 6 a 10 pessoas (39%), percentuais demonstrados no gráfico 8.

Para 38% dos moradores da Orla, a moradia não oferece risco algum de deslizamento, acreditam que se encontram imunes a qualquer tipo de ação da própria natureza, por exemplo, a chuva, que é bem frequente durante o período de inverno amazônico. É importante salientar que em anos passados já houve casos de deslizamento, porém os danos foram mínimos, e que mesmo assim o problema foi ignorado pelo Poder Público.

**Gráfico 11** – Visitas de representantes dos órgãos ambientais alertando sobre o risco de deslizamento da encosta na Orla em Tefé-AM



**Fonte:** Moradores da orla do município de Tefé, 2011.

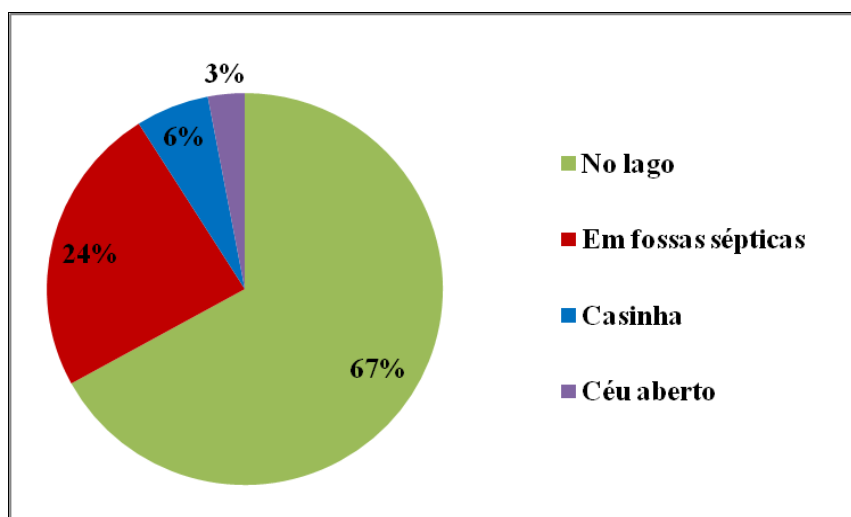
No município de Tefé, existem órgãos ambientais tanto na esfera federal, estadual quanto municipal. Porém as políticas públicas em torno da questão ambiental, especificamente sobre a ocupação da área da Orla, nunca foi uma prioridade, pelo menos é o que se pode deduzir mediante as respostas dos entrevistados. Com base na inércia destes órgãos, tornou-se pertinente questionar junto aos 100 entrevistados dessa pesquisa, se alguma vez receberam visitas dos órgãos ambientais, esclarecendo a todos sobre o provável risco de deslizamento da encosta da rua Juruá.

Para 89% nunca houve sequer uma visita, e outra importante informação é a de que os moradores reconhecem a existência da Defesa Civil Estadual e Municipal, implantada no município de Tefé no final da década passada. Contudo, ainda não está bem claro quais as prioridades para atuação deste órgão na esfera municipal. O que realmente se sabe é que a Defesa Civil de Tefé não atua na prática, ou seja, se encontra restrita aos gabinetes dos representantes locais. Sequer foi possível saber o nome do responsável e o local de funcionamento da referida Defesa.

Outros 11% discordam e afirmam que receberam sim, esclarecimentos sobre o risco de deslizamento daquela área, mas que por falta de opção e por dificuldades financeiras acabaram permanecendo na Orla. Estes moradores salientaram ainda que, caso o Poder Público os ajudassem a se mudar para outro bairro dotado de infra-estrutura e de saneamento

ambiental já teriam sim, saído daquela situação. Apesar da própria inércia do Poder Público, há casos em que o morador conseguiu se mudar para outro bairro. Esse bairro distante acabou dificultando o seu acesso ao trabalho, além disso, o transporte aumentou o custo de vida. Dessa forma, acabaram retornando à encosta, pois, membros de suas famílias lá permaneceram e isso influenciou na sua volta.

**Gráfico 12** –Local onde são depositados o esgoto doméstico do morador da Orla de Tefé-AM



**Fonte:** Moradores da oral do município de Tefé, 2011.

Em toda a extensão da Orla inexistente qualquer tipo de tratamento para os efluentes líquidos gerados a partir das residências, ou seja, todo o esgoto doméstico é depositado diretamente do Lago comprometendo a qualidade da água além de um processo visível de assoreamento do leito deste mesmo Lago. Além do esgoto doméstico, há mais um agravante, as casas de madeira e palafitas não possuem fossa séptica, apenas uma parte das casas de alvenaria, que estão localizadas na parte superior da encosta é que as possuem. Portanto, além da água servida o Lago recebe grande quantidade de dejetos humanos.

Caso o Poder Público fosse sensível a este problema especificamente, poderia adotar as orientações técnicas de Carvalho (1991, p.1-4):

[...] existem três tipos de sistemas de esgotos: 1) sistema unitário: é a coleta dos esgotos pluviais, domésticos e industriais em um único coletor. Tem custo de implantação elevado, assim o tratamento também é caro; 2) sistema separador, os esgotos domésticos e industriais ficam separados do esgoto pluvial. É o usado no Brasil. O custo de implantação é menor, pois as águas pluviais não são tão prejudiciais quanto o esgoto doméstico que tem prioridade por necessitar de tratamento. Assim como o esgoto industrial, nem sempre

pode se juntar ao esgoto sanitário sem tratamento especial prévio; 3) sistema misto, a rede recebe o esgoto sanitário e uma parte das águas pluviais.

Todas as alternativas do autor exigem custos, e isso acaba sendo mais um empecilho nas práticas de políticas públicas em Tefé. É comum a justificativa de que não há recurso financeiro para este tipo de despesa. Contudo, podemos citar um único exemplo da má gestão do erário público. No início do mês de setembro de 2011, Tefé teve uma das maiores festas de sua história, a XII Festa da Castanha, foram dias de feriados e de programações cívico-culturais nas escolas. Mas a culminância foi com *shows* de cantores de renome nacional. Com certeza se investiu recursos financeiros consideráveis. Mas não há sequer uma política ambiental e social que proporcione qualidade de vida ao cidadão tefeense, em especial aquele que mora em área de risco.

No gráfico podemos ver que 67% dos entrevistados depositam o esgoto doméstico diretamente no Lago, isso quer dizer que não há nenhuma rede de esgoto nem de tratamento desse líquido, em suma, toda a água produzida pelos moradores da orla, acaba sendo depositada diretamente na praia por onde percorre um pequeno trecho, até que é completamente amparada pelo leito do Lago de Tefé, que recobre toda a orla lacustre do município. Nota-se que os problemas ambientais, cuja origem é nas casas, acaba se tornando maior, pois, é visível, a poluição hídrica, bem como o assoreamento do Lago. Ainda sobre o assoreamento, causado pelos impactos ambientais dos esgotos domésticos é possível se ter uma dimensão do problema quando o nível da água baixa. Existem trechos que praticamente unem por terra um lado ao outro do Lago, ou seja, junta o Juruá à vila vizinha de Nogueira, pertencente ao município de Alvarães.

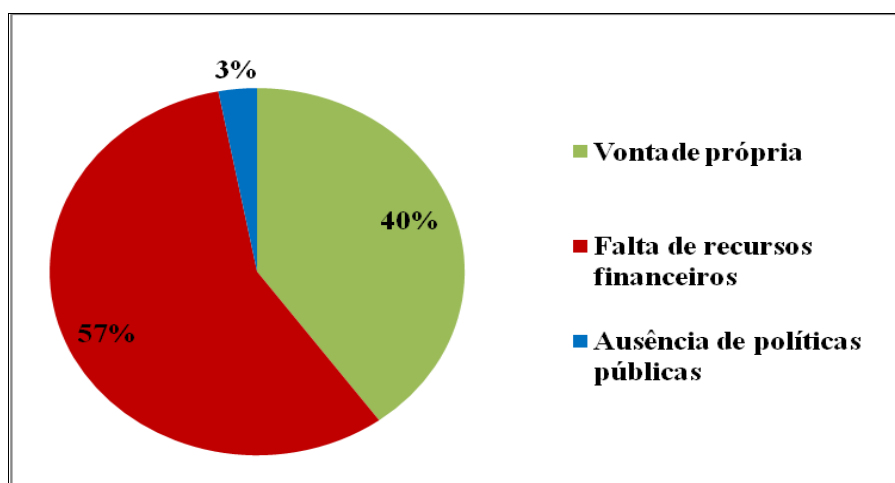
Para 24% dos entrevistados o local onde é depositado o esgoto residencial são fossas sépticas, nesse sentido, é preciso esclarecer que este percentual representa os moradores que moram próximo ao nível da rua Juruá, são casas erguidas em alvenaria e que ainda não se encontram totalmente prontas. Apesar do percentual se apresentar alto é preciso considerar que é insuficiente, caso se leve em conta que cada residência tem em média, segundo o gráfico 8, de 1 a 5 pessoas com 50% das opiniões, e mais 39% entre 6 a 10 pessoas.

Para 6% a principal forma de tratamento do esgoto doméstico são as casinhas, erguidas quase sempre próximas das casas, contudo de forma precária e sem condições de higiene e toda uma quantidade de material poluente para o Lago.

Aqueles que responderam céu aberto (3%) também fazem o uso inadequado da área como também são agentes diretos da poluição ambiental, no que se refere aos recursos

hídricos, pois, Tefé, ainda não tem um planejamento específico para pelo menos diminuir os impactos ambientais na área da Orla de Tefé. Registra-se que em Tefé, somente na zona urbana, tem aproximadamente 50 mil habitantes e não possui nenhuma estação de tratamento de efluentes líquidos e que apenas 32,4% dessa população possuem rede de esgoto doméstico e fossa séptica. Esse percentual acaba dando dimensão do impacto ambiental causado também na área da Orla.

**Gráfico 13** – Motivos que justificam a permanência do morador na Orla de Tefé-AM



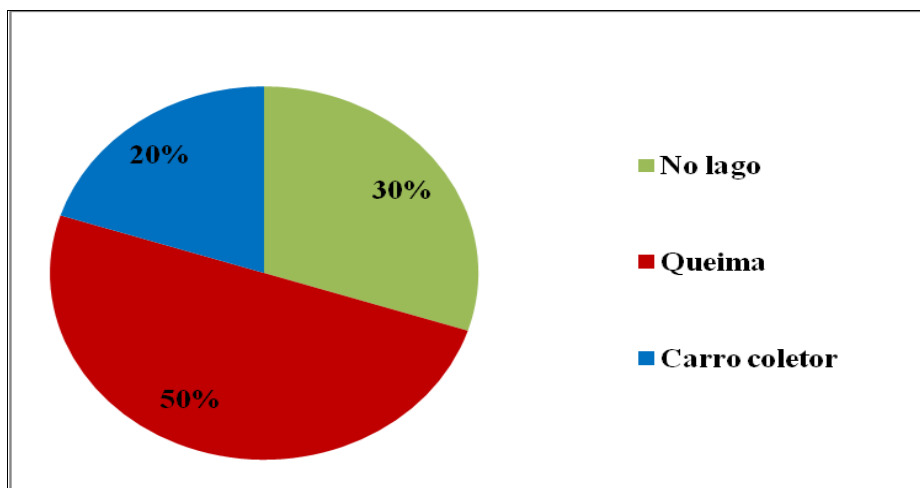
**Fonte:** Moradores da orla do município de Tefé, 2011.

A Orla lacustre de Tefé, especificamente a que se localiza na extensão da encosta da rua Juruá, no passado, foi símbolo de beleza natural como salienta o geógrafo tefeense Pessoa (2004), “era uma área de grande beleza, cujo visitante ao chegar de barco, podia apreciar uma praia de areia muito branca, vegetação típica da região. Não era uma área habitada até o final de década de 1940”. Contudo, foi em 1970, que esse processo de ocupação se acentuou, gerando o quadro de impacto ambiental e comprometendo à qualidade de vida do morador daquela área.

Nesse sentido, perguntou-se quais os motivos que justificariam a permanência de moradores naquela área, considerando que sua ocupação é de risco (61% no gráfico 12). Novamente é possível observar que o principal entrave é a questão financeira, com a preferência de 57% dos entrevistados. Diante desse percentual é possível deduzir outros fatores, que também podem estar contribuindo indiretamente para esse quadro, o nível de formação escolar, com predominância ao nível fundamental (78% gráfico) e também a atividade laboral desse morador, que na sua maioria é de agricultores (41% gráfico 5) e por fim o valor do salário recebido por mês (78%, recebem salário mínimo, gráfico 9). A partir

dessas informações percentuais de outros questionamentos, reitera-se que faltam políticas públicas de geração de emprego, renda e educação, para que este morador possa vir a se tornar pleno no exercício de sua cidadania, ou seja, cobrando das autoridades constituídas ações coordenadas que promovam políticas públicas de cunho social e ambiental.

**Gráfico 14** – Destino do lixo produzido pelo morador da Orla em Tefé-AM



**Fonte:** Moradores da orla do município de Tefé, 2011.

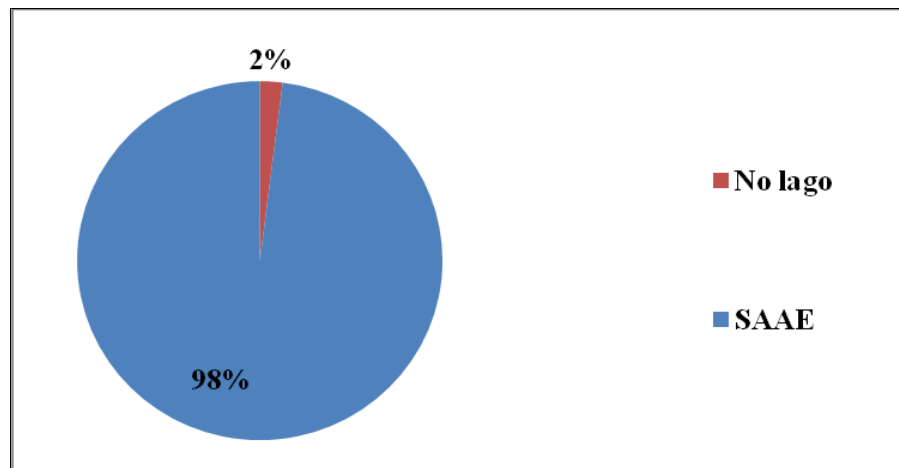
O serviço de coleta, transporte, disposição e tratamento de resíduos sólidos em todo o município de Tefé nos últimos anos tem se constituído como caso de saúde pública. Nesse sentido até mesmo o aeroporto local, teve, por seguidas vezes, seus trabalhos paralisados devido à falta de uma política eficiente para o lixo.

Segundo dados da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, diariamente, são coletados em Tefé, 27,5 toneladas de lixo, mas este percentual representa apenas 80% de toda a demanda. Portanto, pouco mais de 5 toneladas de lixo deixam de ser recolhidas todos os dias. Assim a população desassistida por este serviço acaba depositando seu lixo a céu aberto, no próprio Lago, ou então o queimam, poluindo também o ar que se respira.

É possível deduzir que o morador da Orla de Tefé, independentemente de classe social, anseia viver em um ambiente saudável que apresente as melhores condições para vida, ou seja, que favoreça a qualidade de vida: ar puro, desprovido de poluição, água pura em abundância entre outras características tidas como essenciais. Entretanto, observar um ambiente urbano implica em perceber que o uso, as crenças e hábitos do morador cidadão têm promovido alterações ambientais e impactos significativos no ambiente urbano. Essa situação é compreendida como crise e sugere uma mudança de posturas e políticas públicas para sanar as deficiências.

Outros 30% salientaram que jogam o lixo realmente no Lago e outros 20% preferem queimá-lo. Na Orla de Tefé, entre os impactos ambientais negativos que podem ser originados a partir do lixo urbano produzido estão os efeitos decorrentes da prática de disposição inadequada de resíduos sólidos em fundos de vale, às margens de ruas ou cursos d'água. Essas práticas habituais podem provocar, entre outras coisas, contaminação de corpos d'água, assoreamento, enchentes, proliferação de vetores transmissores de doenças, tais como cães, gatos, ratos, baratas, moscas, vermes, entre outros. Some-se a isso a poluição visual, mau cheiro e contaminação do ambiente.

**Gráfico 15** – Origem da água consumida pelo morador da Orla em Tefé-AM



**Fonte:** Moradores da oral do município de Tefé, 2011.

É fundamental o abastecimento de água e o tratamento de esgotos e águas pluviais. Por isso, as cidades, geralmente, são fundadas próximas ou sobre o leito de rios por razões óbvias: facilidade na obtenção de água e alimento. Nas cidades do Brasil é perceptível um padrão de construção de edifícios junto a leitos de rios. Suas margens, entretanto, deveriam ser preservadas com a manutenção da mata ciliar ou de galeria. Também é possível observar que na maioria dos casos, o rio é usado como local de disposição final de lixo, um hábito cultural existente e condenável (DEL RIO, 1999).

O uso da água na cidade de Tefé, tipicamente, tem um ciclo característico de impacto ambiental negativo. A água é coletada de uma fonte local (lençol freático), é tratada, utilizada e retorna para um corpo coletor. Nesse retorno só excepcionalmente ela conserva as mesmas características de quando foi captada. Ocorrem alterações nas composições de sais, matéria orgânica, temperatura e outros resíduos poluidores. Além destes impactos, em relação aos



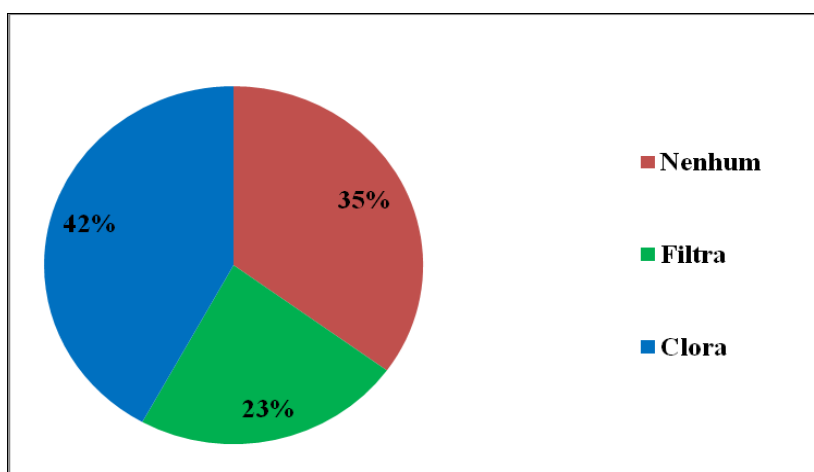
recursos hídricos, ainda existem aqueles causados pela deficiente infra-estrutura urbana: obstrução de escoamentos por construções irregulares, obstrução de rios e lagos por resíduos, projetos e obras de drenagem inadequadas.

Para quase 100% dos entrevistados a água utilizada no dia-a-dia é de origem do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Tefé. Contudo, é preciso salientar duas situações distintas: a primeira, a captação e a segunda, o desperdício. Até o início da década passada a água utilizada pelo morador da Orla era captada no Lago, contudo, devido a sua poluição o SAAE foi obrigado a perfurar poços artesianos e também realizar obras de distribuição da rede. Nesse sentido, a qualidade da água melhorou bastante. Diminuíram, segundo os próprios moradores, os casos de doenças relacionados a qualidade da água.

Por outro lado, a mencionada tarifa social de R\$15,00 existe há anos e sem a colocação de hidrômetros nas casas para medir o consumo, a água também é desperdiçada em grande volume. Essa água acaba descendo pela encosta, provocando danos à estrutura do solo que por sua vez acaba tornando a área da encosta vulnerável a deslizamentos. Nesse sentido, a responsabilidade não é do Poder Público e sim do próprio morador que ainda faz uso inadequado do recurso.

Somente 2% afirmaram que ainda fazem uso da água do Lago, contudo, são moradores que residem na margem e que também, por motivos financeiros, não tiveram condições de mandar ligar a sua casa à rede de distribuição de água. Entra também mais um fator, custo-benefício. Para este morador é mais cômodo usar a água do Lago que está bem próxima de sua casa do que pagar pelo serviço. Mas este mesmo morador não tem esclarecimento sobre os riscos a sua saúde ao consumir uma água poluída. Nesse sentido, também é possível notar a ausência dos órgãos ambientais naquela área para orientar sobre mais este problema.

**Gráfico 16** – Tipo de tratamento da água realizado pelo morador da Orla em Tefé-AM

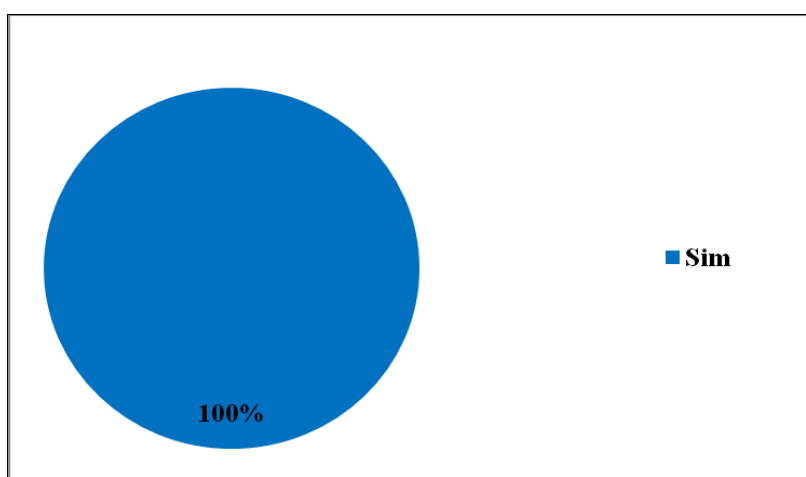


**Fonte:** Moradores da oral do município de Tefé, 2011.

Considerando a água essencial à qualidade de vida e principalmente para a saúde questionou-se ao morador da Orla, que tipo de tratamento era realizado em sua casa, antes mesmo de consumir o referido líquido. 42% disseram que cloram a água a partir de orientações que receberam nos postos de saúde, principalmente quando as mulheres levam os filhos para tomar vacinas. Para 35% não é preciso fazer nenhum tipo de tratamento, pois consideram a qualidade da água boa, e que não tiveram problema de saúde algum com o seu consumo desta forma. Outros 23% dos entrevistados, disseram que filtram a água, principalmente antes de bebê-la e darem aos filhos pequenos.

Nota-se que a preocupação quanto à qualidade da água e também a maneira de como tratá-la são freqüentes entre os entrevistados. É importante também informar que em Tefé, o Poder Público só realiza análises químicas na água quando há um aumento no número de pessoas doentes em que se pode associar a veiculação hídrica.

**Gráfico 17** – Em sua opinião deveria existir programas para melhorar a qualidade de vida na Orla em Tefé-AM



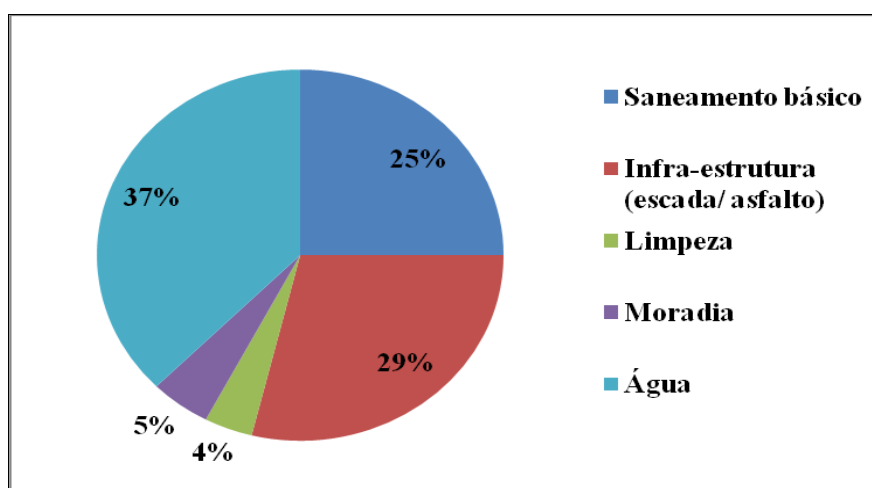
**Fonte:** Moradores da orla do município de Tefé, 2011.

O gráfico expressa que 100% dos entrevistados desejam uma qualidade de vida melhor na orla lacustre da rua Juruá. Diante dessa lógica é possível deduzir que as políticas públicas em todos os níveis acabam se efetivando em bairros cuja infra-estrutura já exista, embora deficiente. Outro dado importante, que pode contribuir para a compreensão do problema ambiental da Orla, é a questão do acesso, isso porque, os moradores de forma geral, precisam de uma escada para facilitar a entrada e a saída de pessoas naquele perímetro. As casas praticamente se encontram num ângulo de 70° a 80°, não tem vegetação alguma que seja

capaz de frear a velocidade da água da chuva, além disso, aquela população sofre com outros problemas, dentre os quais: segurança e saúde.

Portanto, os impactos ambientais não podem ser compreendidos como um problema isolado há todo um contexto histórico, econômico e social, além de anos de falta de políticas públicas. Assim, é importante que tanto o Poder Público quanto os moradores da área, tracem metas e objetivos específicos que venham minimizar os impactos ambientais existentes, pois remover as famílias que lá moram para outra área dentro do perímetro urbano de Tefé é praticamente impossível. A não ser que se desapropriem propriedades particulares, onerando os cofres públicos.

**Gráfico 18** – Principais sugestões dos moradores acerca de políticas públicas que podem ser desenvolvidas na Orla em Tefé-AM



**Fonte:** Moradores da orla do município de Tefé, 2011.

Não há como desenvolver um programa de conscientização e sensibilização ambiental sem considerar em primeiro lugar a opinião daqueles que são mais afetados, devido a ineficácia do Poder Público. Até aqui, foi possível perceber que o morador da encosta da Orla e, porque não dizer de toda a Orla lacustre da cidade de Tefé, é um excluído social. Considerando sua atividade laboral, formação escolar, remuneração mensal, número de pessoas que dividem uma casa pequena com poucos cômodos.

Nota-se também que os problemas ambientais, acabam afetando e se acentuando na camada da população que é mais carente de serviços públicos. Muito embora, a própria literatura, esclareça que, os maiores causadores dos problemas ambientais é a classe econômica que detém o poder da compra, o consumismo. Há de se referenciar que a situação enfrentada pelo morador da Orla não é recente, historicamente aquela foi uma área de atração

e de ocupação de imigrantes ribeirinhos, isso porque, a maioria, ainda sobrevive de atividades informais, relacionadas com as águas. Nesse sentido, é justificável considerar a opinião do morador a respeito de suas sugestões para a aplicação de políticas públicas naquele perímetro.

Segundo a opinião de 29% dos moradores da Orla da rua Juruá é preciso que o Poder Público invista em infra-estrutura no asfaltamento das vielas e becos além da construção de escadas para facilitar a entrada e saída do morador daquela área. É importante lembrar que o Poder Público, pelo Código Florestal Brasileiro, criado na década de 1980, não pode investir nesse tipo de serviço em área de proteção permanente, como é o caso da vegetação ciliar.

Contudo, o mesmo Poder Público não pode deixar de considerar que o morador da Orla lacustre de Tefé, é um cidadão. Resta então a alternativa de criar novos bairros, mesmo que em áreas distantes, mas que sejam dotados de infra-estrutura, saneamento ambiental, transporte e escolas. Além disso, é necessário que os órgãos ambientais tomem para si a responsabilidade de fiscalizar e punir aquele que fizer ocupação em área de preservação ambiental, e que essa punição seja estendida às prefeituras pela constante prática da omissão.

Para 25%, é preciso saneamento básico. Sanear uma área onde o risco de deslizamento da encosta é eminente é repetir o mesmo erro ao qual estamos acostumados a ver nos noticiários todos os dias. O exemplo é a Região Sudeste, constantemente abalada por fortes chuvas e deslizamentos, mesmo em áreas urbanizadas e saneadas. Diante dessa situação, não resta alternativa, faz-se necessário no mínimo criar mecanismos que possam mitigar o problema ambiental e promover a qualidade de vida. Só será possível se alcançar este objetivo se se começar um processo lento de sensibilização e de uso dos recursos naturais. É preciso, recompor parte da vegetação, deixar de jogar lixo a céu aberto ou então queimá-lo, usar a água evitando o desperdício, essas são alternativas viáveis.

Outros 4% dos entrevistados salientaram que é preciso limpar a Orla. Isso é possível, mas mantê-la limpa é o principal desafio. É comum, em toda a referida área encontrar embalagens descartáveis, principalmente plásticos e vidros. Mas é preciso salientar, que a Prefeitura de Tefé, através do órgão responsável pelo serviço de coleta, transporte, disposição e tratamento dos resíduos sólidos urbanos (RSU'S), deve elaborar uma estratégia de trabalho que consiga atingir a todos os moradores da Orla. Contudo, é preciso no mínimo pontos de coleta em locais estratégicos e facilidade para o acesso e saída da referida orla.

Segundo a opinião de 37%, o principal problema é o fornecimento de água. Contudo, este grupo se esquece que a verdadeira causa não é a falta de água e sim o desperdício, ao passar pelas ruas durante os finais de semana alguns moradores que possuem poços artesianos lavam as calçadas com água limpa e potável. A sugestão para resolver este impasse, além da

conscientização é instalar hidrômetros, e que cada morador pague pela água que realmente consumir. Ou então reajustar o valor da tarifa.

Para 5% o principal problema é a moradia precária, portanto, também devem ser considerados como prioridades para o gestor público municipal. Não há como deixar de considerar que a área da Orla precisa de uma limpeza urgente, além disso, é preciso definir uma política ambiental que diminua ou elimine o número de voçorocas e ravinas, visto que parte do lixo encontra-se nessas valas.

O rumo das atuais políticas públicas no município de Tefé aponta para o agravamento dos problemas existentes, caso não haja intervenções eficazes que valorizem a construção de uma sociedade com direitos coletivos. Os impactos socioambientais continuarão a existir do município, mais precisamente na Orla de Tefé, no bairro do Juruá.

## 5

### A OCUPAÇÃO DA ORLA E O PLANO DIRETOR DE TEFÉ

#### 5.1 Aspectos da Ocupação da Orla de Tefé

A formação da cidade teve início com a construção de casas acompanhando as margens do lago de Tefé e do Igarapé Xidarini. É costume da região o caboclo sempre fazer sua casa acompanhando o rio.

A cidade de Tefé desde sua fundação tornou-se uma área de atração, o constante fluxo migratório, aliado a falta de políticas públicas para abertura de bairros, resultaram na precária infra-estrutura, principalmente quando se trata do saneamento ambiental.

Com o êxodo rural ocorrido principalmente nos anos de 1969, 1970-72, surgiram novos bairros, inclusive o bairro do Juruá. O bairro do Juruá começa justamente com a vinda de trabalhadores escravizados pelos patrões nos serviços da borracha dos rios Juruá e Japurá. Chegando a Tefé, não tendo onde morar ocuparam a área da Orla, dando início às ocupações das encostas.

Como vimos não obedeceu a nenhum critério técnico, fato ignorado pelo Poder Público local. A vegetação que deveria proteger a encosta foi retirada oferecendo grande risco de deslizamento de terras. As palafitas erguidas comprometem diretamente o meio ambiente natural e a vida dos moradores.

Pardo Diaz (2002) salienta que o complexo sistema de apropriação comum do espaço urbano cria sérios problemas sociais, provocados pelo baixo nível de instrução e pelo despreparo do migrante para atuar no mercado formal de trabalho. Sem perspectiva alguma, acaba ocupando áreas particulares na zona urbana próxima ao centro da cidade, com o objetivo de, no mínimo, erguer a sua moradia, retrato este dos moradores da Orla do município de Tefé, no bairro do Juruá.

As áreas de expansão urbana não planejadas e clandestinas, não oferecem infra-estrutura adequada e nem serviços para atendimento à população. Acrescenta-se ainda que a área central da cidade é uma das áreas mais assistidas pelo Poder Público devido estarem centralizados os serviços públicos estaduais e municipais como: agências bancárias, postos de saúde, escolas estaduais, agência do IBGE, fórum de justiça, prefeitura, câmara de vereadores,

redes de supermercados, feira municipal entre outros. Conforme Alves (2011, p. 112): o centro tem como atributo a centralidade, ou seja, a capacidade de concentrar, em um determinado espaço, vários elementos necessários à reprodução da vida e, no sistema capitalista, a reprodução do próprio sistema, como equipamentos de circulação (fluxos de informações, mercadorias pessoas), comércio (banal e especializado), serviços (sofisticados e comuns).

As moradias existentes estão desprovidas de saneamento ocasionando vários problemas ambientais, como perda total das áreas verdes, erosão do solo, exposição ao lixo, falta de esgoto com os canos direcionados para a rua. As áreas ocupadas são tidas como de risco, pois expõem seus habitantes a péssimas condições de moradia, geram insalubridade e principalmente apresentam riscos reais de grandes acidentes.

Este caráter histórico do bairro está assentado no seu processo de ocupação e nas diferentes formas de uso dos seus espaços no decorrer do tempo, refletindo nas mudanças registradas em sua paisagem. São as mudanças referentes a esses aspectos que permitem perceber as reconfigurações da estrutura e das práticas sociais inerentes ao lugar.

As moradias são localizadas em área de risco, modelo palafitas (Figura 11) adaptadas ao período das cheias e da vazante, por se tratar de uma área de várzea. A ocupação foi na forma de invasão e alguns lotes foram comprados dos donos de antigos castanhais. No município inexistente uma política eficiente quanto ao planejamento urbano paisagístico.



**Figura 11:** Moradias da Orla do Juruá  
**Fonte:** Jocivane (UEA), 2011.

A realidade social da Orla denota um contraste bem visível, nas ruas da parte superior encontramos uma área pavimentada com casas e outros imóveis de alto padrão, cujos proprietários são empresários, funcionários públicos federais, etc. Na parte inferior, mais precisamente nas encostas, residem agricultores, pescadores, domésticas, entre outros.

Na Orla encontra-se uma população pobre, como vimos no capítulo antecedente, que desconhece seus direitos como cidadã, ficando à mercê do Poder Público. Para muitos, como eles mesmo relataram, só o programa do governo federal, o Bolsa Família, já está bom.

Como prática, o Poder Público escolhe para seus investimentos em bens e serviços coletivos, exatamente os locais da cidade onde estão os segmentos populacionais de maior poder aquisitivo; ou os locais que poderão ser vendidos e ocupados por estes segmentos, pois é preciso valorizar as áreas. Isso nos faz lembrar Spósito (1994, p.74,75), quando trata dos pobres urbanos, ao dizer que os locais da pobreza, os mais afastados, os densamente ocupados, ficam no abandono.

Ao observar a paisagem do local identificou-se que a proteção do solo é praticamente inexistente, em pequeno trecho da área na parte superior encontramos uma residência de alto padrão pertencente ao Senhor Osvaldo Simas Novo, tabelião da cidade, que no local da vegetação retirada plantou centenas de pés de bambus para tentar impedir o deslizamento, mas a tentativa não obteve resultado positivo, pois parte do alicerce da sua residência caiu, surgindo uma imensa voçoroca.

Apesar do risco iminente de deslizamento os moradores que residem nas palafitas, sem opção, acabam ficando no mesmo bairro, como retrata Dona Maria José Silva: “Minha filha, se eu sair daqui, vou morar onde? Não tenho dinheiro para comprar uma casa nova, aqui fica perto de tudo.”

Vários moradores já constituíram família e resistem à mudança para outras áreas mais distantes. Segundo os moradores mais antigos, na década de 1980, na administração do prefeito José Antônio Inácio da ARENA no ano de 1989 a 1992, devido a um surto de cólera que atingiu o perímetro lacustre de Tefé, houve a retirada dos moradores para um novo bairro chamado Santa Tereza, na Estrada do Aeroporto, mais devido à falta de transporte para o deslocamento dos trabalhadores para o centro da cidade e para o Lago, a falta de auxílio financeiro para a construção das novas moradias e a falta de infra-estrutura, a população retornou e continuou ocupando a Orla.

Como também vimos, a falta de saneamento ambiental na área ocasiona a poluição do Lago, do solo devido à disposição de resíduos sólidos (Figura 12) e a emissão de efluentes. As



praias da referida área tornaram-se imensas capoeiras, além das voçorocas que se alternam em quase toda a sua extensão.



**Figura 12:** Parte da Praia - Orla do Juruá  
**Fonte:** Jocivane (UEA), 2011.

Os impactos ambientais na Orla são visíveis, provocados pelos esgotos, sanitários a céu aberto. Gera prejuízos para a pesca e para outros setores importantes da economia, como a agricultura. Outro problema são as doenças de veiculação hídrica, tanto no período da cheia quanto na vazante.

Alguns entrevistados disseram que usam fossas sépticas, contudo, foi observado que a quantidade de fossas é ainda menor, na realidade são fossas negras. Segundo a Prefeitura de Tefé:

A fossa negra, ainda usada na zona urbana e nas comunidades rurais, é anti-higiênica para as pessoas e causa contaminação da água. Quando usada na várzea às fezes transbordam na época da enchente, poluindo tudo. Por isso não deve ser usada em locais que alagam, são nocivas à saúde. Na terra firme, são focos de proliferação de moscas e baratas, insetos transmissores de doenças conhecidos como vetores. (PMT, 2006, p. 2).

Possuir uma boa instalação sanitária é ter qualidade de vida, uma correta instalação evita a proliferação de doenças, a contaminação dos cursos d'água, do lençol freático e dos poços artesianos onde é captada a água distribuída para o consumo em Tefé, inclusive para os moradores do próprio bairro do Juruá e da Orla.

A falta de recursos financeiros e a ausência de políticas habitacionais em outras áreas da cidade, são fatores preponderantes para que os moradores permaneçam morando no bairro. Muitos têm baixo nível de escolaridade, 78% possuem somente o ensino fundamental, e

sentem que o Poder Público municipal os ignora no sentido de não oferecer uma melhor qualidade de vida. De acordo com o que consta no Plano Diretor o Poder Público ainda não oferece a universalização do atendimento com projetos sociais às famílias de baixa renda, urbanas e ribeirinhas, nem o desenvolvimento de programas de atendimento habitacional voltados para a regularização das habitações em áreas de encostas, infra-estruturas condizentes com as necessidades dos moradores. O morador da encosta não demonstra ter esperanças em um futuro melhor, as promessas falsas são feitas nos palanques políticos, ludibriando a população não só do bairro do Juruá, mas da cidade toda.

Segundo Carlos (2011, p. 68), o homem se coloca no centro da discussão do espaço na condição de sujeito. A sociedade produz o espaço e ao fazê-lo, revela uma profunda contradição, entre um processo de produção que é socializado, e a apropriação do espaço que é privada. Portanto o espaço se produz, produzindo os conflitos latentes de uma sociedade fundada na desigualdade (uma sociedade hierarquizada em classes). O processo de produção do espaço fundamentado nas relações de trabalho entre sociedade e natureza implica um entendimento de várias relações: sociais, políticas, ideológicas, jurídicas, culturais compondo os níveis da realidade, envolvendo um modo de pensar e sentir, enfim, um modo de vida.

Quando nos lembramos que a produção do espaço é a consequência da ação de agentes concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade (CORRÊA, 2011), nos remetemos aos agentes sociais que possibilitaram a ocupação específica da Orla e do bairro do Juruá, que são: os promotores imobiliários; o Estado e os grupos dos excluídos.

As estratégias dos promotores imobiliários são as de produzir habitações com inovações, com valor de uso superior às antigas, obtendo-se, portanto, um preço de venda cada vez maior, o que amplia a exclusão das camadas populares. Em Tefé, os promotores imobiliários são identificados como os grandes empresários, que atuaram no bairro do Juruá com a compra do solo dos primeiros proprietários como reserva de valor, para futuros empreendimentos como apartamentos para locação, comércio, hotéis, entre outros. São os empresários mais bem sucedidos que constroem esses imóveis visando cada vez mais lucros; a classe menos privilegiada não tem acesso, e o preço dos aluguéis é muito elevado.

A atuação do Estado insere-se no contexto econômico, político e social de cada momento da dinâmica socioespacial da região em que se situa, processando níveis políticos administrativos e espaciais.

Em nível estadual o Estado atua no bairro na construção de escolas, implantação da companhia responsável pelo abastecimento de água do bairro e fiscalizando a qualidade dos serviços de fornecimento de energia disponibilizado pela Companhia Amazonas Energia.

O nível municipal atua como agente regulador do uso do solo, organizando o espaço urbano, regulamentando a posse da terra através da doação de títulos aos proprietários e da cobrança de impostos como o imposto predial territorial urbano (IPTU); limitando a superfície da terra que cada um pode se apropriar; pelo direito de desapropriação, implantação de sistema de coleta de lixo, iluminação pública, papel que deveria ser da Empresa Amazonas Energia; calçamento, asfaltamento, etc. Quanto à área da Orla, alguns desses serviços não contemplam toda a população que habita o local, devido à declividade do terreno, o que reforça a desigualdade social.

Quanto a Orla do bairro do Juruá, que é uma área de várzea foi ocupada, como visto, por invasões oriundas de migrantes dos municípios do Juruá, Japurá, Fonte Boa e zona rural de Tefé. É precisamente onde identificamos os grupos sociais excluídos, a população que habita a área, como resultado de invasões. As habitações são na encosta tornando-os agentes produtores do espaço, construindo suas habitações modelo palafitas, apontando uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma prática de sobrevivência às adversidades. Os fatores que levaram à ocupação dessas áreas de risco também são os que criam sérios impactos socioambientais.

Com relação à produção do espaço devemos considerar vários níveis da realidade em momentos diferenciados da reprodução geral da sociedade. Focalizando a sociedade como sujeita da ação consciente, o Estado como aquele da dominação política, o capital em suas estratégias objetivando sua reprodução continuada, e por fim os sujeitos sociais que, em suas necessidades/desejo vinculados à realidade da vida humana, têm o espaço como condição, meio e produto de sua ação.

A cidade é formada por múltiplas formas de olhares, significações e experiências construídas por seus habitantes, desde o mais pobre e desprovido de acesso aos bens privados e públicos até o mais abastado de condições sociais de vida. Tal multiplicidade interfere na construção das diferentes estratégias de planejamento e gestão.

Afirma-se que processos sociais e agentes sociais são inseparáveis, elementos fundamentais da sociedade e do seu movimento. Todos eles participam do processo de construção e constituição da cidade e dão movimento ao espaço urbano, pois cada um percebe e atua conforme seu papel na sociedade, para fazer da cidade seu espaço de vivência de poder e significação.

Segundo Corrêa (2004, p.29) na sociedade de classes verifica-se diferenças sociais no que se refere ao acesso aos bens e serviços produzidos socialmente. A habitação é um desses bens cujo acesso é seletivo: parcela enorme da população não tem acesso, não possui renda para pagar o aluguel de uma habitação decente, e muito menos comprar um imóvel. Este é um dos mais significativos sintomas de exclusão que, no entanto, não ocorre isoladamente correlato a ela estão à subnutrição, as doenças, o baixo nível de escolaridade, o desemprego ou o subemprego e mesmo o emprego mal remunerado, os problemas ambientais, etc. Conforme Alves (2011, p. 116), “para a população de mais baixa renda ou mesmo nenhuma renda, morar nessas áreas não é uma opção, é contingência, necessidade de sobrevivência, diferentemente da população de mais alta renda que ‘opta’ por morar em enclaves fortificados, associando segurança à melhor qualidade de vida”.

O espaço urbano que se produziu em Tefé, no período de 1969 a 2010, aponta estratégias que os agentes adotaram e variam no tempo e no espaço, e esta variabilidade decorre tanto de causas externas aos agentes, como de causas internas, vinculadas às contradições inerentes ao tipo de capital de cada agente em face do movimento geral de acumulação capitalista de classe.

As estratégias dos sujeitos envolvidos nas políticas públicas se resumem em três esferas de atuação: o poder federal, o estadual e o municipal.

Em se tratando do poder federal, no município ele costuma usar estratégias paternalistas, por meio de programas federais como: Bolsa Família, Bolsa Floresta, FUNDEB, PET, Minha Casa Minha Vida, em construção na Estrada da Emade e na Colônia Ventura, bem distante da parte central da cidade, entre outros.

O poder estadual atua na construção e preservação de escolas para atender a demanda educacional da cidade, assim o bairro do Juruá conta com duas escolas, a Antídio Borges Façanha e a Isidoro Gonçalves, funcionando nos três turnos, atendendo no nível fundamental e educação de jovens e adultos; construção do porto fluvial da cidade possibilitando uma reconfiguração da paisagem da Orla do município, a construção não vai alcançar o bairro do Juruá; construção de hospitais; a cidade no ano de 2001 foi contemplada com a Universidade do Estado do Amazonas, se tornando um centro de estudos superiores. Direciona também suas estratégias criando vários órgãos representativos no município a fim de descentralizar as suas obrigações tais como: SENAC, SESC, sede da polícia civil e militar, entre outros. Como afirma Corrêa (2011, p. 45): “o Estado capitalista desempenha múltiplos papéis em relação à produção do espaço. Essa multiplicidade decorre do fato de o Estado constituir uma arena na qual diferentes interesses e conflitos se enfrentam”. Sua atuação insere-se no contexto

econômico, político e social de cada momento da dinâmica socioespacial da região que se situa.

Na esfera municipal as estratégias apontam para a implantação de postos de saúde no município de Tefé, como forma de viabilizar o atendimento à população de todos os bairros, como forma de amenizar a problemática existente relacionada a melhor qualidade de vida dos munícipes; Festa da Castanha; as áreas de lazer como as praças Remanso do Boto e a da Matriz de Santa Tereza. Na área central do município encontramos a verticalização do espaço por meio da rede hoteleira, que atende a demanda de turistas que vêm em direção a Estação Ecológica Mamirauá e para os pontos turísticos do município; aumento da demanda de supermercados atendendo a demanda da população sulista representada pelo Exército Brasileiro; a pouco menos de um ano foi firmado um convênio com a Empresa HRT, para a perfuração de poços de gás e petróleo na região, com repasse de *royalties* em torno de quase 5%.

A Orla do bairro do Juruá não se encaixa nessa mudança, os moradores nem sequer tem o título definitivo da habitação onde residem, ganham salários inferiores e têm como possibilidades de moradias nos cortiços, nos terrenos públicos e privados invadidos e áreas de risco.

## **5.2 As Políticas Públicas Urbanas no Plano Diretor de Tefé**

Para uma abordagem mais clara de qualquer temática, é de suma importância que se faça uma explicitação dos conceitos existentes, de sua origem. Iniciaremos com a derivação do termo política para posterior conceituação de política pública.

A etimologia da palavra política é derivada do grego antigo (*politeia*), que indicava “todos os procedimentos relativos a polis, ou cidade-estado. Por extensão, poderia significar tanto o Estado quanto a sociedade, comunidade, coletividade e outras definições referentes à vida urbana” (Hegel, 1974). O livro de Platão traduzido como a “A República” é, no original, intitulado Politeia e, posteriormente, ainda de origem grega (*politike*), o termo política é entendido como a “arte de governar a cidade”.

Quanto à conceituação de política pública, há uma diversidade bastante significativa de concepções. Segundo Miranda (2009, p. 13) há autores que enfatizam mais o aspecto teórico, a normatização e a essência científica da temática. Outros, enfatizam as ações políticas em si, ou melhor, sinalizam maior importância para o ato ou maneira de governar, isto é, a arte de exercer o poder político; e há ainda, os que a concebem como um trato social,

ou melhor, um processo no qual a ação governamental está em consonância com as aspirações sociais.

Nesse sentido, política em sentido amplo, se refere sempre ao poder em si, ou seja, compreende todo esforço e disputa possível, por parte de pessoas ou grupos, não somente para a sua conquista, mas também para a sua manutenção e ampliação. Essa compreensão inclui as instituições por meio das quais o poder é exercido, e ainda, a forte tendência de reflexão sobre a gênese da política, isto é, como a mesma tem sido estruturada e quais seus reais objetivos e finalidades.

Mead (1995) define política pública como “um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas”, e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos”. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública “é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos”. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell<sup>12</sup>, ou seja, “decisões e análises sobre política pública implicam responder as seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz”. (SOUZA, 2006, p. 45).

Há também definições de política pública, direcionadas para as questões mais imediatas, ou seja, para a solução de problemas por meio de medidas emergenciais e/ou em curto prazo.

No reconhecimento de que as políticas setoriais são indispensáveis e podem ser estruturantes do desenvolvimento urbano é fundamental entender que elas tanto mais o serão, na direção pretendida, quanto mais estiverem integradas numa política Nacional de Desenvolvimento Urbano, e que ela também se articule com outras políticas governamentais horizontalmente, no âmbito federal, e verticalmente, na direção de estados e municípios. Nos municípios do País, o principal instrumento de políticas públicas é o Plano Diretor.

No município de Tefé, a Lei Municipal número 26/2006, de 9 de Outubro de 2006, dispõe sobre a política territorial urbana do município, instituindo o Plano Diretor participativo da cidade de Tefé, e dá outras providências. No mandato do ex-prefeito Sidônio Trindade Gonçalves (PHS) do ano de 2004 ao mês de novembro de 2010, no uso de suas atribuições, fez saber que a Câmara de Vereadores de Tefé, aprovou, sancionou e promulgou o Plano.

---

<sup>12</sup> Harold Laswell (1902-1978), sociólogo, nasceu em Donnelson, Illinois, seu primeiro livro foi *Psicologia y políticas*, de 1930.

O Plano Diretor do município de Tefé-AM, instrumento básico da política de desenvolvimento municipal e de expansão urbana, ocorreu em consonância com a participação de algumas entidades representativas de classes compostas pelas associações de bairros representadas pelo presidente, denominação utilizada no município para as pessoas que são eleitas pelos moradores do bairro; colônia de pescadores; sindicato dos agricultores; Prelazia de Tefé; Sindicato Rural; Secretarias estadual e municipal de Educação; do Meio Ambiente, de Administração, de Esporte e Lazer, de Infra-estrutura, de Ação Social, da Câmara de Vereadores, do Sindicato dos Serviços de Saúde; do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá; da Universidade do Estado do Amazonas (responsável pelas audiências públicas), entre outros.

As audiências públicas aconteceram em cada bairro no período noturno, para que pudessem contar com a participação das entidades e moradores, mas isso não ocorreu, pois a participação foi mínima por parte dos moradores; houve pouca divulgação explicando e convidando à população para a importância do Plano Diretor ser feito em consonância com a necessidade coletiva em prol da melhoria da qualidade de vida dos munícipes.

As entidades que compareceram contribuíram bastante, orientando a atuação da administração e da iniciativa privada, quanto às associações de bairros, principalmente a do bairro do Juruá, não se manifestaram, o presidente do bairro por falta de conhecimento da importância da realização do Plano Diretor, não se manifestou, outro agravante, a maioria dos presidentes de bairro tem interesse em entrar na política como vereadores, não para representar o direito coletivo mas o individual, ficando os moradores à mercê dos interesses da administração da época e da Câmara de Vereadores. Segundo entrevista com o senhor Carlos Sá, ex-secretário de infra-estrutura do município, responsável pela elaboração do Plano Diretor, o plano foi executado pela própria municipalidade, não foi encomendado a nenhuma empresa nem a nenhum órgão privado, houve apenas as parcerias com os demais órgãos municipais. Conforme disse o secretário, as etapas de elaboração do plano obedeceram as competências técnicas, foram trabalhados os temas básicos como (controle do uso do solo, expansão urbana, parcelamento do solo, habitação, transportes, saneamento básico entre outros). Os temas foram discutidos em equipes, depois socializados em forma de apresentação e votação das ações mais emergentes do Plano Diretor. O interesse do Plano Diretor foi legítimo na sua elaboração, foi dentro de um planejamento democrático, possibilitando um aprimoramento da gestão territorial do município e não somente como uma imposição legal ou um comodismo.

O plano contemplou a cidade com o Macrozoneamento, a fim de facilitar o cumprimento das diretrizes apontadas no plano que no seu artigo 128 instituiu as macrozonas como instância regional no Município que deveriam ser objeto de planos Diretores Regionais de Desenvolvimento Econômico e Ambiental, orientados pelo conteúdo desta Lei Urbana consolidada pelos investimentos públicos e privados realizados em diversas edificações, equipamentos comunitários, sistema viário, infra-estrutura de saneamento ambiental, distribuição de energia elétrica e iluminação pública. O objetivo da Macrozona Urbana é regular o crescimento da cidade, o uso e ocupação do solo para fins urbanos segundo as normas para o Zoneamento Urbano e Zona de Expansão Urbana.

A Macrozona Urbana, de acordo com o MAP002 ( Mapa 02: Macrozona Urbana), subdivide-se nas seguintes Zonas Urbanas de Expansão Urbana: Zona Urbana 1; II. Zona Urbana 2; III. Zona Urbana 3 e IV. Zona Urbana 4.

As Zonas de Expansão Urbana 1 e 2, são reconhecidas no âmbito das áreas urbanas, como os bairros tradicionais, que servirão de orientação na identificação das Zonas Urbanas.

Consideram-se Bairros Tradicionais de Tefé (MAP004: Mapa 4: Bairros Tradicionais): I- Centro, Santa Rosa, Olaria, Monte Castelo, Santo Antonio, Santa Luzia, Nossa Senhora de Fátima e Vila Nova formam a Zona Urbana 1; II- Juruá, São Francisco, São José, Vila Batalha, Vila Buriti formam a Zona Urbana 2.

Os bairros tradicionais do município de Tefé, são os mais antigos em sua formação, estão próximos do centro comercial, da feira municipal, dos bancos, dos centros de saúde, do porto flutuante responsável, pela chegada e saída das embarcações que vão para a capital Manaus e outros municípios do entorno. O bairro do Juruá, além disso, conta também com escolas municipais e estaduais, fica próximo do porto flutuante, da Universidade do Estado do Amazonas, apresenta facilidade de deslocamento para os outros bairros pelas suas vias principais

O objetivo da Zona Urbana 1 e Zona 2, é regular o uso e ocupação do solo no centro da sede urbana e área periférica de características semelhantes, visando melhor aproveitamento da infra-estrutura viária e de equipamentos comunitários instalados.

As Zonas Especiais Urbanas classificam-se em: I. Zona especial de urbanização específica 1; II. Zona especial de urbanização específica 2; III. Zona especial de proteção ambiental; IV. Zona especial de interesse social 1; V. Zona especial de interesse social 2.

O bairro do Juruá faz parte da Zona Urbana 2 e da Zona Especial de Interesse Social 2, segundo o Macrozoneamento do Plano Diretor. Essas zonas foram delimitadas de acordo com as necessidades e semelhanças entre os bairros.



As ações referentes a estas zonas deveriam ser a construção de habitações de interesse social em áreas centrais, com melhor oferta de infra-estrutura urbana e equipamentos comunitários; oferta de terras urbanizadas para realocação de moradias em áreas de risco, consórcio imobiliário, concessão de direito real de uso do solo, melhorias nas condições de moradias das pessoas que vivem em assentamentos precários, eliminar riscos de saúde, ofertar terras urbanizadas para a realocação de moradias em áreas de risco. Contudo, o bairro do Juruá e sua Orla, não foram ainda contemplados com nenhuma dessas ações, as moradias da encosta continuam desprovidas de assistência a saúde, infra-estrutura e saneamento ambiental. O que se observou é que o Poder Público não está preocupado em concretizar as ações do Plano Diretor.

O município de Tefé, em dezembro de 2010, passou por uma eleição suplementar, e a atual administração tomou posse em janeiro de 2011, está, portanto, em fase de adaptação como eles denominaram, não pretendem, no momento, fazer a revisão do plano.

Até o momento o desenvolvimento ordenado da cidade nos seus aspectos políticos, sociais, econômicos, físico-ambientais e administrativos, não ocorreu. A melhoria da qualidade de vida; a redução dos impactos socioambientais; a redução das desigualdades existentes na cidade e no bairro do Juruá, mais especificamente na Orla, ainda permanece no Plano Diretor.

Com relação à habitação garantida com dignidade, em bairros dotados de equipamentos sociais, de comércios e serviços, providos de áreas verdes com espaços de recreação e lazer e de espaços públicos que garantam o exercício da cidadania, cabe dizer que não ocorre no bairro do Juruá nem na Orla local da pesquisa. As modificações ocorridas nas habitações partiram dos proprietários, aqueles com maior poder aquisitivo promoveram a verticalização dos seus imóveis, quanto à classe menos favorecida continua na mesmice, obrigada a conviver com a mudança de padrão de vida das classes privilegiadas, que não traz benefício nenhum, só aumenta a exclusão e a separação de classes. A parte nobre do bairro está provida de todos os benefícios promovidos pelo Poder Público, e os excluídos da área da Orla permanecem nas suas palafitas, construídas nas áreas de risco. Não há ainda nenhum interesse por parte da administração, até agora, em retirar a população residente na Orla, promovendo a melhoria das habitações, nem com a construção de habitações de Interesse Popular (HIS) em outras áreas<sup>13</sup> da cidade.

---

<sup>13</sup> Segundo o Plano Diretor de Tefé, é aquela que se destina a famílias com renda igual ou inferior a três salários mínimos.

No Plano de Desenvolvimento Habitacional do Município de Tefé, capítulo I, consta que o município deverá elaborar um plano observando a participação de mecanismos constituídos pela população; sejam eles: conselhos, associações, cooperativas, sindicatos e outros, visando a identificação das prioridades, avaliação econômica de grupos sociais, assessorias municipais, estaduais e federais, mas nada disso ocorreu na área da Orla. Segundo o Código Florestal Brasileiro de 1965, a Orla é de preservação permanente, fato ignorado pelo Poder Público local, desde a década de 1970, quando se instalaram os primeiros moradores.

Com relação ao capítulo IV, seção I, das Diretrizes Gerais sobre o Meio Ambiente, pode-se dizer que trata da preservação do município quanto aos impactos ambientais negativos decorrentes do uso e da ocupação do solo sem controle e sem respeito ao meio ambiente. No seu artigo 86, trata da política de áreas verdes, visando à ampliação das áreas verdes, garantindo o uso compatível com a preservação e proteção ambiental, manutenção e ampliação da arborização das ruas, recuperação de áreas verdes degradadas. Contudo, no bairro do Juruá as áreas verdes deram lugar à construção de imóveis, calçamento de ruas, implantação de comércio, postos de gasolina, etc.

Podemos observar que não há recuperação das áreas degradadas, nem tão pouco a criação de programas para a implantação das áreas verdes e nenhum estímulo a parcerias entre outros setores públicos e privados para a implantação de parques lineares e espaços ajardinados ou arborizados.

Quanto aos recursos hídricos que visam à garantia da existência e o desenvolvimento das condições básicas da produção, regularização, disponibilização e conservação, necessárias ao atendimento da população e das atividades econômicas, não houve atendimento. No bairro, boa parte das residências cujos donos têm poder aquisitivo maior, o consumo de água é direto de poços artesianos, assim como nos comércios, escolas, etc.

Das diretrizes do Plano Diretor para os recursos hídricos observamos que os sistemas de captação, armazenagem e distribuição de água potável, atende o bairro todo inclusive a Orla. Em se tratando do chamado uso racional, da alteração de padrão de consumo e da redução das perdas físicas da água tratada, lembramos que inexistente regulamentação, bem como difusão de políticas de conservação do uso restrito da água.

Em relação as diretrizes gerais dos resíduos sólidos, o plano aponta a promoção de um ambiente limpo e bonito por meio do gerenciamento eficaz dos resíduos sólidos e recuperação do passivo paisagístico e ambiental. Porém, no bairro do Juruá a produção e o acúmulo de lixo são grandes, até agora não houve nenhuma ação por parte do Poder Público para minimizar a quantidade de resíduos por meio da preservação da geração excessiva, dando

incentivo ao reúso e à reciclagem. Os projetos desenvolvidos acontecem apenas no âmbito escolar em nível interno, não atendem toda a comunidade do bairro.

Na Orla o problema é mais visível, pela falta de 100% do atendimento no que tange a coleta de lixo. A cidade de Tefé não conta com nenhuma usina de reciclagem, o lixo produzido e coletado é levado para um aterro sanitário controlado, distante alguns quilômetros do centro da cidade.

O Poder Público não controla a disposição inadequada de resíduos, não existe nenhuma fiscalização nem multa, o transporte oferecido para a coleta dos resíduos não é adequado, não são carros coletores apropriados, são, caçambas cobertas com lonas de plástico, sem a mínima segurança. No próprio bairro os comerciantes colocam o lixo na porta de seu estabelecimento após a coleta diária sem a mínima preocupação com a nocividade.

Ainda não existe nenhuma ação para recuperar as áreas públicas degradadas ou contaminadas, nem a garantia do direito de toda a população à equidade na prestação dos serviços regulares de coleta de lixo principalmente na Orla do bairro.

Considerando saneamento ambiental como o conjunto de serviços e ações com objetivo de alcançar níveis crescentes de salubridade ambiental, nas condições que maximizem a promoção e a melhoria das condições de vida no meio urbano e rural (Plano Diretor de Tefé, 2006, p.30), o plano institui diretrizes para implementação dos serviços no município visando à promoção da saúde pública e a integridade do meio ambiente.

A política municipal de saneamento do município requer ações e investimentos urgentes, visando universalizar o acesso aos serviços de limpeza e drenagem urbanas, mediante ações articuladas em saúde pública, desenvolvimento urbano e meio ambiente. No município e no bairro do Juruá, principalmente na área da Orla, pouco foi realizado das prioridades citadas, só a limpeza pública e o abastecimento de água são realizados, ainda assim, precariamente. O restante ficou só no discurso.

Segundo o plano o abastecimento de água deve ter por objetivo assegurar a todo cidadão a oferta de água prioritariamente para o consumo humano, residencial, dos locais de trabalho e de convivência social, e secundariamente, como matéria-prima para as atividades econômicas, recreativas, lazer em quantidades suficientes para atender as necessidades básicas e a qualidade compatível com os padrões consagrados de potabilidade. O Plano propõe constituir ações e investimentos no serviço de abastecimento de água do município, promovendo programas de combate ao desperdício de água, racionalização da cobrança pelo consumo, redução de perdas por meio da instalação de hidrômetros individuais e a criação de

um órgão fiscalizador para gerenciamento do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE). (Plano Diretor, 2006, p. 31).

No bairro do Juruá e na Orla, das diretrizes especificadas no plano, a única ação concretizada, como visto, foi o abastecimento, por meio de poços artesianos em cada bairro e o abastecimento por intermédio do SAAE. Os hidrômetros não foram colocados e os moradores continuam desperdiçando água devido a taxa social ter o valor simbólico de R\$ 15,00 (Quinze reais), as tubulações não chegam a todas as casas, ficando o morador responsável por essa despesa.

Em se tratando do esgotamento sanitário, a proposta do Plano Diretor é a promoção e a implementação de projetos e estudos para a implantação de rede de esgotos além de uma Lagoa de Estabilização ou Estação de Tratamento de Efluentes.

Nem no bairro do Juruá nem na área da Orla, encontramos sistema abrangente de coleta, tratamento e disposição dos esgotos sanitários. Não observamos um controle na ligação dos esgotos, nem limpeza, nem recuperação das áreas atingidas, os efluentes não passam por nenhum tipo de tratamento, sem contar que muitas casas não possuem fossas sépticas. Na Orla, os moradores utilizam como já dissemos, as casinhas, aumentando a contaminação do lençol freático, do solo, por estarem localizados em uma área de várzea; na seca são contaminados pelos seus próprios dejetos, o quintal da casa se torna área de lazer para as crianças.

Quanto à drenagem, inexistente controle no uso da água nos rios, igarapés, lagos, lençóis freáticos, até agora não houve um gerenciamento da drenagem urbana, no município de Tefé.

O que se pode observar no bairro do Juruá é que o Plano Diretor Participativo não cumpriu com as metas propostas, os moradores não contam com os equipamentos urbanos e comunitários adequados às características sócio-econômicas e aos interesses e às necessidades da população. A gestão democrática da cidade e o incentivo à participação popular na formulação e execução de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano, como expressão do pleno exercício de cidadania, se tornou um sonho daqueles que demoram para se realizar, os moradores acham até engraçado o que está escrito, por conta da distância entre o corpo da lei e a realidade que eles vivem.

A administração passada não realizou nenhuma ação do plano e nem a atual administração que já está completando um ano e que ainda faz promessas que não saíram do discurso, as ações desenvolvidas pela nova administração foram: manutenção dos serviços de saúde, educação, coleta de lixo, limpeza dos entulhos, asfaltamento de ruas que já estavam asfaltadas, operação tapa buracos no centro em algumas vias principais, contratação de

funcionários superlotando as secretarias e construção da praça da matriz de Santa Tereza no centro da cidade.

Com relação à Orla do bairro do Juruá, nada foi modificado, não houve a redução das desigualdades, os moradores continuam desassistidos pelo Poder Público, pela falta segurança pública, falta de uma escadaria de alvenaria que facilite a locomoção dos moradores, falta iluminação pública, continua o acúmulo de lixo na encosta, falta saneamento ambiental geral.

Os impactos socioambientais atingem não só o bairro do Juruá, mais também os bairros circunvizinhos, mas mesmo com toda essa problemática, e sem um controle da ocupação de áreas de risco pelo Poder Público, os moradores insistem em ocupar a Orla do município, principalmente no bairro do Juruá.

A obrigatoriedade da elaboração do Plano Diretor, não conscientizou os agentes públicos municipais da importância do planejamento enquanto um processo mais eficiente de gestão, os quais encaram o plano apenas como uma exigência burocrática e inútil ou como um instrumento útil para facilitar a obtenção de financiamentos públicos.

O perfil da elaboração do plano por parte da administração pública acarretou vários problemas que inviabilizaram sua implementação; o plano ficou interessante tecnicamente, mas inviável politicamente, pois não foi realizada nenhuma pesquisa visando à observação da realidade de cada bairro da cidade e não houve a contratação de nenhuma empresa qualificada para assessorar a elaboração do plano. Resumindo: a administração atual não participou de sua elaboração, portanto não o encara como um instrumento legítimo, não tendo assim interesse na sua implementação. Tal postura tende a agravar os impactos socioambientais produzidos no bairro do Juruá.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho se propôs a analisar os fatores causadores dos impactos socioambientais no processo de ocupação da Orla do município de Tefé, no bairro do Juruá. Sobretudo para compreender o porquê das políticas públicas de estrutura urbana não serem direcionadas para o bairro. Para essa compreensão foi necessário identificar alguns processos de transformações sociais, econômicas e políticas que vem ocorrendo na Amazônia e na cidade de Tefé.

Pôde-se afirmar a partir desta investigação que a ocupação da Orla do bairro do Juruá é produto de êxodo rural e êxodo urbano-urbano, ocasionados pelo desenvolvimento econômico da cidade de Tefé que funciona como entreposto comercial e como cidade média de responsabilidade territorial. Isso significa que exerce uma função de atração na rede urbana pelas diversas funções que exerce e pelos diferentes arranjos institucionais que possui e que são importantes não só para o município, mas principalmente para as cidades e municípios ao seu redor.

As mudanças estruturais da cidade, e do bairro do Juruá, foram ocorrendo conforme o fluxo migratório atingiu-os durante muitas décadas. A Orla do bairro do Juruá foi habitada por pessoas de baixa renda. Os loteamentos foram adquiridos de forma irregular e outros foram ocupados por invasão, o que resultou numa paisagem urbana marcada por construções precárias e por carência de infra-estrutura, agravando os problemas socioambientais.

Assim, o trabalho pautou-se na pesquisa de campo, nas conversas informais, nas entrevistas e na literatura consultada, e percebeu-se que as políticas públicas de infra-estrutura urbana deixaram de investir em serviços e nos aspectos urbanísticos na Orla do bairro do Juruá.

Pôde-se concluir que as desigualdades de políticas de infra-estrutura urbana entre a Orla e a área central da cidade são evidentes. Na área central da cidade o espaço urbano é selecionado para quem pode pagar um pedaço de terra, para a população de baixa renda restam as invasões nas áreas de risco, como o que aconteceu na Orla do bairro do Juruá. Isso se mostra evidente pelo tipo de construções do centro da cidade e da Orla. No centro a paisagem é representada pelo grande comércio e pela quantidade de residências de alvenaria e hotéis verticalizados, enquanto na Orla do bairro do Juruá se vê as construções precárias da população empobrecida.

Como se imaginava, constatou-se que a exclusão urbana é a continuidade de um processo que se iniciou na zona rural. Excluídos do desenvolvimento rural, os migrantes

deixam o campo para a cidade na esperança de sobreviver melhor, sobretudo para ter acesso à saúde e à educação para os filhos. Na cidade, permanecem excluídos dos benefícios urbanos.

O município de Tefé não obedece a nenhuma regulamentação quanto ao saneamento ambiental, pois o espaço urbano sofre um processo de deterioração no que diz respeito à salubridade, tendo como consequência uma gama de problemas, como: degradação do meio ambiente natural, produzindo precárias condições socioespaciais para seus habitantes.

As áreas de expansão urbanas não planejadas, não oferecem infra-estrutura adequada e nem serviços para atendimento à população. As moradias existentes estão desprovidas de saneamento ocasionando vários problemas ambientais, como perda total das áreas verdes, erosão do solo, exposição ao lixo, falta de esgoto. As áreas ocupadas são tidas como de risco, pois expõem seus habitantes a péssimas condições de moradia, geram insalubridade e principalmente apresentam riscos reais de grandes acidentes.

A paisagem de precariedade socioambiental do bairro do Juruá parece, à primeira vista, que é produzida somente pelos grupos sociais excluídos, mas não é, pois é a ação de um conjunto de agentes que, direto ou indiretamente, levam os excluídos a produzirem *in loco* os impactos socioambientais descritos ao longo deste trabalho.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Glória Anunciação da. *A mobilidade/imobilidade na produção do espaço metropolitano*. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri, SOUZA, Marcelo Lopes de, SPÓSITO, Maria encarnação de (Org.) *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo; Contexto, 2011.
- APOSTILA DA FUNDAÇÃO DE VIGILÂNCIA E SAÚDE (FVS). *A situação da saúde no Estado do Amazonas*. Tefé, 2006.
- BARROS, R. T. V. *et al. Manual de saneamento e proteção ambiental para os municípios*, 1: O município e o meio ambiente. Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental. Fundação Estadual do Meio Ambiente Belo Horizonte; 1995.
- BECKER, Berta. K. . *O papel das cidades na ocupação da Amazônia*. Brasília: IPEA/CEPAL, 1987. Mimeo.
- \_\_\_\_\_. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1991.
- \_\_\_\_\_. *A especificidade do urbano na Amazônia: Desafios para políticas públicas e conseqüências*. Secretaria de coordenação dos Assuntos da Amazônia Legal/MMA- 1998.
- \_\_\_\_\_. *Cenários de curto prazo para o desenvolvimento da Amazônia*. Brasília .Cadernos: NADIAM, 1999.
- BENITES, José S. *Pesquisa qualidade da água no município de Tefé*. Tefé: UEA, 2001.
- BENITES, José S. et al. *Evolução da destinação do esgoto cloacal da fonte e do tratamento da água de consumo humano em Tefé, entre 2001-2005*. In: FACHIN Teran A. (Org.). *Resultados das pesquisas de Iniciação Científica da Escola Normal Superior- PROFIC*, 2006-2007. Manaus: UEA, 2007.
- BOLETIM AMAZONENSE DE GEOGRAFIA*. Associação dos Geógrafos Brasileiros nº. 4, 2004.
- BROWDER, John. O; GODFREY, Brian. J. *Cidades da floresta: urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia Brasileira*. Manaus: EDUA, 1997.
- CABRAL, Eula Dantas Taveira. *História da televisão amazonense*. Disponível em: <<http://www.jornalismo.ufsc.>>, 2004.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole*. São Paulo: Contexto, 2005. Acesso 25, agosto 2010.
- \_\_\_\_\_. *A cidade*. São Paulo: Contexto, 2009.



CARLOS, Ana Fani Alessandri, SOUZA, Marcelo Lopes de, SPÓSITO, Maria Encarnação de (Org.) *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011.

CARVALHO, Benjamim de. *Glossário de saneamento e ecologia*. Editado pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, Rio de Janeiro, 1991.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CESCAR, *Coletor Educador de São Carlos, Araraquara, Jaboticabal e Região*. Projeto Viabilizando a Utopia. Apresentação. Encontro em 14/04/07. São Paulo, 2007.

COELHO, Daiane Korndorfer. *Processo de urbanização em áreas inundáveis e de preservação na cidade de Montenegro – RS*. Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional – PROPUR (Artigo); Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Julho de 2004.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 2004.

\_\_\_\_\_. *A Produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*/Ana Fani Alessandri Carlos, Marcelo Lopes de Souza, Maria Encarnação Beltrão Sposito (organizadores). – São Paulo: Contexto, 2011.

CUSTÓDIO, Vanderli. A Retomada do Planejamento Federal e as Políticas Públicas no Ordenamento do Território Municipal: A Temática das Águas e do Saneamento. *Revista do Departamento de Geografia*, 16, 2005.

DEL RIO, V. Cidade da mente, cidade real: percepção ambiental e revitalização na área portuária do Rio de Janeiro. In: *Percepção ambiental: a experiência brasileira*. São Carlos: Studio Nobel: Universidade Federal de São Carlos, 1999.

DONATO, Alexandre da Silva. *Planta planigráfica da zona urbana de Tefé*. CEST/UEA – Tefé. Curso de Geografia, turma de 2004.

DYE (1984), Thomas D. Understanding Public Policy Englewood Cliffs; N.J.: Prentice Hall 1984. In. MIRANDA, Alair dos Anjos Silva de. *Políticas públicas e a Questão Ambiental no Estado do Amazonas*. Manaus: Sociedade de Desenvolvimento Cultura do Amazonas - SODECAM; Uninorte/Laureate, 2009. 235p.

FERNANDES, Edésio (Org.). *Direito urbanístico e política urbana no Brasil*. Belo Horizonte: Livraria Del Rei Ltda., 2001.

GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 2010.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1983) Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 out. 2010.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2003) Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 out. 2010.

\_\_\_\_\_. *Assistência Médica Sanitária, 2005. Malha municipal digital do Brasil: situação em 2005.* Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

IBGE, *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* (2009) Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 out. 2010.

\_\_\_\_\_. *Assistência médica sanitária, 2005. Malha municipal digital do Brasil: situação em 2005.* Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

LASWELL, Harold, *Psicologia y políticas*, Donnelson Illinois, 1930.

LEFEBVRE, Henry. *Do rural ao urbano*. Barcelona (Espanha): Edição Península, 1978.

\_\_\_\_\_. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

\_\_\_\_\_. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, L. M. Q. *Lixo: tratamento e biorremediação*. Belo Horizonte: Hermus editora Ltda, 1995

LYNN L. E. *Designing Public Policy, A casebook on the Role of. Policy Analysis*. Santa Mônica, Calif.: Goodyear, 1980. In. MIRANDA, Alair dos Anjos Silva de. *Políticas públicas e a Questão Ambiental no Estado do Amazonas*. Manaus: Sociedade de Desenvolvimento Cultura do Amazonas - SODECAM; Uninorte/Laureate, 2009.

LYNHC, Kevin. *A Imagem da Cidade*. 2. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MANIÇOBA, Regina de Souza. *Urbanização e qualidade de vida nos municípios da Amazônia Legal criados após 1988*. (Tese de Doutorado). Universidade de Brasília/UNB, 2006.

MEAD (1995) L.M, *Public Policy: Vision, Potential Limits, Policy Currents*, Fevereiro; 1 – 4 1995. In. MIRANDA, Alair dos Anjos Silva de. *Políticas públicas e a Questão Ambiental no Estado do Amazonas*. Manaus: Sociedade de Desenvolvimento Cultura do Amazonas - SODECAM; Uninorte/Laureate, 2009.

MENDONÇA, Francisco. (Org). *Impactos socioambientais urbanos*. Curitiba: Ed. UFPR, 2004.

MENEZES, Maria Lucia Pires. *Pequenas cidades em faixas de fronteira na Amazônia; o caso de Tabatinga e Benjamin Constant*. In. Oliveira, José Aldemir de (Org.) *Cidades brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009

MIRANDA, Alair dos Anjos Silva de. *Políticas públicas e a questão ambiental no Estado do Amazonas*. Manaus: Sociedade de Desenvolvimento Cultural do Amazonas – SODECAM; Uninorte/Laureate, 2009.

MOTA, S. *Planejamento urbano e preservação ambiental*. Fortaleza: UFC, 2003.

OLIVEIRA, José Aldemir de. *A cidade na selva*. Manaus: Valer, 2000.

\_\_\_\_\_. *Manaus de 1920-1967: a cidade doce e dura em excesso*. Manaus: Valer, 2003.

\_\_\_\_\_. José Aldemir de, SCHOR, Tatiana. Manaus: transformações e permanências do forte à metrópole regional. In: Seminário Internacional: *Cidades da Floresta*. Belém: NAEA-UFPA, dezembro de 2006.

PARDO, Diaz, Alberto. *Educação ambiental como projeto*. Trad. Fátima Murad. 2 Ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PESSOA, L. Protásio. *História da missão de Santa Teresa D'Ávila dos Tupebas*. Tefé/Manaus/Amazonas: Novo Tempo Ltda., 2004.

PETERS (1986) B, G – American Public Policy. Chatam, N. J.; Chatan House, 1986. In: MIRANDA, Alair dos Anjos Silva de. *Políticas públicas e a questão ambiental no Estado do Amazonas*. Manaus: Sociedade de Desenvolvimento Cultural do Amazonas - SODECAM; Uninorte/Laureate, 2009. 235p.

RESOLUÇÃO CONAMA 01/86, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <[www.mma.gov.br/port/conama/res/res\\_86/res\\_0186.html](http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res_86/res_0186.html)> Acesso em: 20 out. 2010.

RIBAS, Otto; NOVAES, Washington (Coord.); NOVAES, Pedro da Costa. *Agenda 21 brasileira: bases para discussão*. Brasília: MMA/PNUD, 2000.

RODRIGUES, Eliene Jaques. *Crescimento econômico na Amazônia Legal*. Projeto BRA/96. Belém: SUDAM, 1996.

RUEDA, Rafael Pinzón. *Capacitação preparatória à construção do plano de manejo e gestão participativa da Floresta Nacional de Tefé- AM*. Setembro, 2004.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Edusp, 1979.

\_\_\_\_\_. *Espaço e sociedade: ensaios*. Petrópolis: Vozes, 1982.

\_\_\_\_\_. *Urbanização brasileira*. São Paulo: Edusp, 2009.

\_\_\_\_\_. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Edusp, 2009.

\_\_\_\_\_. *Espaço dividido*. São Paulo: Edusp, 2004.

SCHOR, Tatiana et al., OLIVEIRA, José Aldemir de; *Reflexões Metodológicas sobre o estudo da Rede Urbana no Amazonas e Perspectivas para a análise das cidades na Amazônia Brasileira*. ACTA Geográfica, Boa Vista, Ed. Esp. Cidades na Amazônia Brasileira, 2011. pp.15-30.

SERPA, Ângelo. *Periferias urbanas*. Simpósio Nacional de Geografia. Salvador – Bahia, 2001.

SILVA, Regina Celly N. da Silva. *As singularidades do bairro na realização da cidade: um estudo sobre as transformações na paisagem urbana do bairro da Torre na cidade de João Pessoa*. 1999. 142 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 1999.

SILVEIRA, Maria Laura (org.) – *Continente em chamas: globalização e território na América Latina*. Civilização Brasileira, 2005.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. *Urbanização e desenvolvimento no Brasil atual*. São Paulo: Ática, 1996. (Princípios)

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. *Cidade: lugar e Geografia da Existência*. Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Salvador Bahia, 1997.

SPÓSITO, Eliseu Savélio. *A vida nas cidades*. São Paulo: Contexto, 1994.

SPÓSITO, Maria Encarnação B. (Org.) *Urbanização e cidade: perspectivas geográficas*, Presidente Prudente: Unesp, 2001.

\_\_\_\_\_. *Capitalismo e urbanização*. São Paulo: Contexto, 1994.

TRINDADE JR, Saint-Clair Cordeiro de. *Pequenas e médias cidades na Amazônia* – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/UFPA; Observatório Comova, 2009.

\_\_\_\_\_. *Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências*. Belém: UFPA, 2008.

TEFÉ. *Lei orgânica do município de Tefé*. Câmara Municipal, 1990.

\_\_\_\_\_. *Plano Diretor do Município de Tefé*. Lei Municipal nº 026 de outubro de 2006.

VASCONCELOS, Maria da Conceição. *Direito à moradia na Cidade de Manaus*. Belém: UFPA, 1983.

VECENTINI, Yara. *Cidades e história na Amazônia*. Curitiba: UFPR, 2004.

VEIGA, J.E. *Cidades Imaginárias*. São Paulo: Autores Associados, 2004.

**SITES**

<<http://www.eganet.com.br/>>. Acesso em: 17 out. 2007.

<[www.mma.gov.br/port/conama/res/res\\_86/res\\_0186.html](http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res_86/res_0186.html)> Acesso em: 20 out. 2010.

<<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 out. 2010.

< [http://www.portalodm.com.br/relatórios/PDF/gera\\_PDF.php?cidade=2970](http://www.portalodm.com.br/relatórios/PDF/gera_PDF.php?cidade=2970)>. Acesso em: 24 ago. 2011.

## ANEXO A

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA**  
**FÓRMULARIO DE COLETA DE DADOS**

Instrumento: Questionário

Local da Pesquisa: Bairro Juruá – Tefé- AM

Ficha de identificação: Moradores de Tefé

1. Nome: \_\_\_\_\_ Sexo( )M ( )F
2. Naturalidade: \_\_\_\_\_ Nacionalidade:
3. Grau de instrução: ( )Ens. Fundamental ( )Ensino Médio ( ) Superior
4. Qual a sua profissão: \_\_\_\_\_
5. Há quantos anos mora nesse bairro: ( ) 1 a 3 ( ) 3 a 5 ( ) 5 a 10 ( ) 10 a 15
6. Tipo de moradia: ( ) Madeira ( ) Alvenaria ( ) Palafita ( ) Mista
7. Quantas pessoas moram na residência? : \_\_\_\_\_
8. Qual a sua renda familiar? ( )1 salário ( ) 2 salários ( ) Outros especificar:  
\_\_\_\_\_
9. Qual a razão de você morar nas margens do Lago: \_\_\_\_\_
10. Você sabe como iniciou o bairro? ( ) Loteamento ( ) Invasão ( ) Outros
11. Você sabe que a área em que sua residência esta localizada corre o risco de deslizamento? ( )  
Sim ( ) Não ( ) Indiferente
12. Você tem medo de possíveis deslizamentos da encosta localizada próxima a sua casa?  
( ) Sim ( ) Não ( ) Indiferente
13. Algum órgão ambiental existente em Tefé já fez visitas para esclarecer sobre os problemas de desmatamento e ocupação das encostas? ( ) Sim ( ) Não ( ) Indiferente
14. Qual o motivo justifica a sua permanência e da sua família nesse local? ( ) Vontade própria  
( ) Falta de recursos financeiros ( ) Ausência de política habitacional ( ) Acesso ao trabalho
15. Onde você deposita seu esgoto doméstico? ( ) No rio ( ) Em fossas sépticas ( ) Casinha ( ) Céu aberto ( ) Outros
16. O que você faz com o lixo produzido na sua casa? ( ) Joga no rio ( ) Queima ( ) Enterra ( ) Carro coletor
17. Qual a origem da água consumida na sua residência? ( ) Rio ( ) SAAE.
18. Quanto a qualidade da água consumida? ( ) Sem tratamento ( ) Filtrada ( ) Clorada
19. Em sua opinião deveria existir por parte do Poder Público um Programa para melhorar a qualidade de vida dos moradores que habitam a Orla do bairro do Juruá? ( ) Sim ( ) Não  
Especifique: \_\_\_\_\_

MUITO OBRIGADA PELA ATENÇÃO!